



Universidade  
Estadual de Goiás



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG)  
TERRITÓRIOS E EXPRESSÕES CULTURAIS DO CERRADO (TECCER)

MAYARA MONTEIRO GUIMARÃES

**RUÍNAS DE IGREJAS:**  
AS REPRESENTAÇÕES ESTÉTICAS E CULTURAIS NO CERRADO GOIANO

Dissertação apresentada como pré-requisito para  
titulação de mestre no Programa de Pós-graduação  
*Stricto Sensu* PPGTECCERUEG. Orientador: Prof. Dr.  
Eliézer Cardoso de Oliveira.

Anápolis – GO  
2022



Universidade  
Estadual de Goiás



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG)  
TERRITÓRIOS E EXPRESSÕES CULTURAIS DO CERRADO (TECCER)

MAYARA MONTEIRO GUIMARÃES

**RUÍNAS DE IGREJAS:**  
AS REPRESENTAÇÕES ESTÉTICAS E CULTURAIS NO CERRADO GOIANO

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Eliézer Cardoso de Oliveira  
Presidente/UEG-TECCER

---

Prof.Dr. Eduardo Gusmão de Quadros  
Membro/Externo

---

Heloisa Sema Capel  
Suplente/ Externo

---

Prof.Dr. Ademir Luiz da Silva  
Suplente/Interno

---

Prof<sup>ª</sup>.Dr<sup>ª</sup>. Maria de Fátima Oliveira  
Membro/Interno

**Anápolis-GO**  
**2022**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço imensamente ao prof. Dr. Eliézer Cardoso de Oliveira pelo seu incentivo, apoio e orientação. `

À CAPES e ao programa de Pós-Graduação do TECCER pela confiança e apoio referente à concessão de bolsa de Mestrado.

Aos meus familiares e amigos que me apoiaram durante o processo de pesquisa, pessoas que me ampararam, aconselharam e deram todo o suporte emocional para que eu continuasse e concluísse o Mestrado.

Agradeço ao Fernando, Guilherme e Leonnardo Vinícius que me auxiliaram de forma imprescindível durante o processo de busca por fontes em Goiás.

## RESUMO

As ruínas de templos religiosos constituem um importante campo de experimentações estéticas e de possibilidades acadêmicas. Esta pesquisa buscou apresentar o quão as ruínas em Goiás estão imbuídas de estética, história e cultura. O problema central da pesquisa consiste na análise de uma importante mudança cultural que teve lugar em épocas contemporâneas: por que as ruínas de igrejas em Goiás eram consideradas símbolo da decadência, no século XIX, mas passaram a ser valorizadas como patrimônio histórico e artefatos estéticos a partir do século XX? As ruínas eram vistas como símbolo da decadência porque reforçavam a representação de uma sociedade em declínio civilizatório; mas a partir do século XX, as ruínas foram valorizadas culturalmente como patrimônio histórico e esteticamente como expressão do sublime. Com o aparecimento da noção de patrimônio histórico e artístico, o antigo passou a ser valorizado, o que foi possibilitado também pelo surgimento de um contexto pós-moderno de valorização estética e cultural das coisas do passado. Assim, pode-se perceber que o valor cultural das ruínas de Igrejas em Goiás está no fato de que essas construções passaram de desvalorizadas, porque representavam a decadência civilizacional, a ter representatividade estética, cultural e simbólica reconhecida pelos órgãos patrimoniais e pela sociedade. O objetivo principal da pesquisa foi transformações históricas e culturais, e as transformações das ruínas de “símbolo da decadência” em objeto de valoração estética, buscando analisar as igrejas do ponto de vista do seu valor religioso, patrimonial e estético. O primeiro capítulo buscou compreender como a sociedade goiana concebia os templos católicos para, com isso, mensurar melhor o valor social das igrejas que se transformaram em ruínas. Para a sociedade goiana, por longos anos, as ruínas arquitetônicas eram vistas como argumento de uma decadência que atingiu a Província após o esgotamento das minas auríferas no início do século XIX. No caso das ruínas de igrejas, o impacto era bem mais profundo, já que os templos eram centros da religiosidade e da sociabilidade. No segundo capítulo a tentativa foi apresentar que esses espaços passaram a ser valorizados pela sociedade do século XX e XXI através da patrimonialização das antigas construções em fragmentação. A pesquisa se mostra a caminho para a compreensão mais nítida sobre o que é a estética das ruínas. Adianta-se, também, que a história e a patrimonialização em Goiás está muito mais ligada a “conflitos” e interesses políticos do que propriamente à valorização. Por fim, o último capítulo buscou apresentar as percepções acerca da estética das ruínas e como a visão sobre esse espaço foi sendo modificada principalmente neste início do século XXI, quando passou a estar presente nas fotografias e produções audiovisuais, e como o sublime foi ganhando novas formas e percepções ao longo dos séculos. As ruínas, em seus vários graus de arruinamento, passaram a ter representatividades diferentes tanto para a comunidade civil quanto para a comunidade artística e acadêmica.

**Palavras-chave:** Patrimônio. Estética. Cultura. História.

## ABSTRACT

The ruins of religious temples constitute an important field of aesthetic experimentation and academic possibilities. This research sought to present how the ruins in Goiás are imbued with aesthetics, history and culture. The central problem of the research consists in the analysis of an important cultural change that took place in contemporary times: why the ruins of churches in Goiás were considered a symbol of decadence, in the 19th century, but came to be valued as historical heritage and aesthetic artifacts at the beginning of the 20th century? The ruins were seen as a symbol of decadence because they reinforced the representation of a society in civilization decline; but the 20th century onwards, the ruins were culturally valued as a historical heritage and aesthetically as an expression of the sublime. With the emergence of the notion of historical and artistic heritage, the old began to be valued, which was also made possible by the emergence of post-modern context of aesthetic and cultural valorization of things from the past. Thus, it can be seen that the cultural value of the churches in Goiás lies in the fact that these buildings went from being devalued, because they represented civilizational decadence, to having aesthetic, cultural and symbolic representation recognized by heritage bodies and society. The main objective of the research will be to analyze the aesthetic and cultural representations of the ruins of churches in Goiás, highlighting the historical and cultural transformations, and the transformations of the ruins of “symbol of decadence” in object of aesthetic valuation, seeking to analyze the churches from the point of view of its religious patrimonial. The first chapter sought to understand how society in Goiás conceived Catholic temples in order to better measure the social value of churches that were turned into ruins. For the society of Goiás, for many years, the architectural ruins were seen as an argument of a decadence that reached the Province after the depletion of the gold mines in the beginning of the 19th century. In the case of the ruins of churches, the impact was much more profound, since the temples were centers of religiosity and sociability. In the second chapter, the attempt was to present that these spaces came to be valued by the society of the 20th and 21st century through the patrimonialization of the old buildings in fragmentation. The new researches are on the way to a clearer understanding of what is the aesthetics of ruins. It is also advanced that history and patrimonialization in Goiás is much more linked to “conflicts” and political interests than to valorization itself. Finally, the last chapter sought to present the perceptions about the aesthetics of the ruins and how the vision of this space was being modified mainly throughout the 21st century, when it started to be present in photographs and audiovisual productions, and how the sublime was gaining new forms and perceptions over the centuries. The ruins, in their various degrees of ruin, started to have different representations for both the civil community and the artistic and academic community.

**Keywords:** Heritage. Aesthetics. Culture. History.

## LISTA DE IMAGENS

|   |    |
|---|----|
| Imagem 01: Artes sacras retiradas da antiga capela de Nossa Senhora do Pilar Goiás .....                    | 27 |
| Imagem 02: Igreja Nossa Senhora do Pilar Goiás .....  | 37 |
| Imagem 03: Ruínas da Igreja Nossa Senhora D'Abadia, em Três Ranchos-GO Goiás .....                          | 39 |
| Imagem 04: Ruínas da antiga Igreja Nossa Senhora do Rosário em Traíras-GO Goiás .....                       | 41 |
| Imagem 05: Ruínas da Capela de São Sebastião Goiás.....   | 44 |
| Imagem 06: Vista de Amalfi Goiás .....  | 48 |
| Imagem 07: Crucifixo e sinos da antiga igreja Nossa Senhora do Rosário no antigo arraial de Traíras-GO..... | 55 |
| Imagem 08: Luminária octogonal.....   | 63 |
| Imagem 09: Finalização da etapa para conservação das ruínas.....  | 64 |
| Imagem 10: Ruína do templo de Nossa Senhora do Pilar ruínas .....   | 65 |
| Imagem 11: Ruínas de Ouro Fino no Jornal O Popular ruínas.....  | 66 |
| Imagem 12: Imagem do processo de conservação .....  | 67 |
| Imagem 13: Interior da antiga igreja de Nossa Senhora do Rosário .....                                      | 70 |
| Imagem 14: Ruínas de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos .....  | 71 |
| Imagem 15: Ruínas de Nossa Senhora D'Abadia .....   | 76 |
| Imagem 16: Ruínas da capela de São Sebastião .....  | 79 |

|  |     |
|--|-----|
| Imagem 17: Ruína da capela de São Sebastião .....                                  | 80  |
| Imagem 18: Caminhante sobre o mar de nevoa .....                                   | 84  |
| Imagem 19: As ruínas de Pompéia .....  | 86  |
| Imagem 20: O Sonhador .....  | 89  |
| Imagem 21: A exaltação da Santa Cruz.....  | 91  |
| Imagem 22: A história do Convento.....   | 93  |
| Imagem 23: Itaboraí turismo .....  | 94  |
| Imagem 24: Representação da antiga igreja de Três Ranchos .....                    | 95  |
| Imagem 25: Visão do altar.....   | 97  |
| Imagem 26: As ruínas que abrigam as serpentes em Ouro Fino .....                   | 98  |
| Imagem 27: As flores da paineira na ruína da igreja Nossa Senhora D’Abadia .....   | 99  |
| Imagem 28: A ruína como espetáculo .....   | 100 |
| Imagem 29: Gravação da música Saudade sua na ruína da capela de São Sebastião..... | 101 |
| Imagem 30: O sim na “ruína” da capela.....   | 103 |
| Imagem 31: Memória feliz .....   | 103 |
| Imagem 32: Ruína de templo religioso de Cocalzinho.....                            | 104 |
| Imagem 33: Foto Strada e as ruínas da Igreja Nossa Senhora do Rosário .....        | 105 |

## LISTA DE MAPAS

|   |    |
|---|----|
| Mapa 01: Localização dos distritos, municípios e biomas Goiás.....    | 14 |
| Mapa 02: Localização do antigo arraial de Ouro Fino de Goiás .....    | 62 |
| Mapa 03: Localização do antigo arraial de Traíras Mapa Goiás .....    | 68 |
| Mapa 04: Localização de Três Ranchos Goiás.....                       | 73 |
| Mapa 05: Localização do antigo povoado de Aureliópolis de Goiás ..... | 77 |

## **LISTA DE SIGLAS**

AGEPEL - Agência Goiana de Cultura

IPHAN - Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SECULT - Secretaria de Estado de Cultura

SEDUCE - Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte de Goiás

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

## LISTA DE QUADROS

|  |    |
|--|----|
| Tabela 01: Ruínas de igrejas e capelas patrimonializadas no Brasil .....     | 53 |
| Tabela 02: Ruínas de igrejas e mosteiros patrimonializados pela UNESCO ..... | 56 |

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | <b>12</b>  |
| <b>Capítulo I: As ruínas de templos religiosos</b> .....                              | <b>20</b>  |
| 1.1. A importância dos templos católicos em Goiás .....                               | 20         |
| 1.2. O conceito de decadência na historiografia goiana .....                          | 28         |
| 1.3. Os resquícios do passado brilhante .....   | 35         |
| 1.3.1. Ouro Fino .....  | 36         |
| 1.3.2. Três Ranchos .....   | 38         |
| 1.3.3. Traíras .....  | 40         |
| 1.3.4. Aureliópolis .....   | 42         |
| <b>Capítulo II: As ruínas como patrimônio histórico e cultural</b> .....              | <b>45</b>  |
| 2.1. Um breve histórico do patrimônio .....   | 45         |
| 2.2. O advento das políticas de preservação patrimonial no Brasil .....               | 58         |
| 2.2.1. Ouro Fino de Goiás: Onde está Seu patrimônio? .....                            | 61         |
| 2.2.2. O patrimônio artístico de Traíras .....  | 68         |
| 2.2.3. O patrimônio de Três Ranchos .....   | 73         |
| 2.2.4. O patrimônio histórico de Aureliópolis de Goiás: “A capela dos artistas” ..... | 77         |
| <b>Capítulo III: A estética do Sublime</b> .....                                      | <b>81</b>  |
| 3.1. Sobre a Estética .....   | 81         |
| 3.2. O fascínio pelo abandono .....   | 89         |
| 3.3. Da luz do Ouro à luz estética e Cultural .....                                   | 96         |
| <b>Conclusão</b> .....  | <b>106</b> |
| <b>Referências</b> .....  | <b>109</b> |
| <b>Apêndices</b> .....  | <b>113</b> |

## INTRODUÇÃO

As mudanças dentro do campo historiográfico possibilitaram que os historiadores tecessem suas narrativas históricas por meio da interdisciplinaridade que ampliou os conhecimentos sociais e possibilitou que as pesquisas históricas se tornassem diversas, assim como as perspectivas das fontes são diversas e passíveis de diálogo com outras áreas do saber humano refletindo e adaptando conceitos e acrescentando novas teorias.

Levando em consideração as novas possibilidades de estudo, decidimos apresentar as potencialidades do estudo cultural e estético das ruínas de templos religiosos no Cerrado goiano<sup>1</sup>, considerando-os fontes históricas e de inspiração estética para artistas e pesquisadores das humanidades e ciências sociais. Portanto, nesta dissertação, concentrar-nos-emos em objetos que possibilitam um diálogo interdisciplinar. Patrimônios específicos que foram tombados por diferentes instituições de preservação da cultura material (e imaterial) são as ruínas de igrejas que foram construídas em diferentes períodos da história, o que possibilita, por meio deste estudo, revisitar temas importantes da historiografia goiana.

A pesquisa teve como eixo principal a análise cultural de capelas coloniais que foram patrimonializadas em diferentes períodos do século XX e XXI. Atualmente, a maioria dessas construções passa por um relativo abandono por parte das instituições públicas, com exceção das ruínas da antiga igreja Nossa Senhora do Pilar, que está passando por uma intervenção para conservação. Contudo, mesmo em estado precário e em relativo abandono, as ruínas de igrejas despertam um fascínio em pessoas que exploram esses locais abandonados.

Em Goiás, existem diversos bens da cultura material e imaterial tombados por diferentes órgão(s), como a Secretaria de Educação e Cultura (SECULT), do Governo Estadual; o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Governo Federal (IPHAN); e o órgão máximo internacional, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Devido à importância histórica de Goiás, muitos centros históricos ganharam maior visibilidade, contudo, existem outros patrimônios de notoriedade, e que se encontram em

---

<sup>1</sup> É preciso fazer um adendo em relação à escolha do título da dissertação “RUÍNAS DE IGREJAS: AS REPRESENTAÇÕES ESTÉTICAS E CULTURAIS NO CERRADO GOIANO”. Apesar de se tratar de representações, a dissertação também fala de sensibilidades, ou seja, de experiências humanas que movem o homem a sentir sensações, emoções físicas e psíquicas. Segundo Pesavento (2007), a sensibilidade traduz a subjetividade do sentimento, seja coletivo ou individual, em materialidades, em algo palpável.

locais que remetem aos primórdios da ocupação do território goiano ou são relevantes para a origem de alguns núcleos populacionais.

Do ponto de vista geográfico, as ruínas selecionadas encontram-se em diferentes localizações do estado, em duas cidades e três distritos goianos, onde a ocupação e o povoamento se deram pela mineração do século XVIII. São elas: os distritos de Traíras (situado na região Norte do estado de Goiás); Ouro Fino de Goiás (situado na região Centro-Oeste de Goiás); e a cidade Três Ranchos (situada na região Sudeste do estado). Aureliópolis de Goiás (situada na região Centro Sudeste do estado) é a única exceção deste trabalho, já que o povoado não foi fundado no período da mineração.

Os patrimônios selecionados foram as seguintes igrejas: Nossa Senhora do Rosário, localizada em Traíras (atual distrito de Tupiraçaba), construída em 1735 e patrimonializada no ano de 1955 pelo IPHAN; Nossa Senhora do Pilar, em Ouro Fino de Goiás (atual distrito de Itaiú), construída em 1727 e inserida no Sítio Arqueológico do IPHAN no ano de 1998; Nossa Senhora D'Abadia, em Três Ranchos, construída em 1775 e patrimonializada no ano de 2018 pela SEDUCE Goiás; São Sebastião, em Aureliópolis de Goiás (distrito de Bela Vista de Goiás), construída em 1924 e patrimonializada no ano de 2007 pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Bela Vista de Goiás. Por causa da diversidade de objetos de pesquisa, o recorte temporal possui diversas camadas temporais (séculos XVIII, XIX, XX e XXI), mas isso não significa que abordar-se-ão os séculos em toda as suas densidades históricas. O que se pretende é analisar o contexto em que cada uma dessas igrejas foi transformada em ruína patrimonializada.

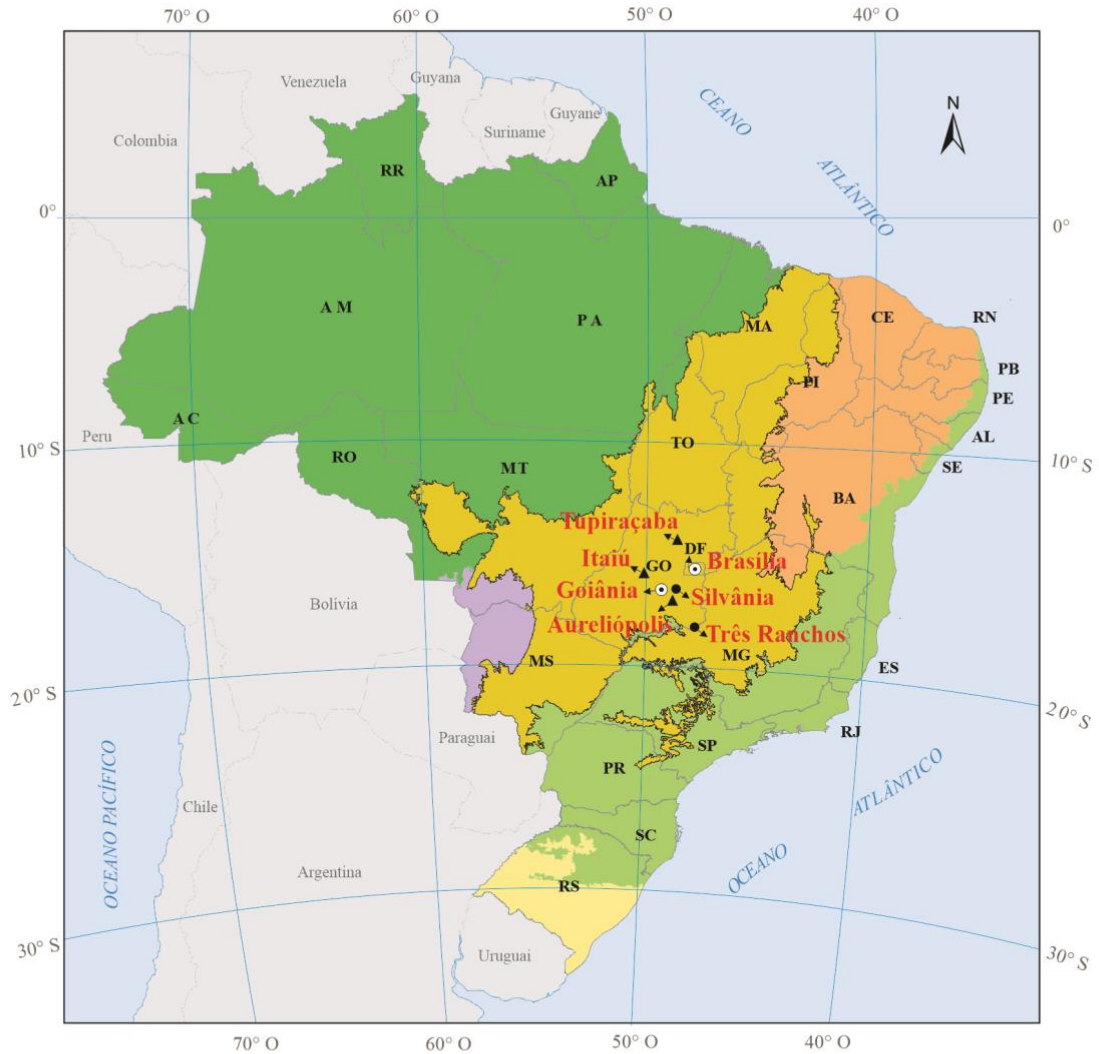
Para melhor visualizar as localidades onde os objetos da pesquisa se encontram, foram construídos mapas da região do Cerrado e dos distritos e municípios que serão apresentados na dissertação.

### **Mapa 01: Localização dos distritos, municípios e biomas<sup>2</sup>**

---

<sup>2</sup> No mapa Brasil: localização dos biomas brasileiros e algumas localidades em que se encontram algumas ruínas de igrejas, encontra-se no mapa Silvânia, que também havia uma ruína de igreja, mas que foi restaurada durante o processo da pesquisa de mestrado, e perdeu a característica de ruínas.

## BRASIL: LOCALIZAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS - 2021



250 0 250 500 750km

Sistema de Coordenadas Geográficas - Lat.Long  
 Meridiano de Referência: 54° O. Gr.  
 Paralelo de Referência: 0°  
 Projeção Policônica  
 Datum SIRGAS 2000

### LEGENDA

- Amazônia
- Mata Atlântica
- Cerrado
- Pantanal
- Caatinga
- Pampa

### FONTE:

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Biomas brasileiros. Rio de Janeiro, 2019. Escala 1:250.000. Disponível: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/15842-biomas.html?=&t=downloads>. Acesso em: 22 abr. 2021. (Base Cartográfica).

### Cartografia Digital

Ícaro Felipe Soares Rodrigues

Os objetos que foram analisados nesta dissertação estão situados em diferentes locais e regiões do estado de Goiás que passaram por transformações advindas com a modernidade. Portanto, a dissertação teve como proposta apresentar as ruínas de igrejas como heranças de um passado, nas quais se conservou elementos materiais que possibilitam recuperar aspectos da memória coletiva. O fato de esses artefatos serem patrimonializados demonstra que eles possuem um interesse social, seja pelo fato de terem sido objetos de devoção, seja pelo fato de serem objetos patrimoniais. Assim, apesar de nem todos esses espaços serem preservados em sua forma completa, às vezes, eles são preservados apenas em seus alicerces, mas neles também é possível compreender as representações do passado e do presente.

O estudo das ruínas é “como uma arqueologia do passado”, ou, melhor dizendo, uma hermenêutica do presente, que possibilita a compreensão do tempo histórico, das experiências e expectativas, das tradições e memórias, além do interesse de patrimonialização desses lugares.

É importante enfatizar que o interesse por espaços em ruínas (desabitados) como um local de apreciação estética ganha maior intensidade e visibilidade com o Romantismo. Isso porque esse movimento tinha como base valores ligados à imaginação, ao culto às emoções, ao subjetivismo, à natureza e ao passado e que estão inseridos em espaços de características pitorescas e sublimes. A partir disso, os fragmentos arquitetônicos passaram a gerar interesses para que o indivíduo explorasse esses espaços.

Dentre os vários motivos para tal interesse, podemos elencar alguns de suma importância, como as ruínas evocarem reflexões de um passado extinto e a experiência estética sublime e melancólica no ser humano; explorar um local abandono para se aventurar em locais desconhecidos, principalmente nas construções antigas, além do cunho estético, possuem um cunho educativo, no sentido de que elas são documentos históricos, culturais e artísticos que nos possibilitam compreender o passado.

A justificativa acadêmica para esta dissertação encontra-se no fato de que o estudo das ruínas de igrejas utiliza uma importante fonte documental por diversos motivos. O primeiro é para a pesquisa estética, sendo esta pouquíssima abordada. Até o momento, não é de meu conhecimento a existência de trabalhos a nível estadual que pesquisaram a temática. Porém, existem diversas reflexões acadêmicas que dialogam com a pesquisa, tais como a dissertação de mestrado de Bruno Amarante (2013); o Livro de Carlos Fortuna(2013); a dissertação de Laura Ludovico de Melo (2009); a tese de Angela Rodrigues (2017); e Simmel (1998) grande

referência para este trabalho, tendo em vista seu olhar sociológico e sensível sobre as ruínas e que será fortemente utilizado no terceiro capítulo dessa dissertação. Entretanto, nenhum desses trabalhos enfatiza a estética das ruínas de templos religiosos em Goiás. Além disso, a análise possibilitou fazer novas conexões, comparações e releituras de acontecimentos e transformações de uma sociedade, possibilitando o aparecimento de novos pontos de vistas e “teorias”, ou de novas formas de trabalhar com a documentação material.

O estudo proposto a partir da estética e do patrimônio viabiliza questões importantes como a identidade cultural, o lugar de memória e a história (em seus diversos campos de estudo) de diversas cidades que foram importantes para a formação da região. É importante frisar que o caráter interdisciplinar da pesquisa visa ampliar o estudo do tema “estética das ruínas”, priorizando diálogos entre História, Geografia, História da Arte e Patrimônio, atendendo os propósitos da linha de pesquisa “Saberes e Expressões Culturais do Cerrado”.

O problema central da pesquisa consiste na análise de uma importante mudança cultural que teve lugar em épocas contemporâneas: por que as ruínas de igrejas em Goiás eram consideradas símbolo da decadência, no século XIX, mas passaram a ser valorizadas como patrimônio histórico e artefatos estéticos a partir do século XX?

As ruínas eram vistas como símbolo da decadência, porque reforçavam a representação de uma sociedade em declínio civilizatório; mas a partir do século XX, as ruínas foram valorizadas culturalmente como patrimônio histórico e esteticamente como expressão do sublime. Com o aparecimento da noção de patrimônio histórico e artístico, o antigo passou a ser valorizado, o que foi possibilitado também pelo surgimento de um contexto pós-moderno de valorização estética e cultural das coisas do passado.

Assim, pode-se perceber que o valor cultural das ruínas de Igrejas em Goiás está no fato de que essas construções passaram de desvalorizadas, porque representavam a decadência civilizacional, a ter representatividade estética, cultural e simbólica reconhecida pelos órgãos patrimoniais e pela sociedade.

À vista disso, o objetivo principal da pesquisa será analisar as representações estéticas e culturais das ruínas de igrejas em Goiás, destacando as transformações históricas e culturais, e as transformações das ruínas de “símbolo da decadência” em objeto de valorização estética, buscando analisar as igrejas do ponto de vista do seu valor religioso, patrimonial e estético.

Dentre os principais conceitos para a compreensão da temática, os mais importantes são: Decadência; Ruínas; Representações; Patrimônio; Memória e Sublime. A decadência será abordada da seguinte forma: primeiro a representação dessa visão de decadência em Goiás para os viajantes europeus do século XIX, dando destaque para as narrativas de Emmanuel Pohl (1817), Saint-Hilaire (1819) e Francis Castelnau (1843). Em um segundo momento, será destacado como alguns historiadores da primeira geração do século XX incorporaram os discursos sobre a decadência. Para isso, serão utilizados os estudos de Luis Palacín (1994), e, por fim, historiadores posteriores à primeira geração que contestam<sup>3</sup> e apresentam novos entendimentos sobre a decadência, como foi o caso de Nars Chaul (1995) e Eliézer Cardoso de Oliveira (2014).

Sobre o conceito de “patrimônio”, a referência foi os principais nomes de pesquisadores da área, como Isabelle Cury (1995) que organizou um perfeito exemplar de “Cartas Patrimoniais” desde a década de 1930 até 1999; Paulo Funari e Sandra Pelegrine (2006) que discutem as mudanças sobre a ideia de patrimônio ao longo dos séculos no Brasil. Além disso, foram abordadas as ideias que surgiram no “Manifesto regionalista” do ilustre Gilberto Freyre, de 1926.

Para o conceito de “Memória”, as principais referências serão Maurice Halbwachs (1968); Jacques Le Goff (1990), entre outros intelectuais da área que corroboram a temática abordada.

Sobre o conceito do “Sublime”, foram utilizados pesquisadores da estética e da história da arte, para compreender a sua importância para a sociedade e para as pesquisas científicas. Para tanto, serão utilizados filósofos como Longino (2014), Aristóteles (2014), Kant (2020), Burke (2016) e Schiller (2018). Para a compreensão da estética encontrada no patrimônio, o principal nome a ser abordado será a de Françoise Choay (2006) que trabalha a história dos monumentos e a sua importância para a sociedade francesa. Afim de detalhar “a origem” do patrimônio histórico e artístico, se embasará em Alois Riegl (2014), que apresenta a

---

<sup>3</sup> Ainda poderiam ser elencados os historiadores como Paulo Bertran e Paulo Sérgio Moreyra que foram bases para o historiador Chaul, durante as reflexões em oposição ao termo da “decadência” consolidado em Goiás durante o século XIX. Na perspectiva de Bertran (1994), por exemplo, a decadência não poderia ser relacionada com o modo de vida rural em Goiás, mas apenas ao declínio de extração de recursos da mineração. Goiás foi um local de múltiplas culturas e de resistência, e o termo decadência partiu de um olhar que não compreendia as relações culturais e econômicas que foram estabelecidos durante o processo de ocupação do território e declínio da mineração.

importância da arquitetura e de seus fragmentos. Além desses teóricos, também será utilizado W. Benjamin (2017) para a compreensão da representação imagética.

Por se tratar de um trabalho interdisciplinar, que envolve discussões nas áreas da História, Arte, Geografia e Patrimônio, a metodologia foi dividida em quatro partes. A primeira parte consistiu em selecionar as ruínas de igrejas existentes em Goiás e que foram tombadas pelos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais. A segunda parte da pesquisa consistiu numa revisão conceitual que dialoga com a temática e com os principais conceitos da análise, assim, delimitando e enfatizando as bases teórico-conceituais a serem adotadas, como: Ruínas; Sublime; Patrimônio Cultural e Histórico; Memória; Decadência e Representação. A intencionalidade dessa parte é conduzir para um entendimento das transformações socioculturais e uma observação voltada para a estética do sublime e para compreender as atribuições de conceitos ou estigmas nas ruínas de construções de pequenas igrejas que se encontram presentes no Cerrado goiano, ao passo que muitas dessas reminiscências foram tombadas como patrimônio pelos departamentos institucionais responsáveis por tombar e salvar, no século XX e XXI.

A terceira parte da metodologia consistiu no levantamento de fontes escritas e iconográficas, tais como: imagens, jornais, revistas e manuscritos. A quarta parte foi a organização de modelos de mapas dos locais para a produção da cartografia digital.

O primeiro capítulo, denominado “As ruínas de templos religiosos”, buscou tratar como a sociedade goiana concebia os templos católicos para, com isso, mensurar melhor o valor social das igrejas que se transformaram em ruínas. Os templos católicos em Goiás eram as maiores construções até as primeiras décadas do século XX. Entretanto, muitas vezes, esses templos foram considerados por viajantes e estudiosos de arquitetura como exemplos de um barroco pobre, se comparados aos existentes em Minas Gerais. No primeiro capítulo também se buscou apresentar a representação psicológica do ‘estigma de decadência’ que pairou, principalmente, sobre elite goiana, que via a sua época como em decadência econômica e cultural. Essa representação é importante para esse trabalho, uma vez que as ruínas, de modo geral, e as de igreja, de modo particular, reforçavam a ideia de que o período após o auge da exploração aurífera era de decadência. Para além, foi escrita uma breve história dos antigos arraiais e distritos, destacando os principais elementos que culminaram nas ruínas das igrejas locais.

No segundo capítulo, denominado “As ruínas como patrimônio histórico e cultural”, buscou-se mostrar a evolução da preservação do patrimônio na Europa e o quanto ela foi importante para a percepção sobre as ruínas no Brasil e nas ruínas de templos em Goiás que passaram de desvalorizadas e símbolos da “decadência” para valorizadas e importantes para a história e cultura de Goiás, sendo, assim, importantes para a sociedade civil e para os órgãos de preservação nacional, estadual e municipal. Por esse motivo, foram elaboradas duas tabelas de ruínas de igrejas patrimonializadas por diferentes órgãos de patrimonialização, incluindo a UNESCO.

Por fim, objetivo do capítulo 3, denominado “A estética do sublime”, foi compreender como o estigma de “decadência” passou a ser objeto de valoração estética, levando a discussão para o conceito de sublime, destacando o interesse do homem pelos espaços abandonados. Portanto, cada uma das ruínas estudadas terá seu tratamento estético particular através da seleção de imagens de blogs, jornais e destaques nos sites das prefeituras para se chegar ao entendimento da importância cultural das ruínas religiosas no Cerrado goiano, nos possibilitando compreender a gênese das ruínas, vinculando a resistência de um passado estigmatizado

## CAPÍTULO 1: AS RUÍNAS DE TEMPLOS RELIGIOSOS

Arquitetura é antes de mais nada construção, mas, construção concebida com o propósito primordial de ordenar e organizar o espaço para determinada finalidade e visando a determinada intenção.

- *Oscar Niemeyer*

O foco deste capítulo é perceber como a sociedade goiana concebia os templos católicos, para com isso mensurar melhor o valor social das igrejas que se transformaram em ruínas. Para a sociedade goiana, por longos anos as ruínas arquitetônicas eram vistas como argumento de uma decadência que atingiu a Província após o esgotamento das minas auríferas no início do século XIX. No caso das ruínas de igrejas, o impacto era bem mais profundo, já que os templos eram centros da religiosidade e da sociabilidade. Daí a necessidade de uma reflexão historiográfica sobre a categoria “decadência”, bem como de analisar historicamente os elementos, específicos a cada localidade, que resultaram no arruinamento das respectivas igrejas.

### 1.1. A importância dos templos católicos em Goiás

À primeira vista é evidente que uma ruína de um templo religioso é bem diferente de uma ruína de uma construção laica como, por exemplo, de uma fazenda. É que os objetos religiosos pertencem à dimensão das “coisas sagradas” e os demais objetos pertencem ao “mundo profano”.

Uma definição clássica de “sagrado” e “profano” encontra-se em “As Formas elementares da Vida Religiosa”, livro publicado em 1912, por Emile Durkheim, no qual apresenta-se um estudo sobre as mais distintas origens de crenças e práticas religiosas e questões centrais para a sociologia da religião. De acordo com o sociólogo, a experiência social ocorrida por meio de manifestações religiosas, por mais que nos pareça diferente ou até mesmo estranha, faz parte de uma realidade profunda para determinados grupos. Por exemplo, algo que pode ser “simples” para alguns, como uma árvore ou uma cruz de madeira, pode ser sagrado para outros. Por isso, esses objetos são separados e reservados em um local especial, pois eles são vistos como portadores de uma energia especial e compõem aquilo que a sociedade

considera como “sagrado” e distingue-se dos demais espaços da vida cotidiana, que fazem parte do profano.

Os objetos materiais que compõem o sagrado reforçam a força coercitiva que a sociedade exerce sobre os indivíduos a partir das crenças religiosas. Em sua postura funcionalista, Durkheim percebe a crença religiosa como essencial para reforçar os laços que ligam o indivíduo ao seu grupo e manter as bases estruturais de uma determinada comunidade. Por isso ele afirmou que “deus não é apenas uma autoridade da qual dependemos; é também uma força sobre a qual se apóia nossa força” (DURKHEIM, 1996, p.214). Essas colocações demonstram que os objetos considerados sagrados transcendem a espiritualidade e influenciam aspectos identitários, políticos, econômicos, estéticos etc. Isso faz com que os templos religiosos católicos, o objeto desta reflexão, sejam duplamente valorizados, pois representam o espiritual transcendente e exercem funções de consolidar laços sociais. Uma igreja era um local de culto, mas era também o local de conhecer novas pessoas, local para apreciar a beleza da arte da arquitetura, local de reafirmação do prestígio político e social de grupos, dentre muitas outras funções.

Na ótica de Durkheim, por meio da observação, pode-se compreender a prática e o comportamento do homem religioso. Um dos pressupostos do sociólogo para a religião é a identificação de elementos comuns nas religiões e que são comparados. Isso leva à compreensão de que a religião é algo fundamental e de coesão social. Nesse sentido, leva-nos também a compreender que os fenômenos também falam da realidade social e que a tradição geradora de mitos e ritos é essencialmente coletiva e repercute na sociedade.

As religiões, mesmo as grandes religiões como o Budismo, por exemplo, são um sistema solidário tanto de práticas quanto de crenças relativas às coisas vinculadas ao sagrado, quer dizer, isso é moral ou isso é imoral dentro de uma comunidade de praticantes de determinada religião. Entretanto, de acordo com o intelectual, as obrigatoriedades impostas aos membros religiosos sobrepõem-se em partes e divide o pensamento em duas partes. A primeira está vinculada à coesão social - que possui uma representação fundamental em relação às representações de um mundo de tradições e culturas - e a necessidade da sociedade em relação a esses elementos. Depois, Durkheim apresenta que religião e igreja são inseparáveis. Uma vez que a igreja faz pressentir que a religião é algo eminentemente coletivo. Durkheim (1996, p. 28) escreve que “As crenças propriamente religiosas são sempre comuns a uma coletividade determinada, que declara aderir a elas e praticar os ritos que lhes são solidários.” Portanto, ‘não

há vida religiosa' sem a igreja, pois ela tem por essência um grupo definido e de práticas comuns. Sendo assim, a ideia de religião para Durkheim (1996, p. 18) “vai além da ideia de deuses ou de espíritos.”

A conexão existente entre religião e sociedade é outra questão fundamental, tendo em vista que confere uma base lógica de que é a sociedade que está na base da origem das crenças e que é a partir da mesma [da sociedade] que se fortifica o sentimento do sagrado. Durkheim apresenta que:

[...] se ele<sup>4</sup> é, ao mesmo tempo, símbolo do deus e da sociedade, não é que o deus e a sociedade são uma coisa só? De que maneira o emblema do grupo poderia ter se tornado a figura dessa quase divindade, se o grupo e a divindade fossem duas realidades distintas? (DURKHEIM, 1996, p. 201-211)

O totem, na perspectiva do sociólogo, simboliza uma realidade que garante o algo sagrado para a comunidade e que desperta nela o sentimento de sacralidade. Segundo Durkheim (1996, p. 211), de “maneira geral, [...] uma sociedade tem tudo o que é preciso para despertar nos espíritos, pela simples ação que exerce sobre eles, a sensação do divino; pois ela é para seus membros o que um deus é para seus fiéis.” Ou seja, na visão do sociólogo, a sociedade possui uma relação com a força superior, relação que também se baseia com a obediência com aquele que lhes ordena. Essa relação se estabelece com a moral e o reconforto, uma vez que os homens religiosos recorrem ao deus em seus momentos de tristeza e fraqueza (moral), as “forças morais por serem construídas inteiramente com as impressões”.

O sociólogo também reforça que devido a essas questões, os ritos coletivos são importantes para que os indivíduos sintam “a sublimidade” religiosa e se mantenham na fé. Isso porque a fé ou as crenças, o que quer que seja, afetam nossos sentidos. “O caráter do sagrado é, no mais alto grau, contagioso [...]” (DURKHEIM, 1996, p. 230).

A obra “As formas elementares da vida religiosa”, de Émile Durkheim, é um trabalho que de fato encontra a essência da religião através do trabalho sociológico. Através das questões e reflexões mais profundas de Durkheim, o historiador Eliézer Cardoso de Oliveira (2014) confere às igrejas em Goiás uma grande importância cultural, uma vez que elas são socialmente construídas. E além dos complexos locais, as igrejas representavam civilização e devoção.

Outra obra importante para essa temática é o livro “O sagrado e o profano”, publicado em 1957 pelo cientista da religião romeno Mircea Eliade, um dos mais importantes estudiosos

---

<sup>4</sup> O totem.

do fenômeno religioso da atualidade. Nesse livro, ele buscou compreender quais são as características essenciais do fenômeno religioso e as dimensões vividas pelo homem em seu meio social. O pesquisador também buscou compreender as interações religiosas dos primeiros grupos chamados de ‘primitivos’ para observar com mais clareza e, posteriormente, compreender o processo de secularização do homem moderno. De acordo Mircea Eliade,

O homem das sociedades arcaicas tem a tendência para viver o mais possível no sagrado ou muito perto dos objetos consagrados. Essa tendência é compreensível, pois para os “primitivos”, como para o homem de todas as sociedades pré-modernas, o sagrado equivale ao poder e, em última análise, à realidade por excelência. [...]É preciso dizer, desde já, que o mundo profano na sua totalidade, o Cosmos totalmente dessacralizado, é uma descoberta recente na história do espírito humano. (ELIADE, 1992, p. 13-14)

Essas colocações de Eliade são importantes para este trabalho, pois elas demonstram que aquilo que é considerado sagrado e profano não tem o mesmo valor em todas as sociedades. As sociedades mais tradicionais são mais religiosas do que as modernas e isso repercute no modo como os objetos religiosos são apreciados. Um exemplo simples demonstra essa diferença: as igrejas católicas situavam-se na praça central das cidades goianas tradicionais, mas numa cidade moderna, como é o caso de Goiânia, não há nenhuma igreja na sua praça central. Os objetos sagrados podem perder o seu prestígio social, ao longo do tempo, e às vezes até se tornar objetos quase profanos, como é o caso de algumas ruínas de igrejas, que são vistas mais como objeto estético do que objeto religioso.

Eliade ressalta também que o homem religioso tem a necessidade de separação do espaço sagrado do profano, o que indica que os seres humanos não concebem da mesma forma os lugares pelos quais transitam em seu cotidiano. Assim como em nossa vida particular existem locais mais importantes que outros e que nos permitem uma identificação enquanto comunidade, isso também possibilita que o homem religioso se oriente e construa sua identidade (religiosa) através do espaço e do tempo sagrado.

Essa valorização religiosa do espaço torna-se bem visível durante os rituais e festividades sagradas que acontecem num determinado lugar bem específico. Por meio de suas observações dos povos localizados na ilha da polinésia Tikopia, Eliade compreendeu que

As múltiplas cerimônias que constituem as festas periódicas e que, repetimos, não são mais do que a reiteração dos gestos exemplares dos deuses, não se distinguem, aparentemente, das atividades normais [...]. Na realidade, porém, todas essas atividades cerimoniais se diferenciam dos trabalhos similares executados no tempo comum pelo fato de só incidirem sobre alguns objetos – que constituem, de certo modo, os arquétipos de suas respectivas classes – e

também porque as cerimônias são realizadas numa atmosfera impregnada de sagrado (ELIADE, 1992, p. 46).

As festividades são momentos sagrados que acontecem em lugares específicos e possibilitam uma relação mais íntima dos fiéis com os símbolos sagrados. No caso do catolicismo popular, esses lugares podem ocorrer em grutas ou morros, mas o lugar central é o templo religioso.

Como a religiosidade “envolve igualmente as emoções, que são tão essenciais na vida humana” (GAARDER; HALLEM; NOTAKER, 2000, p. 34), há várias estratégias para estimulá-las, como os cantos, os instrumentos musicais, as preces, os jejuns e a própria configuração material do lugar sagrado como, por exemplo, no caso do catolicismo, um templo com acústica adequada, com vitrais que propiciam um jogo de luz e sombras, com as obras estéticas tematizando temas sacros. Esses elementos num ritual “acendem a imaginação e as emoções” do homem religioso (GAARDER; HALLERM; NOTAKER, 2000, p. 34).

Trazendo essas reflexões para o contexto goiano, é pertinente a citação do viajante austríaco Johan Emanuel Pohl, que esteve em Goiás no ano de 1819. De acordo com ele, em Goiás, apreciavam-se

[...] as festas públicas, especialmente as religiosas. A Semana Santa, por exemplo, figura entre as mais notáveis. [...] Na Quinta-feira Santa o Governador e todos os funcionários reais preparam-se para a comunhão e assistem às cerimônias habituais. À tarde ele procede ao lava-pés de doze meninos. O altar-mor, onde está exposto o Santíssimo, cercado de muitas luzes, forma um grande palco, ornado com um quadro da Santa Ceia. [...] Já antes, em 19 de abril, eu assistira uma festa igualmente relacionada com a Semana Santa, a procissão de Nosso Senhor dos Passos. [...] a cruz, era conduzida, acompanhada de grande multidão e ao som de músicas [...] (POHL, 1976, p. 143-144)

O relato escrito por Pohl apresenta questões importantes. A primeira é que a igreja, a partir da observação feita na Matriz Nossa Senhora do Rosário, a mais imponente da Cidade de Goiás, era um espaço que representava um local sagrado em que se reuniam pessoas diversas, desde o Governador até o mais humilde sertanejo e, segundo o relato, alguns percorriam mais de 150 quilômetros para participar da solenidade religiosa. A igreja constituía-se no centro de sociabilidade da sociedade goiana, confirmando as colocações de Durkheim de que o sagrado integra o indivíduo numa poderosa rede de sociabilidade.

A segunda questão que pode ser observada na citação de E. Pohl são os elementos físicos que compõem o ritual religioso, desde a simbologia do Governador imitando o gesto de

Cristo e lavando os pés das crianças, até o altar-mor “cercado de muitas luzes” e enfeitado com um quadro da Santa Ceia. É o momento, como afirmou Eliade, de aproximação do fiel da simbologia do sagrado; é o momento de emocionar-se com aquele ritual central da religiosidade católica, principalmente a condução da cruz numa procissão por uma multidão, extasiada pelo som da música sacra. Por tudo isso, é pertinente a colocação de que

A devoção religiosa era uma questão primordial no cotidiano da população. Rituais religiosos envolviam o indivíduo do nascimento à morte e a simbologia religiosa ocupava parte importante dos esforços estéticos e intelectuais. (ARRAIS; OLIVEIRA; LEMES, 2019, p. 100)

A religiosidade estava tão entranhada, que até as bandeiras, que saíram de São Paulo durante o período dos descobrimentos auríferos entre os séculos XVII e XVIII, possuíam como uma de suas principais preocupações, segundo Coelho (1997), enviar um ou mais religiosos, para atender os interesses religiosos dos integrantes da comitiva. Para além dos interesses subjetivos de cada indivíduo em relação ao sagrado, a religiosidade católica estava atrelada aos propósitos de conquista do território. O cruzeiro com que os bandeirantes marcavam o território conquistado revelava a ‘devoção’ ao catolicismo, mas também “abria os caminhos sagrando o chão a ser pisado, desbravado. Para muitos, o cruzeiro era o simbolismo de fé, religiosidade, de bênção e, para outros, sinais cravados em solo como marcos de territorialidade” (MELO, 2009, p.71).

A religiosidade católica era o centro da sociabilidade na sociedade goiana. Por isso, nas primeiras décadas de ocupação do território durante o século XVIII, o

[...] povoado começava com uma pequena capela; se ele crescia a capela era substituída por uma igreja mais imponente. Mesmo no início da colonização, no século XVIII, quando faltavam recursos financeiros, humanos e técnicos, nunca se descuidou da construção das igrejas. Pelo contrário, foi nessa época que, proporcionalmente, foram construídas mais igrejas em Goiás (OLIVEIRA, 2014, p. 32).

De acordo com o historiador, as igrejas da região tornaram-se “os principais elementos concretos aglutinadores da identidade coletiva e palco das mais importantes manifestações da vida social” (OLIVEIRA, 2014, p. 31), além de serem um elemento fundamental para a organização do tecido social.

Nesse contexto, as igrejas exerciam o mesmo papel que Jacques Le Goff (1990) viu nas praças das cidades medievais, “lugar de encontro da cultura erudita e da cultura popular”, pois elas possibilitavam reunir em um mesmo espaço desde os sertanejos mais simples até a elite da região. As igrejas, seus largos e suas praças eram os principais espaços de convivência e catalisadores de memória. Os séculos XVIII, XIX e parte do XX, em Goiás, foram amplamente

marcados pelo catolicismo e os templos religiosos configuram-se como um *locus* de realização de rituais diversos – batismos, casamentos, missas póstumas, orações etc., que marcaram e consolidaram a identidade cultural.

O templo católico em Goiás era a representação da vivência dos homens, responsável por revelar uma parte do mundo desconhecido – o sagrado – que se revelaria a partir dos rituais realizados nos templos. O catolicismo devocional em Goiás, algumas vezes entrando em conflito com as perspectivas mais ortodoxas defendidas pela Igreja romana, mantinha-se atuante nas inúmeras festividades religiosas como, por exemplo, as festas em louvor ao Divino Espírito Santo, depois ao Divino Pai Eterno, São Sebastião, além da introdução de novas devoções, reorganização de procissões e romarias locais.

Os espaços religiosos em Goiás durante muito tempo foram os únicos refúgios de um mundo árduo. As celebrações nas igrejas eram motivo para se usar as melhores roupas e os melhores enfeites. Era um momento para entrar em contato com o sagrado, mas também para se deleitar com a estética sacra, pois “Para a população de Goiás, as igrejas não representavam apenas devoção, mas, sobretudo, símbolos de “civilização” (OLIVEIRA, 2014, p. 34).

As igrejas católicas em Goiás eram extremamente significativas do ponto de vista da sua constituição material. Elas eram construídas com os melhores materiais disponíveis, revestidas de cores e artes sacras e marcadas pela singularidade da arquitetura, que destoava das construções barrocas de Minas Gerais, e do barroco presente no litoral brasileiro. A região goiana apresenta em suas construções religiosas

[...] a mais autêntica herança ibérica, trazendo para o interior da colônia questões como estabilidade construtiva, simplificação da estrutura de cobertura, além de um modo bem característico de organização dos espaços internos, que se apresentam quase que padronizados (COELHO, 1997, p. 74).

Tais características apresentadas na citação se devem às preocupações urbanísticas do período. As principais igrejas em Goiás se localizavam nos centros, numa praça ou num largo (em alguns casos, com o acréscimo de um sino ao lado da igreja), características da herança portuguesa. A imagem a seguir apresenta traços da arte sagrado período colonial da região, durante a retirada das obras sacras e demais móveis pertencentes à igreja de Nossa Senhora do Pilar localizada no arraial de Ouro Fino de Goiás durante o processo de esvaziamento do núcleo urbano.

**Imagem 01: Artes sacras retiradas da antiga capela de Nossa Senhora do Pilar**



Fonte: Arquivo DEPHAN – Goiás. Monumento: Igreja: Pilar. Fot. Nº: 41516. Ano: 1956.

Os templos católicos em Goiás eram as maiores construções até as primeiras décadas do século XX, pois: “Não bastava uma religião de consciência, era preciso fixá-la concretamente com pedras, taipa de pilão, altares torres e sinos” (OLIVEIRA, 2014, p. 35). De acordo com o historiador, as igrejas possuem importância simbólica fundamental porque a igreja esteve vinculada à ideia de civilidade, um dos maiores anseios defendidos pela elite intelectual da época.

Os templos, classificados pelos estudiosos de arquitetura como exemplos de um barroco pobre, se comparados aos existentes em Minas Gerais, expressavam um saber de paulistas e portugueses, os quais, cada um ao seu modo, trouxeram modelos e técnicas para a construção das igrejas goianas. Por isso, Gustavo Neiva Coelho afirma que “os edifícios religiosos, mas praticamente todos os aspectos da arquitetura vão se apresentar revestidos de extrema simplicidade e sem qualquer sentido de erudição, ou de expressão plástica mais elaborada” (COELHO, 1997, p. 116). Entretanto, devemos enfatizar que as igrejas de Goiás possuíam sim uma beleza arquitetônica. A questão eram as visões eurocêntricas sobre o que era ser um belo prédio, com isso, o barroco goiano perdia a sua magnitude diante de tantas comparações exacerbadas.

As afirmações de Gustavo Neiva Coelho sobre a simplicidade das construções religiosas goianas, quando comparadas as de Minas Gerais ou das cidades localizadas no litoral, são pertinentes. Contudo, quando se altera o parâmetro de comparação, as mesmas igrejas ganham magnitude, diante das residências particulares ou mesmo dos prédios públicos. Com pequenas

exceções, como a da Casa da Câmara e Cadeia, na cidade de Goiás, os templos religiosos eram as edificações mais monumentais e exuberantes dos arraiais goianos.

O fato é que com o passar do século XX e XXI, as perspectivas e visões sobre as igrejas ou templos religiosos foram sendo modificadas. Exemplos importantes são os incêndios que ocorreram na Cidade de Goiás no ano de 1921 e em Pirenópolis no ano de 2002. O fato fez com que houvesse uma mudança de perspectiva na comunidade local, porque o patrimônio também diz sobre a construção do eu, do antepassado, e ter essa memória fixada é importante, pois o objeto estará ali para que gerações futuras tenham acesso a esses espaços que representam a religiosidade, memória, arte e cultura. Preservar é uma escolha tanto da comunidade, quanto do Estado, pois um é responsável por cuidar vigorosamente do local, e o outro é responsável por fornecer verbas para a manutenção do patrimônio. E quando há falta de verba para uma manutenção rigorosa, acidentes como os de Pirenópolis, da Cidade de Goiás e o do Museu Nacional do Rio de Janeiro em (2018) acontecem. O fato mostra que não se trata apenas de relevância histórica e social, mas também da importância que o Estado dá a esses locais através de verbas. O cuidado com o patrimônio deve ser mútuo.

Para os propósitos deste trabalho, isso é muito significativo, uma vez que simbolizando o sagrado e centralizando muitas das relações sociais profanas, os templos católicos eram muito importantes para a população goiana.

## **1.2. O conceito de decadência na historiografia goiana**

Talvez, para muitos, tratar do conceito ou do estigma de decadência<sup>5</sup> em Goiás seja algo batido e passado, entretanto, é um assunto ainda a ser debatido pelos historiadores contemporâneos, uma vez que eles vão contra a ideia da fatídica decadência de Goiás e fazem uma (re)leitura sobre as interpretações do século XIX e XX. Até porque muito se utilizaram desse “estigma” como uma categoria explicativa para a região. Os relatórios provinciais e os livros dos viajantes, por exemplo, deixam perceptível que se referiam à decadência e aos problemas financeiros da região e dos aspectos da vida do homem sertanejo. Todavia, não se deve tomar os dados apresentados como verdades absolutas diante do pensamento ‘europeizado’, mas representações da “realidade”, e que nem por isso diminui a sua importância para esta pesquisa.

---

<sup>5</sup> Bertran acrescenta que “toda visão, toda interpretação, toda versão histórica, econômica, antropológica sobre Goiás (...) se fizeram com os olhos reducionistas e estadonovistas, da visão de poder a partir da construção de Goiânia”, o eu reforça a ideia de decadência para o final do século XVIII e todo o XIX (BARBOSA, 2017).

No tópico anterior foi apresentado o modo como a sociedade goiana concebia os templos católicos, a fim de compreender melhor o valor social das igrejas. Neste tópico será apresentada uma representação psicológica sobre o tempo histórico, por parte de setores ilustrados da elite goiana, que viam a sua época como em decadência econômica e cultural. Essa representação é importante para este trabalho, uma vez que as ruínas, de modo geral, e as de igreja de modo particular, reforçavam a ideia de que o período após o auge da exploração aurífera era de decadência.

Os templos católicos, em Goiás, foram construções de destaques durante o século XVIII e XIX e até o início do século XX, porque representavam o espaço central de civilidade. Numa época em que a economia estava se ruralizando, a sociedade estava se miscigenando, as cidades estavam se encolhendo e algumas até desaparecendo, os templos, com seus rituais religiosos, representavam a estabilidade social. Nesse aspecto, eles funcionavam como um porto seguro diante das apreensões e receios da sociedade goiana.

A existência ou não de uma “decadência” em Goiás é um dos debates mais complexos da historiografia goiana. No geral, a questão central do debate é saber se a reorientação da economia para atividades agropecuárias justificaria a afirmação de uma regressão econômica ou cultural. Neste trabalho, seguindo a proposta de Oliveira (2006), a intenção primordial não é saber se essa decadência existiu realmente ou se foi apenas uma “invenção” de governadores, viajantes estrangeiros, cronistas e presidentes de província. O mais importante vai ser discutir como essa visão de uma “época decadente” dos contemporâneos afetou a sua visão de mundo referente ao valor dos templos religiosos em Goiás.

Durante os primeiros anos do século XIX, os intelectuais europeus que passaram por Goiás, realizando expedições científicas, trouxeram consigo uma bagagem racionalista, preconceituosa e eurocêntrica que, por muitas vezes, os impediram de compreender as singularidades de uma sociedade estruturada por meio da violência, do escravismo e das diversidades culturais.

Um dos primeiros viajantes europeus que esteve no território goiano foi o naturalista Saint-Hilaire (1937, p.280) que descreve em seus relatos durante a viagem à província de Goyaz que os “costumes não tardam a se abrandarem por clima tórrido e uma mórbida ociosidade; uma triste decadência e ruínas; tal é, em duas palavras, a história da província de Goyaz”. Essa citação é muito sugestiva, pois revela que para o viajante francês a decadência era sinônimo de “abrandamento dos costumes”, um eufemismo para descrever um distanciamento cada vez maior das práticas culturais europeias. Contudo, ele não deixou de

observar as marcas materiais presentes numa época em que não havia como sustentar as construções do século XVIII, o que justificou a sua síntese da história de Goiás como sendo “ruínas e decadência”. Além da deterioração dos costumes, a decadência também significava a própria deterioração dos marcos materiais implantados pela civilização europeia em Goiás. E mesmo que ele tenha dito que “Ali tudo é pequeno, tudo é mesquinho, sem beleza, e até mesmo, segundo dizem, sem solidez” (SAINT-HILAIRE, 2020, p. 45), ele sabia que essas construções arquitetônicas, vistas como “mediócras”, eram responsáveis por sustentar a identidade europeia que se queria preservar.

Outro viajante que percebeu uma mudança cultural em curso foi o austríaco Johann Emanuel Pohl (1976, p. 141), para quem, em Goiás, havia-se muita “inatividade e preguiça” e “esta preguiça transmite-se aos próprios portugueses, que, às vezes, chegam da Europa com a intenção de fazer fortuna trabalhando tão pouco quanto os nativos” (POHL, 1976, p. 112). A noção de que a preguiça era a principal responsável pela decadência goiana relativiza o peso do declínio aurífero e reforça o elemento cultural para explicar a decadência. Nesse caso, podemos deduzir que as ruínas são muito mais consequências da imprevidência do que da pobreza material.

Também na “Corografia histórica de Goiás”, escrita pelo Governador das Armas Cunha Matos (2021, p. 71), as causas da decadência estavam associadas à preguiça:

[...] não é a abundância ou a falta absoluta da água que devemos imputar a decadência das lavras, é a preguiça dos homens a causa primeira do abandono das minas. Os escravos acabaram pelos motivos que apontarei quando tratar da população; os homens livres não querem trabalhar para não parecerem ou para não se confundirem com os escravos. Lembrando-se das antigas riquezas dos seus maiores, sabendo que eles possuíam e trabalhavam com escravos e que os homens livres não se ocupavam no duro serviço da mineração, conservam-se em apatia e ociosidade. Há bem poucos homens livres de nascimento que trabalhem em lavras secas ou nos rios; os escravos, ou algum preto ou pardo liberto, são os que porventura e em número mui diminuto extraem o pouco metal que ainda aparece. E é tão desgraçada esta gente, que para dar pasto a sua moleza, ou ociosidade, não trabalhavam enquanto lhe duram algumas oitavas de ouro que tiram. (MATOS, 2021, p. 71)

Cunha Matos foi muito incisivo em sua avaliação e explicou o motivo do fato descrito anteriormente por Pohl de que os europeus que chegavam a Goiás eram contaminados pela preguiça.

Passando por Goiás, em 1826, o Sargento-Mor Engenheiro L. D’Alincourt, deixou registrado na “Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá” que:

Os goianenses são pouco industriais não por falta de gênio, mas dominados pela preguiça, e demasiadamente entregues aos prazeres sensuais, e bem diferentes são as causas, que os têm conduzido a tão deplorável estado, como se colherá da Descrição Histórica, tendo ao mesmo tempo as qualidades de honrados, bons e fiéis cidadãos. Não se acha em toda a província uma só casa, que se possa dizer de bons e sólidos fundos [...] (D'ALINCOURT, 2006, p. 70).

Mais uma vez o viajante ressalta a preguiça dos goianos acrescida de um gosto “pelos prazeres sensuais”, o que explicava a precariedade das edificações, reforçando a sua leitura de lugar em franca decadência. Além disso, para D'Alincourt (2006, p. 79) o “povo de Goiás” era “formado de indivíduos, pela maior parte sem educação, e sem princípios, que ali concorriam de diferentes pontos, para tentarem fortuna, e não sendo os sentimentos do coração bons, como poderiam ser as obras?”. Essa passagem, de forma moderada, pode ser pensada da seguinte forma: primeiro, é que nem todos os residentes em Goiás eram letrados, uma vez que a ocupação do território se deu para a busca de recursos, portanto, o modo de vida era muito simples, aproximando-se dos que eram tidos como “bárbaros”.

Os relatos de Saint-Hilaire, Pohl, Cunha Mattos e D'Alincourt são suficientes para mostrar o quanto a ideia de um tempo histórico decadente estava arraigada entre as elites intelectualizadas de Goiás, já que, muito provavelmente, esse ponto de vista deles era compartilhado com a elite nativa, com quem eles sempre conversavam. Assim os viajantes que passaram pela antiga Província deixaram em seus escritos a “memória da decadência”, ressaltando as seguintes características da sociedade goiana: o despovoamento, o esgotamento das minas, a longa distância com o litoral que produzia um isolamento, a ociosidade e a deterioração das edificações urbanas, produzindo o que Le Goff (1990, p. 31) chamou de “silêncio das ruínas”. As ruínas de igrejas, capelas e ermidas, eram vistas como o “declínio civilizacional”, uma vez que em seu pleno funcionamento eram catalisadoras de todos os relacionamentos sociais, sinônimo de “civilidade” e referência para um modelo organizacional europeu da sociedade local.

Entretanto, o ‘passado persistiu em não passar’ e o entendimento sobre a “decadência” introduzida na região durante o século XIX perdurou até meados do século XX, quando a escrita regional ainda lamentava e propagandeava o século do ouro em Goiás. Dentre as produções historiográficas mais importantes sobre Goiás, a de L. Palacín “O século do ouro em Goiás” (1994), foi considerada como precursora da abordagem acadêmica, mas acabou assimilando a ideia de que o século XIX foi um tempo decadente.

Palacín faz lembrar muito das considerações dos viajantes estrangeiros sobre o cenário da decadência, ressaltando a corrupção (moral), as dívidas, os “roubos”, a má administração e os “descaminhos” que, por vezes, “não permitiram algo para se contrapor a imagem do atraso na região de Goiás” (PALACIN, 1994, p. 138). De acordo com o pesquisador, para além das questões elencadas, o território transformou-se em “ruínas opacas” devido ao “derrotismo moral” coletivo da sociedade, “o desprezo pelo trabalho” e a ampliação da ruralização local. A ruralização sedimentou a cultura local, culminando em uma “regressão cultural”. Para ele, assim como para muitos viajantes europeus do século XIX, o espaço rural, ou a vida rural, representava uma das mais fortes evidências da decadência. Pois “em muitos casos se traduzia numa verdadeira indianização de grupos isolados” (PALACIN, 1994, p. 138).

Para além do século XIX, para Palacín, os vários fatores que “levaram Goiás a uma fatídica decadência” ainda pairavam sobre a alma da sociedade goiana até meados do século XX e os vestígios “caracterizados como tristeza, transmitidos de geração em geração desde a decadência da mineração” (PALACIN, 1994, p. 140) a indase encontravam vivos, mesmo após a década de 1930.

A interpretação de um tempo decadente vigente no século XIX foi questionada por Nars Fayad Chaul (1995), que interpretou os vários discursos sobre a decadência como um “estigma” introduzido no século XIX e reafirmado pela historiografia do século XX. Segundo ele, essa percepção de um tempo decadente deriva de uma compreensão equivocada da realidade, já que os defensores da decadência foram

[...] incapazes de enxergar algo além da miséria e da decadência, do concreto, de um cotidiano de miséria vivido pela sociedade local; o tema da decadência, cuja outra face é o progresso, dirige os olhares para uma sociedade ideal, construída a partir dos moldes europeus, com conotações de desenvolvimento (CHAUL, 1995, p. 72).

O que o historiador Chaul também tenta demonstrar é que as análises feitas sobre Goiás, em muitos casos, faziam-se “com base no futuro e no passado e nunca no presente. [...] um futuro determinando, *a priori*, pelo modelo de desenvolvimento dos países ‘modernos’, ‘progressistas’, desenvolvidos” (CHAUL, 1995). Na visão de Chaul, confundiram-se “diferente” com “decadente”, já que Goiás não se encaixava no modelo de produção capitalista europeu que foi usado como parâmetro europeu.

Por isso, a realidade sociocultural local sofria excessivas comparações com localidades externas. Por exemplo, se comparássemos arquitetura barroca das igrejas ou as sedes

administrativas goianas do período colonial com as construções barrocas da Europa, claramente as goianas perderiam a sua imponência. Mas, se tal comparação fosse feita a partir de sua própria realidade como, por exemplo, comparando um templo religioso com uma construção de taipa e pilão, que era o principal padrão de moradia em Goiás ,perceberíamos o requinte e a qualidade dos prédios locais e nada seria “tão pequeno e mesquinho” como apontou August de Saint-Hilaire. Do mesmo modo, a avaliação generalizada de uma sociedade local ociosa e indolente não percebia que, na verdade, ela “Apenas orientava-se por outros níveis de preocupações e buscava satisfazer necessidades vitais à sua maneira.” (CHAUL, 1995, p. 240).

Enquanto Palacín considera a decadência um conceito adequado para descrever a situação social de Goiás do século XIX e Chaul a considera uma invenção resultante da incompreensão da singularidade goiana diante da Europa capitalista, Eliézer C. de Oliveira, em sua tese de doutorado “A representação do medo e da Catástrofe em Goiás”, situa-se numa posição intermediária entre os dois autores. Como Palacín, ele considera a decadência importante para a compreensão de Goiás, mas não como um conceito, e sim como uma representação das pessoas do passado. E como Chaul, ele considera que essa representação é de certa forma uma invenção, já que não é possível por meio dela fazer uma leitura realística da realidade histórica de Goiás. A decadência, para Oliveira (2006), existe como representação e, como tal, ela organizava muitas práticas sociais existentes na sociedade goiana.

Os segmentos letrados de Goiás avaliavam que sua época era decadente em relação aos primeiros tempos da colonização e, para eles, “o progresso era apenas esperança, a decadência, um fato”. Foi justamente a ausência de progresso que legitimou a crença na decadência, o que justifica a afirmação de que só se “pode compreender o uso da “decadência” em Goiás junto com o seu par: o “progresso” (OLIVEIRA, 2006, p.56-57).

O historiador ainda pontua questões importantes. Se comparado com as construções litorâneas do Brasil ou as construções da Europa, era notória a “rusticidade”, principalmente, das moradias de pau a pique, pois as de taipa de pilão eram um privilégio para poucos moradores de Goiás. “Nessas rústicas residências, dormiam em jiraus e sentavam-se em tamboretas. Como utensílios domésticos, usavam panelas de barro ou de pedra sabão, colher de madeira, pratos de cuité ou cabaça” (OLIVEIRA, 2006, p. 60). O pesquisador ainda complementa que essa rusticidade da moradia, principalmente dos sertanejos, foi percebida pelos viajantes. “D’Alincourt (1975:97) disse que ‘não se acha em toda a Província uma casa, que se possa dizer de bons e sólidos fundos, a não ser a do Tenente Coronel, Comandante de Meia Ponte, Joaquim Alves de Oliveira’”. (OLIVEIRA, 2006, p. 60). A realidade local era muito diferente das demais

localidades ditas “civilizadas”. Portanto, as pessoas viviam de acordo com tal realidade<sup>6</sup>. Muitos goianos “do século XIX viviam como se Lisboa, Paris ou Rio de Janeiro não existissem” (OLIVEIRA, 2006).

O historiador ainda faz uma reflexão muito importante sobre a fala de Antero Cícero de Assis (1872), expressa no Relatório Apresentado na Assembléia Legislativa Provincial de Goiás, que assinala a religião e o estigma de decadência. Segundo a fala de Assis: “A igreja é por toda parte do mundo o mais certo refúgio da humanidade aflita, e, entre nós [...]. Sem a igreja o sertão do Brasil seria um campo de desordens. Quanto a mim, ela vale mais em qualquer povoado do que tudo mais quanto se possa estabelecer” (ASSIS, 1872, apud, OLIVEIRA, 2014, p, 35). A partir da fala do presidente da Província, argumenta que “as igrejas fossem capazes de “espantar as trevas do emburrecimento” (OLIVEIRA, 2014), e acabou por fazer “com que, por mais de séculos, as igrejas fossem as mais valiosas e imponentes construções arquitetônicas dos povoados goianos”. Pairando sobre a elite goiana um sentimento de decadência, as igrejas eram consideradas artefatos de resistência.

Seja como for, existindo como representação ou expressando a realidade da sociedade goiana do século XIX, a visão de uma decadência influenciava o modo como os contemporâneos interpretavam as igrejas de sua época. Muitas dessas igrejas que foram edificadas a peso de ouro no século XVIII encontravam-se em ruínas ou caminhavam para tal no século XIX. Como eram consideradas o bastião da civilização, as igrejas arruinadas reforçavam o sentimento de inferioridade e de melancolia. A seguir, analisaremos como ocorreu esse processo nas diversas localidades goianas.

---

<sup>6</sup> Vestimentas, calçados, arquitetura e até a culinária desenvolvida possuíam a particularidade regional.

### 1.3 Os resquícios do passado ‘brilhante’

O poeta e crítico literário Gilberto Mendonça Teles em suas poéticas palavras disse que:

Toda história tem seu texto  
Tem seu pretexto e pronúncia.  
Tem seu remorso, seu sexto  
Sentido de arte e denúncia.

Tem um sujeito que a escolhe  
que se encolhe e se confunde:  
Um lugar que sempre a tolhe  
*Quitollispeccatamundi.*

Tem sua forma em processo,  
tem seu recesso e cansaço,  
e tem seu topo de excesso  
no ponto extremo do excesso.

Tem sua língua felpuda,  
e voz aguda e afetada.  
R tem a essência que muda  
e permanece, calada.

Toda história tem seu preço,  
tem seu começo e seu dito.  
É só virar pelo avesso, ler o que está subscrito.

- Gilberto Mendonça Teles

Mendonça Teles destaca questões importantes, porque a história tem seu preço e sempre carrega o fardo do passado que muitas vezes está subscrito pelas imagens. Nesse sentido, podemos pensar as ruínas como aquela “voz aguda e afetada”, pois embora muitas delas permanecem em silêncio, outras escancaram o descaso do patrimônio em Goiás. A história não é estática, a mentalidade muda e as teorias tomam novos rumos. Mas os vestígios do passado que ficam expressos através de suas “rugosidades” permanecem como testemunho de um passado que “buscou o brilho” de uma sociedade mineradora<sup>7</sup>.

As igrejas no território goiano, assim como na maior parte do território brasileiro, possuíam grande representatividade artística e religiosa para a comunidade, principalmente porque representavam um “ponto de equilíbrio” social, cultural e moral, portanto, torna-se intrigante a questão de a população se “desvincular” dos locais religiosos. Talvez o abandono dos locais “confirmasse” a “concepção” da “decadência” em Goiás, firmando fatidicamente o

---

<sup>7</sup> É importante mencionar, que a ocupação territorial em Goiás se deu por finalidades de exploração do ouro. Portanto, assim que se esgotavam os recursos, buscavam uma nova localidade. Entretanto, o que ficou perceptível é que as construções das igrejas e capelas, até certo momento, foram um dos fatores cruciais para a consolidação das vilas e povoados em Goiás.

declínio econômico e civilizatório e as igrejas em estado ruinoso o confirmariam. Entretanto, é importante mencionar que o abandono dos locais ocorreu devido à reorientação econômica, advinda do declínio da mineração que, em consequência, causou o despovoamento e o abandono de muitas localidades de destaque durante o século do ouro, como foi o caso de Ouro Fino e Traíras.

Já no século XX, houve também o abandono ou a reterritorialização de povoados, como foi o caso de Aureliópolis, localidade fundada a partir de uma cisma numa localidade protestante, mas que não se consolidou como cidade e foi abandonada<sup>8</sup>. Foi o caso de Três Ranchos, que teve a sua antiga sede abandonada por causa das mudanças econômicas. Assim sendo, a proposta deste tópico é analisar essas localidades onde se situam as igrejas em ruínas a ser analisadas neste trabalho.

### **1.3.1 Ouro Fino**

Ouro Fino teve seu surgimento em meados de 1726 e foi um dos primeiros aglomerados construídos por Bartolomeu, o Anhanguera filho. A localidade nunca foi muito grande e a única igreja construída foi a de Nossa Senhora do Pilar.

O antigo arraial de Ouro Fino, atual distrito de Itaiú, nunca foi uma localidade expressiva. Segundo Raymundo José da Cunha Mattos (2021), Ouro Fino possuía, por volta de 1824, um terreno desigual e era composto por 60 casas, todas em ruínas, e uma igreja destinada à Nossa Senhora do Pilar. A igreja foi construída logo no início da ocupação do local, mas não se sabe ao certo a data específica da sua construção; o que se sabe é que nela eram realizadas as procissões de Nossa Senhora do Pilar e a festa do Divino. Na maioria dos arraiais, até os dias atuais, essas festas possuem um grande valor simbólico religioso, pois os festejos reúnem diversas manifestações religiosas que vêm se consolidando desde o século XVIII, como as folias, as novenas e as procissões.

### **Imagem 02: Igreja Nossa Senhora do Pilar**

---

<sup>8</sup>Considera-se o advento do protestantismo em Goiás uma consequência da modernização porque está diretamente relacionado às novas ideias trazidas pela chegada dos trilhos em Goiás.



Fonte: Arquivo DPHAN. Monumento Igreja Pilar (Capela). Localização: Itaiú (ex- Ouro Fino). Ano: 1952.

Por muitos anos, o arraial sobreviveu da extração do ouro e da agricultura familiar. Todavia, com o processo de modernização e o abandono gradativo do local, que perdurou até finais do século XX, passou a ser um local desejado por grandes e pequenos fazendeiros, pois Ouro Fino é um lugar propício para a criação de bovinos. O clima, a boa pastagem e os córregos aos arredores foram fundamentais para o processo de crescimento das grandes fazendas de criação de gado na região.

Outro fator crucial para as mudanças no antigo arraial foram as transformações político-administrativas que ocorreram no estado de Goiás durante a década de 1930/1940. Conforme apresenta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ouro Fino passou a se chamar Itaiú. De acordo com o Instituto, a troca do nome de Ouro Fino ocorreu pelo Decreto-Lei Estadual de nº 8305, de 31-12-1943, devido à criação dos distritos de Ceres, ex-povoado da Colônia Agrícola, e Xixá, ambos com terras desmembradas do distrito de Itaiú e que foram anexados ao município de Goiás no ano de 1966 pela Lei Estadual nº 2, de 24-03-1966. As modificações administrativas não contiveram a sangria populacional.

Obviamente o processo de esvaziamento ocorreu de forma lenta e progressiva, os moradores mais antigos do povoado tiveram mais resistência para sair, outros ficaram até os últimos dias, e foram enterrados nas proximidades da igreja. O que se encontra no local atualmente são as grandes fazendas de criação de gados, as ruínas do antigo arraial fundado por Anhanguera e a procissão anual destinada a São Sebastião de Pedreira.

Nesse sentido, pode-se observar que Ouro Fino foi vítima das transformações socioeconômicas de Goiás<sup>9</sup>. As construções humanas foram desaparecendo e a natureza ocupou a paisagem. Restaram apenas as ruínas das edificações, dentre elas, a da igreja de Nossa Senhora do Pilar e as lembranças dos devotos dos cultos e festejos em homenagem ao Divino Espírito Santo que lá eram realizados. Diferentes da maioria dos povoados goianos, Ouro Fino não cresceu, não desenvolveu, não expandiu e não resistiu; ao contrário, o povoado foi vítima da história, foi decaindo aos poucos até desaparecer e se tornar rural novamente.

### 1.3.2 Três Ranchos

Diferentemente de Ouro Fino, Três Ranchos não foi abandonado. Mas as primeiras construções foram destinadas ao arruinamento. O núcleo populacional surgiu a partir da exploração aurífera. Os primeiros garimpeiros da região foram Miguel Pereira e seus filhos. De acordo com o IBGE, não se tem registros desse período inicial do século XVIII, porque a maioria dos garimpeiros que passou por Três Ranchos não edificou residências de alvenaria. Tal fato impossibilitou “que seus nomes ficassem registrados na história do município” (IBGE). Além do garimpo, a região das proximidades do Rio Paranaíba forneceu pastagens de boa qualidade para a criação de gado.

Segundo Feitosa (2019), dentre os marcos para o povoamento de Três Ranchos, existem dois de suma importância para a origem do município. O primeiro é a descoberta de diamantes no Rio Paranaíba, que passou a ser cobiçado pelos tropeiros e bandeirantes da época. Num ponto do rio, conhecido como Porto Mão-de-Pau, surgiram três casebres construídos com folhas de babaçu, o que inspirou o nome do lugar: “Três Ranchos”(SOUZA, 2012). Os “ranchos” eram a residência dos habitantes das fazendas Saco, Lagoa e dos Casados. O segundo marco que contribuiu para o povoamento foi a construção da Igreja Nossa Senhora D’Abadia, por volta de 1822, localizada na antiga fazenda Saco.

A imagem a seguir é uma fotografia antiga da capela de Nossa Senhora D’Abadia. Não se sabe ao certo o ano e por quem a fotografia foi registrada, mas ela apresenta uma construção já em ruínas, sendo que os elementos simbólicos de culto, como o sino, já não estavam mais presentes na edificação.

---

<sup>9</sup> Para além dessa observância, Laura Ludovico de Mele, em sua dissertação “OURO FINO: Um Arraial... uma Igreja... um Largo ... e uma vaga lembrança na paisagem”, aponta que um dos vários motivos para o fim do arraial foi a queda da ponte Uru, que fez com que a população local ficasse ilhada.

**Imagem 03: Ruínas da Igreja Nossa Senhora D'Abadia, em Três Ranchos-GO**

Fonte: Jornal Diário Dito e Feito. Disponível em: <http://www.jornalditoefeito.com.br/velhas-construcoes-contam-a-historia-de-cidades-da-regiao-como-essa-foto-da-igreja-de-nossa-senhora-da-dabadia-em-tres-ranchos/>. Acesso em:

Em 1922, a chegada da estrada de ferro deu grande impulso para os moradores e para a economia do povoado. Como todas as localidades tradicionais goianas, o principal momento de devoção e diversão de Três Ranchos eram as festas religiosas. De acordo com Feitosa (2019), a festa mais tradicional do município, vinculada à religião, é a Festa de Nossa Senhora do Rosário, que possui 74 anos. A festa teve seu início em meados de 1947, ou seja, seu início é posterior ao funcionamento da ferrovia. O Arquivo do IBGE apresenta que inicialmente o local foi elevado a distrito de Catalão, em 19 de dezembro de 1948, e à categoria de município em 1953, pela Lei nº 824.

Até meados da primeira metade do século XX a igreja manteve cultos regulares. Mas com as mudanças que ocorreram como, por exemplo, o advento de novos centros de sociabilidade como bares, *pit dogs*, pizzarias etc., foram despertados nos indivíduos outros interesses além das igrejas nas fazendas para a socialização. Intensificou-se o processo de secularização na região. Em subsequência, no ano de 1974, o templo se transformou em ruínas. Outro fator que contribuiu foi a instalação da Usina Hidrelétrica Lago Azul em Três Ranchos. Com a construção da Usina na década de 1970, as antigas atividades econômicas dos habitantes,

como o garimpo, a agricultura familiar, a criação de gado e a extração do coco de babaçu<sup>10</sup> tiveram um forte enfraquecimento.

O que se pode observar é que diferentemente de Ouro Fino e Traíras, Três Ranchos se adequou aos processos de modernização que marcaram a sociedade goiana, adequando-se às mudanças acarretadas pela chegada da ferrovia e pela construção do Lago Azul. Mas a “vítima” dessas readaptações foi a sua antiga igreja, que ficou abandonada na paisagem, transformando-se numa ruína.

### 1.3.3 Traíras

O antigo arraial de Traíras foi fundado no ano de 1735 pelos bandeirantes Manoel Rodrigues Tomar e Antônio Souza Bastos. De acordo como Pohl (1976, p. 193), “Traíras tira o seu nome do rio que a banha e do peixe que nele se apanha. Este peixe, uma espécie de bagre (*Silurus*) [...]. Tem o nome de traíra”. Conforme os Arquivos Históricos da Secretaria de Cultura de Niquelândia, em 1804 a população de Traíras era de 6.521 habitantes. Na Corografia Histórica de Cunha Mattos, finalizada por volta de 1824, consta que em “Traíras havia mais de 14.000 habitantes”, quantidade expressiva se comparado a outras localidades da província. Sobre a localização geográfica do arraial, Cunha Matos aponta que se encontra situado

[...] em terreno baixo, e contiguo ao rio Traíras, que se mete no maranhão daqui a dez léguas a rumo do noroeste. O mesmo rio Maranhão na passagem de Meia Ponte, antes de sua confluência com o das Almas, está a seis léguas ao sul deste arraial (MATOS, 2020, p. 97).

O território do julgado Traíras, em 1755, estendia-se do rio Tocantinzinho até o Araguaia e era localizado nas proximidades de São José do Tocantins, atual município de Niquelândia – GO. Traíras foi sede da comarca de São José, chegando a ser um dos mais importantes centros de atividades Judiciárias da Província até 1832. De acordo com as descrições de Raymundo José da Cunha Matos (2020), o arraial de Traíras não era “tão doentio como os do resto da comarca” (MATOS, 2020, p. 97).

O viajante Johann Emanuel Pohl (1976, p. 194) também relatou que em Traíras “a igreja mais bem conservada é a capela de Nossa Senhora do Rosário, pertencente aos negros livres”. A antiga comarca também tinha uma “Companhia de Infantaria de pardos, outra de pretos, uma

---

<sup>10</sup>A prática de extração de babaçu era feita principalmente por mulheres e crianças, para manter o sustento da família.

de cavalaria miliciana, e uma de ordenaça”. Como de costume, a região possuía grandes procissões e festividades.

A importância do local fez com que ele fosse sede de município até meados de 1832, logo depois passou a ser distrito de São José do Tocantins, devido às mudanças socioeconômicas. O mais importante para o esvaziamento de Traíras foi o esgotamento das reservas de ouro na segunda metade do século XIX. Tal fato fez com que o local passasse a ter menos destaque que São José do Tocantins, que se tornou um centro de exploração de níquel<sup>11</sup>, tornando-se, assim, o novo epicentro de exploração e fonte de recursos econômicos.

Dessa forma, em 1863, Traíras passou a ser distrito da São José de Tocantins. Já em 1943, as duas localidades tiveram seus nomes alterados: São José do Tocantins recebeu o nome de Niquelândia e Traíras passou a se chamar Tupiraçaba (IBGE, 2020).

Aos poucos, a antiga Traíras foi perdendo seus moradores, restando apenas os mais idosos. Atualmente, a igreja, que um dia foi epicentro de sociabilidade de Traíras, encontra-se em ruínas devido ao desmonte iniciado por D. José. A imagem a seguir foi concedida pela 14ª sessão do IPHAN, Goiânia, Goiás e demonstra o estado de arruinamento da igreja.

#### **Imagem 04: Ruínas da antiga Igreja Nossa Senhora do Rosário em Traíras-GO**



Foto: Marco Antônio Galvão, 1986. Fonte: Arquivo do IPHAN 14ª Sessão Regional, Goiânia, Goiás.

---

<sup>11</sup>“Em 1903/1904, o geólogo brasileiro Freimund Heinrich Brockes, à procura de minérios de valor comercial na região, encontrou amostras na Serra da Jucaba que, depois de analisadas em laboratórios, mostraram-se ser de minério de níquel” (IBGE. 2020).

Seja como for, Traíras “foi traída” por governantes e pelo processo de modernização em Niquelândia, e o que ficou do passado são apenas memórias dos moradores mais antigos e alguns fragmentos da antiga igreja de Nossa Senhora do Rosário.

### **1.3.4 Aureliópolis**

Aureliópolis de Goiás é um caso diferente dos demais arraiais que surgiram entre o século XVIII e XIX. Pois o local não surgiu em decorrência da extração do ouro, mas de conflitos entre católicos e protestantes em Goiás. Diferentemente das demais localidades estudadas, Aureliópolis de Goiás surgiu na década de 1920 em decorrência de um fato inusitado. O local foi fundado por católicos que, por motivos de conflitos religiosos, abandonaram a Vila Protestante (atual Cristianópolis de Goiás) e resolveram fundar um novo povoado.

O destaque do povoado de Aureliópolis era a capela, edificada em homenagem a São Sebastião em terras doadas por Aurélio Rodrigues de Moraes<sup>12</sup> à Mitra Diocesana. Daí o nome do povoado homenagear o doador das terras.

A Capela foi construída com a ajuda de moradores de fazendas localizadas nas proximidades e foi inaugurada entre os anos de 1927 e 1930<sup>13</sup>.

Como era de praxe desde o período colonial, os moradores se estabeleceram em torno da capela, configurando-se em um povoado, que cresceu pouco e lentamente. Com fraco desenvolvimento econômico, Aureliópolis não teve condições de competir com a vila protestante localizada a poucos quilômetros de distância. O contingente demográfico da região era insuficiente para sustentar dois povoados tão próximos um do outro e o mais antigo e estruturado sobreviveu em prejuízo do mais novo. Gradativamente, os moradores foram abandonando o povoado, restando apenas a Capela de São Sebastião, localizada na Fazenda do Sr. José, que até o ano de 2019 era o único morador do local.

Não se sabe ao certo o ano específico que Aureliópolis foi definitivamente abandonada. Mas o declínio começou em meados da década de 1950, quando o conflito entre católicos e protestantes amenizou, e muitos dos católicos começaram a evadir-se para as localidades próximas (Cristianópolis, Bela Vista etc.) em busca de melhoria de vida. De acordo com Lemes,

---

<sup>12</sup> De acordo com o Livro de Notas Nº. 38 de 18 de agosto de 1929 - 1930 (p. 44) do Cartório de Registro Civil.

<sup>13</sup> De acordo com o Livro paroquial que se encontra na igreja matriz de Bela Vista de Goiás.

A vila Aureliópolis até mais ou menos a década de 60 foi bastante movimentada, após esse período começou a entrar em declínio e hoje só se encontra naquele lugar um cemitério em ruínas e o templo da Igreja católica parcialmente destruída (LEMES, 2006, p.32, apud MAGALHÃES, 2007, p. 24).

Aureliópolis foi um dos abundantes exemplos de povoado que não conseguiu se manter e entrou em decadência até se extinguir. Só que, neste caso, a extinção foi muito mais rápida do que a do secular Ouro Fino e foi bem mais completa do que a de Traíras. Foi um povoado que surgiu por ressentimento decorrente de diferenças religiosas e, por isso, era ironicamente chamado pelos protestantes de “Patrimônio da Pirraça”. O povoado se foi, mas ficaram as lembranças dos antigos moradores:

[...] hoje, só existe a ruína da velha igreja onde fui batizado... Existe também o resto do alicerce, onde meu saudoso pai Adjunio foi, por algum tempo, proprietário de uma movimentada venda e, posteriormente, abdicou de tal profissão em razão de um bárbaro homicídio ali perpetrado por um dos habituais frequentadores, conhecido por Vadim. Foi acena mais chocante que presenciei em toda a minha vida (LEMES,2008, p. 87).

Atualmente, no lugar, a ruína da capela de São Sebastião se destaca numa paisagem dominada pela vegetação. A capela foi construída não só para a realização dos cultos católicos, mas também como afirmação de uma identidade, como símbolo de um conflito religioso e como marco de esperança de que o povoado tivesse um futuro brilhante pela frente.

#### **Imagem 05: Ruínas da Capela de São Sebastião**



Fonte: Arquivo da autora, 2019.

Enfim, Ouro Fino, Três Ranchos, Traíras e Aureliópolis foram núcleos urbanos localizados nas mais diversas regiões de Goiás, mas que possuíam em comum uma identidade construída a partir da forte influência da religião e de terem sofrido, visivelmente, com as transformações econômicas e sociais ao longo dos séculos. Os vestígios materiais ainda presentes nessas localidades, principalmente as igrejas em ruínas, representaram um “retrato da uma decadência”. Contudo, gradativamente, as ruínas passaram a ser valorizadas por instituições públicas, pesquisadores e pela população, que reconheceram nelas o valor de patrimônio cultural.

## CAPÍTULO 2: AS RUÍNAS COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ECULTURAL

O saber deve ser como um rio, cujas águas doces, grossas, copiosas, transbordam o indivíduo, se espraíem, estancando a sede de outro.

- Gilberto Freyre

No capítulo anterior foi demonstrado que igrejas em ruínas eram vistas como um símbolo de “decadência” e um sinal de demérito. Contudo, neste capítulo a proposta é mostrar que esses espaços passaram a ser valorizados pela sociedade do século XX e XXI através da patrimonialização das antigas construções em fragmentação. As novas pesquisas se mostram a caminho para a compreensão mais nítida sobre o que é a estética das ruínas. Adianta-se também, que a história e a patrimonialização em Goiás estão ligados há “conflitos” e interesses políticos do que propriamente à valorização<sup>14</sup>. O intuito é pensar nessas ruínas presentes no cerrado goiano como resquícios que resistem e que permanecem como uma herança regional.

### 2.1. Um breve histórico do patrimônio

Os patrimônios são objetos complexos com valor estético, histórico e memorialístico, o que justifica sua preservação. A palavra é de origem latina, *patrimoniun*, que fazia referência a tudo o que pertencia ao pai, *pater ou pater familias*, pai de família; aqui se faz necessário apresentar uma diferenciação muito importante sobre o patrimônio, porque em períodos anteriores *Patrimoniun* estava relacionado tanto ao legado presente no testamento, quanto a tudo que estivesse “sob domínio do senhor, inclusive a mulher e os filhos, mas também os escravos, os bens móveis e imóveis, até mesmo os animais” (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 06).

Atualmente, o patrimônio é visto de outra forma. Este passou a ser visto como um bem que pode ser público ou privado, mas que é de interesse coletivo (regional, nacional ou internacional). Esse novo significado foi estimulado pela comoção gerada pela destruição de edifícios causados pelas guerras e conflitos políticos na Europa, o que demonstrou o valor dos monumentos para a história da nação e a necessidade de sua preservação. Dentre os

---

<sup>14</sup> Alguns dados sobre o processo de patrimonialização podem ser conferidos nos apêndices.

monumentos que passaram a ser apreciados como importantes marcos para a história de um povo, destacam-se as ruínas, como as do Panteão na Itália, Arco do Triunfo em Paris e do Coliseu em Roma, dentre outras edificações consideradas como testemunhos do mundo clássico.

Evidentemente a escolha do que seria um patrimônio digno de ser preservado dependia dos valores presentes numa determinada coletividade. Na perspectiva de Choay(2011, p.12)a “materialidade das edificações só tem sentido como função simbólica”, uma vez que as edificações possuem “sentidos” e “valores” que são atribuídos por uma comunidade ou “instituições consagradas” que dão legitimidade ao patrimônio e às representações culturais, transformando os bens cotidianos em “bens simbólicos”. Disso deriva o grande interesse na preservação dos vestígios da Antiguidade Clássica pelos humanistas renascentistas. Logo, o interesse de preservação se estendeu também aos elementos importantes para a fé religiosa católica. Assim,

Ainda que o caráter aristocrático tenha se mantido, elevaram-se à categoria de valores sociais compartilhados os sentimentos religiosos, em uma pletera de formas materiais e espirituais. O culto aos santos e a valorização das relíquias deram às pessoas comuns um sentido de patrimônio muito próprio e que, [...] de certa forma permanece entre nós: a valorização tanto dos lugares e objetos como dos rituais coletivos (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p.8).

Nesse sentido, é perceptível que as igrejas ganharam grande visibilidade, não só no aspecto ritualístico (e espiritual) da comunidade, mas também no aspecto simbólico (estético e cultural). Mas mesmo durante o século VI, quando a Igreja Católica já era dominante culturalmente, houve consciência da importância cultural dos edifícios da Antiguidade. Um exemplo é a atitude do papa Gregório I que recomendou que não destruíssem os templos pagãos. A conduta do papa não se explica apenas pelo valor utilitário dessas edificações, mas pelo interesse e encanto intelectual por obras do mundo clássico. Esse fascínio deriva do seguinte fato: “obras antigas fascinam por suas dimensões, por seu refinamento e a maestria de sua execução, pela riqueza de seus materiais” (CHOAY, 2006, p. 37). É imprescindível dizer que as obras e remanescentes da Antiguidade possuem um valor único – que desperta fascínio e curiosidade, prazer e conhecimento histórico.

Por causa desse fascínio pelas coisas do passado, houve um gradativo interesse em proteger tanto os edifícios mais antigos -como as igrejas -quanto as construções arquitetônicas laicas consideradas elementos importantes de uma herança nacional. Mas para que houvesse

uma política sistematizada de preservação, foi necessária uma compreensão estética dos monumentos e também visualizá-los como bens culturais coletivos.

Um marco para isso foi a criação, na França, da Comissão dos Monumentos Históricos, em 1837. A sua criação foi uma resposta às destruições indiscriminadas aos monumentos durante a Revolução Francesa (1789). De acordo com os estudos feitos por Françoise Choay (2011, p.18), até meados do século XIX a preservação dos objetos e monumentos históricos tinha uma linha evolutiva irregular. Entretanto, os saberes dos grandes intelectuais da história da arte, arqueólogos e historiadores “contribuíram para a tomada de consciência e para o desenvolvimento da unidade europeia, respondendo, ao mesmo tempo, pela riqueza e pela diversidade”.

Ainda de acordo com a pesquisadora, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa estimularam o advento de uma maior sensibilidade estética em relação aos monumentos e às construções antigas. No entanto, é com o Romantismo que surge uma sensibilidade que intensifica o interesse pela natureza e pelas obras do passado. Sintoma dessa nova sensibilidade é a construção dos novos museus no século XIX, para o público apreciar esteticamente as coisas do passado. O impulso para a valorização dos elementos materiais do passado pelo Romantismo foi consequência do desenvolvimento de um sentimento de nostalgia pelas épocas passadas, principalmente pela época medieval e pela simplicidade da vida no campo ou em pequenas aldeias.

Um dos mais entusiasmados pela potencialidade cultural e estética dos restos materiais do passado era o artista britânico John Ruskin. Ele defendia que os vestígios arquitetônicos constituíam a herança particular de um passado histórico para a sociedade moderna. Segundo esse intelectual, a arquitetura equipara-se a uma lâmpada, pois as construções arquitetônicas tornam-se memoriais e monumentais nos edifícios, muitos com o passar do tempo passam a pertencer ao céu silencioso. Assim, ele considerava a arquitetura “centralizadora e sagrada” e, portanto, “deve ser considerada por nós com a maior seriedade. Nós podemos viver sem ela, e orar sem ela, mas não podemos rememorar sem ela” (RUSKIN, 2008, p. 54). Para o autor, sem as construções arquitetônicas a história torna-se fria, os poetas sem objetos e os indivíduos sem fantasias. Segundo ele, a glória que reside nos fragmentos está em sua idade, em “seu testemunho duradouro diante dos homens, no seu sereno contraste com o caráter transitório de todas as coisas” (RUSKIN, 2008, p. 68). A figura a seguir a “Vista de Amalfi”, foi pintada em

1844 por J. Ruskin, e o artista não só apresenta a grandeza da natureza, mas uma integração estética entre a arquitetura e a natureza.

### **Imagem 06: Vista de Amalfi**



Fonte: WikiArt: Enciclopédia de Artes Visuais, 23 de dez. 2014. Disponível em: <https://www.wikiart.org/pt/john-ruskin/view-of-amalfi-1844>.

A pintura valoriza a subjetividade e o pitoresco, tão presentes no ideal romântico do século XIX, como uma espécie de contraponto às transformações causadas pelos efeitos da industrialização nas antigas construções da Europa. Ruskin valorizava o significado histórico e estético da arquitetura ao mostrar as diferentes fases de evolução das sociedades. Mas isso só seria possível com a preservação dos edifícios em fragmentação, o que fez dele um dos teóricos que mais influenciou as discussões sobre preservação no século XIX.

Outro influente teórico que colaborou significativamente com as discussões sobre a preservação do patrimônio cultural material foi Alois Riegl (1858-1905). Em uma de suas obras mais influentes “O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem” (2014), publicada originalmente em 1903, ele apresenta a importância dos espaços como um valor não só histórico monumental e utilitário, mas como portadores de um valor artístico. De acordo com Riegl (2014, p. 69), “todo monumento possui para nós um valor de arte, na medida em que

venha a corresponder às exigências do querer moderno da arte”. E quanto mais antigas, mais as obras estéticas terão seu valor agregado, justamente pelo desgaste natural do tempo:

[...] conforme a sua idade e o favor ou desfavor de outras circunstâncias, sofreu de forma mais ou menos intensa o efeito desagregador das forças da natureza, a integralidade de forma e cor exigida pelo valor da novidade lhes é de todo modo inacessível. Eis também o motivo pelo qual, em todos os tempos até nossos dias, as obras de arte que apresentassem sinais muito evidentes de envelhecimento, fossem assim avaliadas como sendo mais ou menos satisfatórios para o querer da arte moderno (RIEGL, 2014, p.70).


A partir de Riegl, é possível ver nas construções antigas algo além do histórico, pois elas são portadoras de uma nova forma de beleza advinda do seu envelhecimento. Isso é a base do que se poderia chamar da “estética da ruína”, um fascínio pela beleza dessas construções que encantou artistas de diversos períodos históricos, como as pinturas de Gaetano Ottani, do início do século XVIII e de Ippolito Caffi, do século XIX. A partir de Riegl, além do valor histórico de testemunho e do valor memorialístico de gatilho de lembranças, as ruínas também possuem um valor estético vinculado ao sublime.

Toda essa discussão situada no século XIX, sob as asas do Romantismo, fez com que as práticas preservacionistas se intensificassem durante o século XX, culminando com a divulgação da Carta de Atenas em outubro de 1931. Resultante das discussões do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), recomendou-se que os vestígios arquitetônicos fossem preservados devido a sua importância para a sociedade. A Carta se tornou um marco na preservação patrimonial influenciando políticas de preservação de vários países e possivelmente a criação da UNESCO em 1945 após a Segunda Guerra Mundial.

Todas essas mudanças na maneira de enxergar os vestígios materiais do passado se espalharam pelo mundo e chegaram também ao Brasil. Gradativamente, os órgãos governamentais e até a opinião pública passaram a enxergar nas “velharias” do passado algo digno de preservação por causa da sua importância cultural e estética. Um exemplo disso foi o tombamento, em 1938, das ruínas da Igreja de São Miguel, em São Miguel das Missões (RS) pelo antigo SPAHN (atual IPHAN). Atualmente, o Brasil conta com um pouco mais de 15 ruínas religiosas, tombadas por diferentes instituições governamentais. Logo a seguir, será apresentado um quadro com ruínas de igrejas, capelas e ermidas patrimonializadas por diversas instituições em diferentes momentos da História.

Os dados de templos patrimonializados presentes no quadro a seguir foram elaborados com base no portal do IPHAN. Entretanto, as imagens desses patrimônios foram retiradas de diferentes sites da internet.

**Quadro 01: Ruínas de igrejas e capelas patrimonializadas no Brasil**

|   |   |
|---|---|
| <p><b>Patrimônio de Nossa Senhora de Nazaré em Paraíba</b></p>  <p><b>Tombada pelo IPHAN (PB) em 1938</b></p> <p>Fonte:<br/><a href="http://mauriliooreidafava.blogspot.com/2013/03/ruinas-do-almagre-conjunto-franciscano.html">http://mauriliooreidafava.blogspot.com/2013/03/ruinas-do-almagre-conjunto-franciscano.html</a></p>  | <p><b>Igreja de Santana em Rio das Contas (BA)</b></p>  <p><b>Tombada pelo IPHAN (BA) em 1958</b></p> <p>Fonte:<br/><a href="https://culturaemmovimento.com.br/mage-de-memorias-e-as-historias-escondidas/">https://culturaemmovimento.com.br/mage-de-memorias-e-as-historias-escondidas/</a></p>   |
| <p><b>Convento de Santo Antônio de Paraguassú: igreja e ruínas em Distrito de Iguape – Cachoeira-BA</b></p>  <p><b>Tombado pelo IPHAN (BA) em 1941</b></p> <p>Fonte:<br/><a href="https://sanctuararia.art/2016/02/17/igreja-e-ruinas-do-convento-de-santo-antonio-do-paraguacu-cachoeira-bahia/">https://sanctuararia.art/2016/02/17/igreja-e-ruinas-do-convento-de-santo-antonio-do-paraguacu-cachoeira-bahia/</a></p> | <p><b>Igreja da Matriz de Vila Bela da Santíssima Trindade em Vila Bela da Santíssima Trindade – MT</b></p>  <p><b>Tombado pelo IPHAN(MT) em 1973</b></p> <p>Fonte:<br/><a href="http://redeglobo.globo.com/tvcentroamerica/noticia/2013/03/e-bem-mt-pega-estrada-e-mostra-riquezas-da-antiga-capital-vila-bela.html">http://redeglobo.globo.com/tvcentroamerica/noticia/2013/03/e-bem-mt-pega-estrada-e-mostra-riquezas-da-antiga-capital-vila-bela.html</a></p> |

**Ruínas da Capela de Nossa Senhora da Conceição em Vigia - PA**



**Tombado pelo IPHAN em 1950**

Fonte:

<https://ilhaitaparica.com/ruinas-da-igreja-de-nossa-senhora-da-conceicao/>

**Ruína Povo de São João: ruínas e remanescentes do Povoado em Ijuís- RS**



**Tombado pelo IPHAN em 1969**

Fonte:

<https://www.portaldasmissoes.com.br/municipios/santo-antonio-das-missoes/noticias/view/id/449/sitio-arqueologico-de-sao-joao-batista-e-noticia-n.html>

**Engenho do Cunhau: ruínas da capela Canguaretama-RN**



**Tombado pelo IPHAN em 1962**



<https://museudoagreste.blogspot.com/2011/09/capela-de-nossa-senhora-das-candeias.html>

**Capela de São Sebastião Aureliópolis de Goiás – Bela Vista de Goiás-GO**



**Tombado pela Secretaria Municipal de Educação e cultura de Bela Vista de Goiás em 2007**

<https://www.flickr.com/photos/fabiansigo/6906501098/in/album-72157629757703315/>

|   |  |
|---|--|
| <p><b>Povo de São Miguel: remanescentes e ruínas da Igreja de São Miguel em São Miguel das Missões (RS)</b></p>  <p><b>Tombado pelo IPHAN em 1938</b><br/> <a href="http://www.ipatrimonio.org/sao-miguel-ruinas-de-sao-miguel-das-missoes/#!/map=38329&amp;loc=-28.063601900000005,-53.128040899999995,17">http://www.ipatrimonio.org/sao-miguel-ruinas-de-sao-miguel-das-missoes/#!/map=38329&amp;loc=-28.063601900000005,-53.128040899999995,17</a></p> | <p><b>Igreja de Nossa Senhora D'Abadia Três Ranchos – GO</b></p>  <p><b>Tombado SECULT (GO)2018</b><br/> <a href="http://www.jornalditoefeito.com.br/velhas-construcoes-contam-a-historia-de-cidades-da-regiao-como-essa-foto-da-igreja-de-nossa-senhora-da-dabadia-em-tres-ranchos/">http://www.jornalditoefeito.com.br/velhas-construcoes-contam-a-historia-de-cidades-da-regiao-como-essa-foto-da-igreja-de-nossa-senhora-da-dabadia-em-tres-ranchos/</a></p> |
|---|--|


Quadro elaborado pela autora. Fonte: Portal IPHAN.

Outra questão importante sobre o patrimônio cultural é a discussão sobre memória e patrimônio durante o século XX, que teve grandes transformações econômicas e sociais, mas foi um período de angústia e terror, com desastres bélicos, guerras, incêndios e o holocausto na Alemanha. Os trágicos conflitos fizeram com que as entidades governamentais, pós 1945, estabelecessem a possibilidade de reconstrução dos bens perdidos como o patrimônio e a memória dos grupos mais atingidos, para que a humanidade não se esquecesse das maiores atrocidades da história.

A conservação do patrimônio mundial consagrou os monumentos. Como Riegl havia definido e diferenciado em “o culto moderno dos monumentos”, a criação e consolidação da UNESCO também apresentou a consagração do que Nora (1993) chamou de lugares de memória, uma vez que o patrimônio apresenta aspectos relevantes para a memória coletiva.

O quadro a seguir, mostra uma pequena parte de ruínas de igrejas e mosteiros que foram tombados pela UNESCO e considerados valiosos para a humanidade. Vestígios que também retratam experiências, relações sociais e culturais de um povo; e que representam exemplos notáveis de diferentes tipos de construções e conjuntos arquitetônicos que ilustram diferentes períodos da história da humanidade. Os dados a seguir foram extraídos da “Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO”.

**Quadro 02: Ruínas de igrejas e mosteiros patrimonializados pela UNESCO**

|  |  |
|--|--|
| <p><b>Ruínas Alâa do Béni-Hammad-Argélia</b></p>  <p><b>Tombado pela UNESCO em 1980</b></p> <p>Fonte:<br/><a href="https://whc.unesco.org/en/list/102/gallery/">https://whc.unesco.org/en/list/102/gallery/</a></p>                   | <p><b>Ruínas Igrejas e conventos de Goa – Índia</b></p>  <p><b>Tombado pela UNESCO em 1986</b></p> <p>Fonte:<br/><a href="https://whc.unesco.org/en/list/234/">https://whc.unesco.org/en/list/234/</a></p> |
| <p><b>Ruínas de Mosteiros de Haghpat e Sanahin - Armênia</b></p>  <p><b>Tombado pela UNESCO em 1996</b></p> <p>Fonte:<br/><a href="https://whc.unesco.org/en/list/777/gallery/">https://whc.unesco.org/en/list/777/gallery/</a></p> | <p><b>Ruínas de Igreja em Mbanza - Angola</b></p>  <p><b>Tombado pela UNESCO em 2017</b></p> <p>Fonte:<br/><a href="https://whc.unesco.org/en/list/1511">https://whc.unesco.org/en/list/1511</a></p>     |

Quadro elaborado pela autora, 2021. Fonte: Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO

As ruínas patrimonializadas pela UNESCO ressaltam a relevância desses vestígios da História. Mas ressaltam também que o patrimônio histórico faz parte da identidade das sociedades quanto a suas características, costumes etc. A preservação dos patrimônios não preserva apenas construções e objetos, mas memórias que foram fundamentais para a consolidação de determinadas sociedades e que hoje possibilitam e influenciam os novos olhares para a História, arte e memória.

Um dos precursores do estudo da memória, e que contribuiu de forma inestimável para clarear esse campo de estudo, foi o sociólogo M. Halbwachs, que na trágica ironia foi vítima do nazismo em 1945. O sociólogo Halbwachs, em sua obra póstuma “A memória coletiva”, apresenta não só a memória coletiva, mas a memória individual. De acordo com o sociólogo, a memória individual é um aspecto, ou um ponto de vista, que o indivíduo tem em decorrência da memória coletiva. Quer dizer, nossas lembranças são relativas a momentos compartilhados com outros indivíduos, pois somos formados a partir das interações sociais. Ainda segundo Halbwachs, a memória coletiva tende a fixar histórias pontuais de máxima relevância aos grupos, ou um local considerado importante para determinada sociedade como uma igreja, por exemplo. Maurice Halbwachs, entre os vários exemplos sobre a memória coletiva, destaca em seu trabalho e espaço religioso. De acordo com o intelectual,

[...] as lembranças de um grupo religioso lhes sejam lembradas pela visão de certos lugares, localização e disposições dos objetos, não há do que se espantar. A separação fundamental, para estas sociedades, entre o mundo sagrado e o mundo profano, realiza-se materialmente no espaço. [...] Não basta franquear a entrada de uma igreja para que nos lembremos em detalhes e de modo preciso, de nossas relações com o grupo dos que têm as mesmas crenças que nós. Em todo caso, encontramos-nos com a mesma disposição de espírito dos fiéis, quando estão num local de culto e, apesar de não se tratar de acontecimentos propriamente ditos, mas de uma certa inclinação e direção uniforme da sensibilidade e do pensamento, está bem aí o fundamento e conteúdo da memória coletiva religiosa. Ora, não há dúvida de que ela se conserva nas religiões consagradas pois, desde que nelas nos ocultamos, nelas nos recordamos. (HALBWACHS, 1990, p. 154-155)

Para o sociólogo, o espaço é um importante quadro social da e para a memória. No caso da memória religiosa, Halbwachs destaca três elementos fundamentais: pessoas, espaços e acontecimento. Isso porque o espaço é um lugar concreto, então, mesmo que seja algo que remeta instabilidade, pessoas que tiveram relações e compartilharam momentos, sejam eles festivos ou não, podem retornar para aquele local fixo. Mesmo que o lugar já não esteja do mesmo jeito, ele ainda oferecerá elementos importantes para a memória do(s) indivíduo(s). As

imagens a seguir da igreja Nossa Senhora do Rosário, no antigo arraial de Traíras–GO, apresentam justamente um local que oferecia elementos importantes para a memória: a igreja. No catolicismo um dos objetos mais importantes é o crucifixo, pois ele simboliza o caminho de Cristo para salvar a humanidade. Em Goiás além desse importante símbolo, outro elemento simbólico eram os sinos; eles anunciavam os grandes acontecimentos como o início da missa, festividades, ou a morte de um membro da comunidade.

**Imagem 07: Crucifixo e sinos da antiga igreja Nossa Senhora do Rosário no antigo arraial de Traíras-GO**



Colagem elaborada pela autora. Fonte: IPHAN. 14ª Superintendência Goiânia, Goiás.

Ecléa Bosi, em 1987, escreveu uma obra muito importante, “Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos”, na qual ela analisa a importância da memória dos idosos que se encontram presentes não só em suas reconstruções mentais, mas nos objetos, nos espaços de memória, e até mesmo nas pedras das cidades. Inicialmente, a pesquisadora, através dos estudos de Bergson e Halbwachs, apresentou uma profunda reflexão sobre o fenômeno da memória que marca sua relação com a vida social dos indivíduos. A compreensão apresentada em sua análise através de Bergson é que as lembranças estão imbuídas de representações e “estão na cola das percepções atuais “como a sombra junto ao corpo” (BOSI, 1987, p. 9). A memória, para Bosi (1987), é a articulação entre o consciente e inconsciente dos indivíduos, por isso, a lembrança seria a sobrevivência do passado que se conserva “no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembrança” (BOSI, 1987, p. 15). Por isso, a memória dos velhos assume um caráter fundamental, visto que eles atravessam gerações e ‘eternizam’ memórias e lugares e conservam objetos importantes para seus grupos sociais. Pois cada objeto representa experiências vividas; os lugares e as pedras que representam nossos afetos e a

“resistência muda das coisas, à teimosia das pedras, une-se a rebeldia da memória que as repõe em seu lugar antigo”. (BOSI, 1987, p. 371)

A memória é um conceito crucial para homens e mulheres lidarem com o passado. Segundo Jacque Le Goff (1990, p. 423), a memória conserva informações “às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.” Outro aspecto importante citado por Le Goff é o papel do romantismo para os estudos da memória. De acordo com o historiador, o romantismo reencontrou de forma mais literária que dogmática “a sedução da memória”.

A partir de meados do século XIX, aproximadamente, uma nova vaga de estatuária, uma nova civilização da inscrição (monumentos, placas de paredes, placas comemorativas na casa de mortos ilustres) submerge as nações européias. [...] Ao mesmo tempo, o movimento científico, destinado a fornecer à memória coletiva das nações os monumentos de lembrança, acelera-se (LE GOFF, 1990, p. 464).

O historiador discute que os séculos XIX e XX foram fundamentais para acolher a cultura “popular”. Durante o século XX, as pesquisas sobre memória coletiva sofreram grandes avanços, principalmente com o início da fotografia, quando as pessoas passaram a apoiar suas memórias na memória artificial. Pois de acordo com o historiador, a memória coletiva não busca um “apoio” nos grandes textos, mas nas imagens, lugares, gestos e festas e ritos; “é uma conversão do olhar histórico. Conversão partilhada pelo grande público, obcecado pelo medo de uma perda de memória, de uma amnésia coletiva, que se exprime desejavelmente” (LE GOFF, 1990, p. 472).

Pierre Norra (1993, p. 9) demonstra que a memória é sempre atual. É um “elo vivido no eterno presente”, pois a memória “instala a lembrança no sagrado [...]. A memória emerge de um grupo que ela une, [...] ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada.”

Halbwachs destacou três elementos fundamentais para a memória coletiva. Pierre Nora destaca três elementos fundamentais para os lugares de memória; o valor material, o simbólico e o funcional. O material seria basicamente um “depósito de arquivos”. O simbólico porque só é lugar de memória se houver a produção de imaginação que “o investe de uma aura simbólica”. O funcional é explicado por Norra (1993, p. 21-22) da seguinte forma: “um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve.” Ou seja, os

elementos coexistem e se complementam. As igrejas como artefatos materiais possuem as três qualidades destacadas por Norra, pois possuem uma vistosa presença material, uma importante funcionalidade social com seus cultos e constitui uma associação de pessoas imbuídas da mesma crença e vários elementos simbólicos ritualísticos.

Norra ressalta que o patrimônio, em suas mais diversas esferas, tornou-se tão importante para as sociedades modernas, principalmente, após o século XIX e XX, pois a “necessidade de memória é uma necessidade da história” (NORRA, 1993, p. 14).

Nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa, não somente pelo volume que a sociedade moderna espontaneamente produz, não somente pelos meios técnicos de reprodução e de conservação de que dispõe, mas pela superstição e pelo respeito ao vestígio. (NORRA, 1993, p. 15).

O fato é que criamos uma sensibilidade em relação aos vestígios do passado. Por vezes, uma nostalgia das coisas do passado. O que também se pode compreender é que tanto o patrimônio cultural quanto a memória (coletiva) são conjuntos culturais e sociais portadores de significados identitários e de representações históricas e culturais.

Desde tempos imemoriais, os homens buscaram deixar seu legado para a posterioridade através de pinturas, objetos e documentos escritos. Atualmente são lugares, construções onde a memória também reside. “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação” (LE GOFF, 1990, p. 477). Para além, a preservação do patrimônio e da memória são objetos que remetem à compreensão de experiências cujo campo é delicado devido suas funções de preservar origens e transmitir acontecimentos e elementos simbólicos etc., para uma comunidade local, ou para a humanidade.

Enfim, o conceito de patrimônio foi alargando ao longo da história, ao ponto de incluir não somente os grandes monumentos arquitetônicos e artísticos, historicamente representativos do mundo greco-romano, mas também ruínas modestas de pequenas igrejas espalhadas por várias localidades do Brasil. Até as ruínas de uma capelinha do Engenho do Cunhau, no Rio Grande do Norte, foram consideradas importantes como símbolos do passado, ao ponto de serem tombadas pelo IPHAN, em 1962. Sem dúvida, essa mudança de sensibilidade bastante significativa em relação aos vestígios do passado foi resultado de vários fatores, mas, indubitavelmente, o Romantismo é fundamental para explicá-la. Para Goiás, essa mudança é muito relevante, pois corrobora uma mudança de 360 graus na interpretação histórica. O que antes era feio, decadente, arruinado, torna-se sublime, patrimônio e bem cultural. E mais do

que isso, torna-se gatilho de memórias do passado importantes para a sustentação identitária da coletividade. No próximo tópico serão apresentados aspectos importantes da patrimonialização e o advento de políticas de preservacionistas no Brasil, o que culminou não somente na preservação da cultura material, mas da memória regional.

## **2.2. O advento de políticas de preservação patrimonial no Brasil**

No Brasil, o marco das políticas públicas de preservação patrimonial ocorreu em 1937 com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Entretanto, o incentivo à preservação de bens da cultura material tem seu início com intelectuais brasileiros na década de 1920. Uma das obras mais importantes e que ressignificou o pensar dos bens culturais regionais foi o “Manifesto Regionalista de 1926” de Gilberto Freyre. A obra visava reconhecer as particularidades culturais e estéticas do nordeste e, também, tinha como propósito valorizar os testemunhos em forma de pedra e cal como as antigas igrejas barrocas; os casarões e antigos engenhos; as festividades e os sabores da culinária como a tapioca, acarajé entre outros sabores; a valorização da arte popular e seus simbolismos presentes na cultura brasileira tão diversificada que formam nossas identidades e singularidades, neste território tão extenso. “Mas nem tudo está perdido: apenas ameaçado.” Das

[...] igrejas o cheiro de incenso (...). E’ que com relação aos valores regionais (...) nem tudo está perdido; apenas ameaçado. Ameaçada de perder as suas características principais, está a civilização regional (...) no seu conjunto e não apenas em alguns dos seus aspectos. Está a casa, está a arquitetura, está o móvel no que apresentam de mais expressivo de uma civilização e não somente de uma época (FREYRE, 1955, p.43).

O Manifesto Regionalista de Gilberto Freyre é pioneiro na valorização dos elementos simbólicos da cultura popular. Muito embora o manifesto tenha sido pensado como uma reação nordestina ao viés paulista e carioca do modernismo de 1922, suas colocações gradativamente despertaram nas outras regiões do país o desejo de preservação do patrimônio material. Contudo, vai ser Mário de Andrade, um paulista vinculado à Semana Modernista de 1922, quem vai ser o responsável pela criação do primeiro órgão nacional de preservação patrimonial no país. Atendendo a um convite do ministro Gustavo Capanema, Mario de Andrade redigiu um projeto para criação do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN). De acordo com o site de O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,

Ainda hoje, impressiona o anteprojeto por sua clarividência e contemporaneidade, decorridos quase 80 anos. Sua colaboração com o

SPHAN, atual Iphan, se estende até a sua morte precoce em 25 de fevereiro de 1945. (...) A preservação e valorização do patrimônio cultural no Brasil têm muito de seu DNA e, sem dúvida, o anteprojeto de criação do SPHAN significa sua certidão de nascimento. (IPHAN, 2015)

A discussão sobre a preservação patrimonial efetivada por intelectuais de diferentes regiões do Brasil e a criação do SPHAN em 1937 estava bem-informada sobre as novas tendências que estavam acontecendo no mundo. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, palco de uma destruição sem precedentes dos vestígios materiais, foi criada pela Organização das Nações Unidas, em 1945, uma tendência que visava proteger o patrimônio cultural e natural mundial. No mesmo ano, 1945, o SPHAN transmutou-se em IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico. Com isso, ampliou-se o Instituto com diversas superintendências regionais.

A criação das superintendências regionais do IPHAN foi de muita importância para a salvaguarda das culturas regionais, tendo em vista que o Brasil é um país continental, portanto, rico em diversidades naturais e construções materiais. A criação do SPHAN foi seguida de normatizações para assegurar a preservação. Nesse contexto, é preciso destacar o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que decreta que constituir-se-ia como patrimônio histórico e artístico nacional

[...] bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, que por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937, p. 1)

Esse Decreto-Lei foi o primeiro meio legal de proteção do patrimônio. Para além das mudanças institucionais, o mais importante é que houve uma mudança de percepção na população sobre a relevância da preservação do patrimônio material. Goiás enfrentou -e ainda enfrenta- dificuldades nos processos de salvaguarda, pois as práticas de preservação na década de 1930 fizeram com que as regiões interioranas, as dos sertanejos, ficassem “tímidas” diante das suntuosas arquiteturas barrocas do litoral e de Minas Gerais, uma vez que o barroco por muito tempo foi a centralidade artística e estética no Brasil. A expressão artística deixou marcas profundas tanto no litoral, quanto no sertão brasileiro. Tal prova são as construções do estilo barroco, principalmente nas igrejas católicas e suas artes de traços inconfundíveis. Em Goiás, José Joaquim Veiga Valle<sup>15</sup> ganhou notoriedade para o estilo barroco. O artista possuía uma singularidade na execução de suas obras. O barroco regional possui singularidades (histórica e

---

<sup>15</sup> José Joaquim do Veiga Valle, foi um dos maiores nomes da arte barroca em Goiás no século XIX.

estilística), todavia, as produções, se artes sacras, eram de muito bom gosto. No caso de Goiás, os patrimônios da cultura material estão intrinsecamente relacionados à construção da identidade sociocultural, que foi sendo desenvolvida, principalmente, no meio rural, que estavam voltadas para as atividades religiosas e do campo, principalmente depois do declínio da mineração. Apesar de a região ter sido estigmatizada pelas características da decadência a partir das representações do olhar dos viajantes europeus, não significa que tais representações balizaram a construção identitária dos goianos.

Um importante reconhecimento como patrimônio histórico brasileiro e goiano foi o tombamento da Matriz de Pirenópolis em 03 de julho de 1941, poucos anos após a criação do SPHAN (1937), o que demonstra a relevância da igreja barroca para a sociedade. Pouco tempo depois, “o Ministério da Cultura assumiu o compromisso de inventariar todas as cidades históricas do Brasil” (SPHAN, 1988, p. 1) e a cidade de Pirenópolis com suas construções barrocas é uma das três primeiras selecionadas para a preservação.

As mudanças que ocorreram no século XX foram de suma importância, e os processos de tombamento de bens materiais em Goiás foram fundamentais para apresentar e reconhecer as suas particularidades. No caso de Goiás, as políticas de preservação patrimonial foram muito significativas, pois contribuíram para uma importante mudança de mentalidade na população. É que as construções arquitetônicas antigas, muitas delas em ruínas, eram vistas como símbolos da decadência, ou seja, expressões de uma época de riqueza – o século XVIII – que se extinguiu. Eram, então, vistas com nostalgia e melancolia, pois escancaravam o atraso da população goiana. Isso ficou ainda mais bem evidenciado a partir de 1933, quando se efetivou a transferência da capital, justamente porque a Cidade de Goiás, por ser velha e barroca, não servia para ser a capital. Para além disso, havia conflitos políticos, tanto regionais quanto nacionais. Contudo, esse sentimento foi sendo modificado no decorrer do século XX, pois os processos de tombamento de espaços importantes em Goiás pelo IPHAN e UNESCO valorizavam a nível nacional e mundial os elementos culturais de Goiás.

Esses tombamentos, não só das igrejas, mas de demais construções de referência para o barroco goiano, serviram para contrapor a interpretação do barroco goiano pobre, da arquitetura mesquinha e, por vezes, decadente, e ressaltaram a importância deles para a história e para a arte brasileira.

Enfim, esse é o contexto que mudou o valor cultural em relação às ruínas de igrejas em Goiás. Muitas delas foram tombadas por leis estaduais, municipais ou federal e se tornaram marco(s) para a memória coletiva, reforçando a identidade regional. A seguir, analisaremos como se deu o processo de patrimonialização desses artefatos materiais.

A seguir, serão apresentadas descrições<sup>16</sup> dos processos de tombamento das ruínas de templos religiosos em Goiás e como elas estão muito mais relacionadas a conflitos políticos e religiosos do que com a voz e desejo da comunidade local.

### **2.1.1. Ouro Fino de Goiás: Onde está seu patrimônio?**

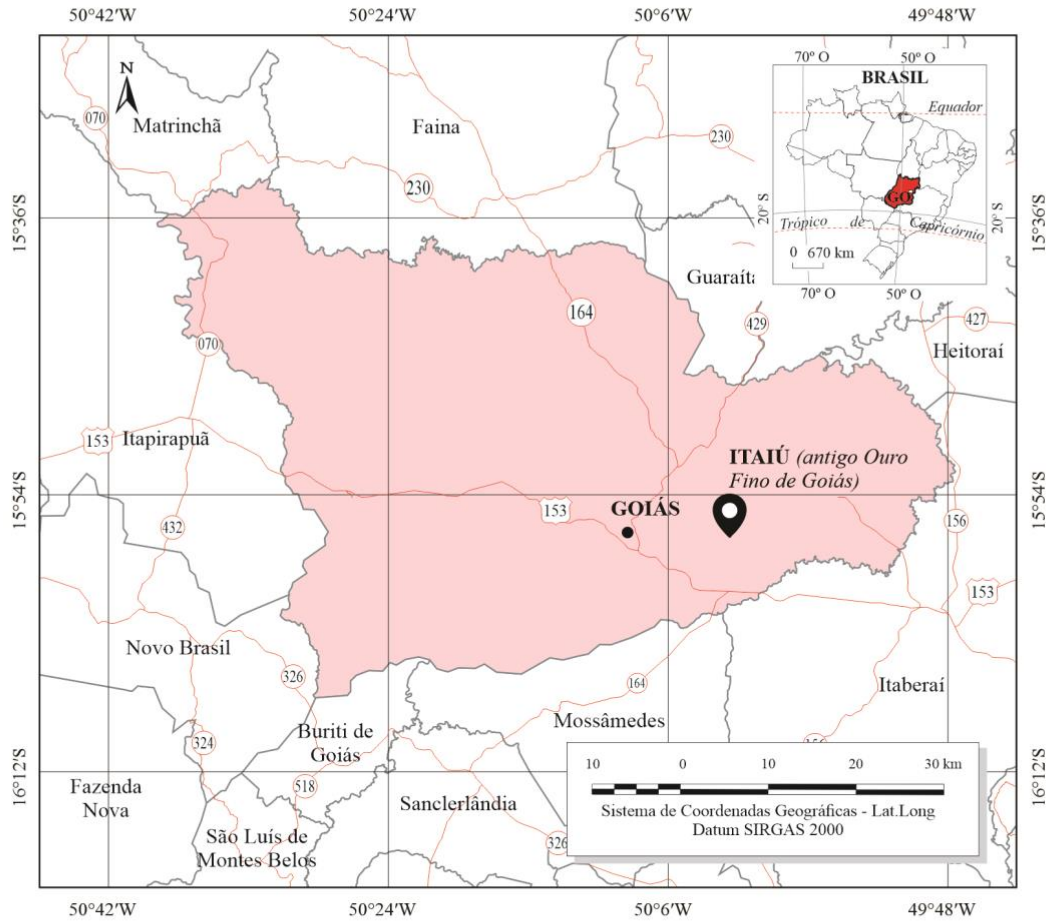
O mapa a seguir foi produzido com a finalidade de apresentar a localização do antigo arraial de Ouro Fino, atualmente nomeado de Itaiú, patrimonializado na década de 1990 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como um Sítio Arqueológico de suma importância. O tópico a seguir contará com a grande contribuição da pesquisadora Laura Ludovico de Melo.

#### **Mapa02: Localização do antigo arraial de Ouro Fino de Goiás**

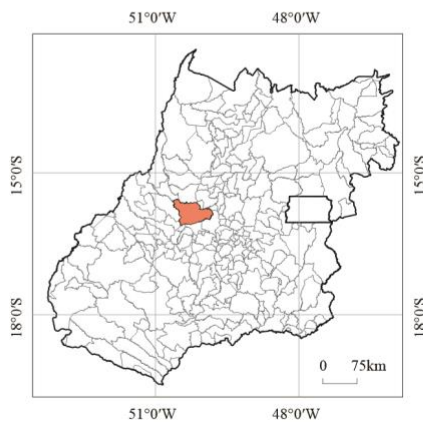
---

<sup>16</sup> Por mais que o próximo tópico tenha um caráter mais descritivo de informações, foi considerado importante e necessário devido à ausência de informações acessíveis.

## MUNICÍPIO DE GOIÁS: LOCALIZAÇÃO DO DISTRITO DE ITAIÚ - 2021



**Estado de Goiás: Localização do município de Goiás**



**LEGENDA**

- Sede municipal
- Principais rodovias
- Prefixo de estrada estadual
- Prefixo de estrada federal

**FONTE:**  
 BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Departamento de Geociências (IBGE) - BC250 - Base Continua do Brasil. Rio de Janeiro, 2019. Escala 1:250.000. Disponível: [http://www.metadados.geo.ibge.gov.br/geonetwork\\_ibge/srv/por/metadata/show?uuiid=b6587519-14cc-4b00-97b0-e2e6e380687](http://www.metadados.geo.ibge.gov.br/geonetwork_ibge/srv/por/metadata/show?uuiid=b6587519-14cc-4b00-97b0-e2e6e380687). Acesso em: 22 abr. 2021. (Base Cartográfica).

**Cartografia Digital**  
 Ícaro Felipe Soares Rodrigues

O reconhecimento do valor cultural das ruínas de Ouro Fino deu-se principalmente por causa das festividades religiosas católicas que aconteciam no lugar. No arraial acontecia a exuberante Festa do Divino e a procissão de São Sebastião, o que foi fundamental para a sobrevivência do arraial até os meados de 1970. Após o esvaziamento do local, os objetos sacros da igreja foram levados para o Museu das Bandeiras, na Cidade de Goiás. A luminária a seguir, de base octogonal, com haste em coluna com aproximadamente 17 centímetros de altura e 2 centímetros de diâmetro, é uma das poucas peças da antiga igreja Nossa Senhora do Pilar que está preservada no museu.

**Imagem 08: Luminária octogonal**



Fonte: Acervos.museus.gov.br. Coleções Museu das Bandeiras Goiás. Acesso em:

Apesar de ter “reconhecimento” pelo IPHAN - Goiás, a valorização patrimonial sofreu com o abandono, mas que agora passa por um processo de conservação por uma empresa privada. O documento de preservação deixa expresso que a consolidação para preservação será com a “amarração da lona na parte superior das paredes” (MARSOU ENGENHARIA, p. 04). A imagem a seguir é o resultado final do projeto.

**Imagem 09: Finalização da etapa para conservação das ruínas**

Fonte: Arquivo da autora.

Nossa Senhora do Pilar foi patrimonializada por se tratar de ruínas de um templo muito importante na região e não por ser uma igreja em uso para missas, portanto, a essência desse patrimônio são as ruínas e não a (re)construção dela. O que se observa através das mídias é que o projeto de preservação é um desejo político do atual governo do estado de Goiás, mas o fato não diminui a importância das ruínas, ao contrário, a ação é somativa para o patrimônio que se encontra nos fragmentos em meio à natureza. No relatório de serviços da construtora Marsou engenharia, contratada pelo governo do estado para execução da preservação, constata-se que serão firmadas escoras. De acordo com o relatório da empresa responsável, o serviço a ser executado será um “escoramento definitivo das faces já consolidadas” (MARSOU ENGENHARIA, 2022, p. 9). O relatório ainda informa que um dos objetivos será colocar a lona sobre os fragmentos. Essa cobertura de lona nas ruínas é benéfica no sentido de proteção ao sol e à chuva, mas não contempla a proteção ao toque das mãos, pois quanto mais escondida elas ficarem, mais curiosidade irá gerar. Nesse sentido, muitos não respeitam a cerca que limita o contato do homem com os fragmentos.

O patrimônio não é para ser escondido, mas apresentado, passível de que as pessoas fotografem e observem. Tal questão faz com que surjam questionamentos, tais como: Qual objetivo de preservar uma ruína de templo escondendo o que possivelmente é o que fascina, esteticamente falando, que são os fragmentos? As imagens a seguir são da atual situação das ruínas do templo de Nossa Senhora do Pilar com as escoras e lona sobreposta.

### **Imagem 10: Ruína do templo de Nossa Senhora do Pilar**



Fonte: Arquivo da autora. 15 de maio de 2022.

A manutenção das ruínas ficou em cerca de 330 mil reais. Após a finalização do projeto de conservação, o local finalmente integrará oficialmente o caminho turístico de Cora Coralina (Revista O Popular, 2 de dezembro de 2021). A imagem a seguir é o primeiro anúncio comunicando a intervenção para preservar as ruínas publicado pelo jornal O Popular em 2021.

### **Imagem 11: Ruínas de Ouro Fino no jornal O Popular**

R\$ 3,00 GOIÂNIA, QUINTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2021 - ANO 83 - Nº 24.706 / OPOPULAR.COM.BR

# O Popular

## MAGAZINE

Cleon Ferreira

cleon.ferreira@opopular.com.br

**C**aminhar pelas ruínas do antigo Arraial de Ouro Fino é um convite para desbravar o passado goiano eternizado em memória tátil e oral. Localizadas na região próxima a cidade de Goiás, as ruínas recebem a partir deste mês um projeto de obras conduzido pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), por meio da superintendência em Goiás, em ações de preservação. Ao todo, serão investidos R\$ 330 mil nas intervenções.

Fundado em 1727 por Bartolomeu da Silva Filho, o povoado registra uma parte da história de Goiás da época do primeiro ciclo do ouro goiano, no Rio Uru e o Córrego de Praia. Por lá, é possível ver ruínas de casarões, muros do que era a Igreja Nossa Senhora do Pilar e uma das tumbas do cemitério local. Atrativo histórico e local para pesquisas, as edificações ajudam a lembrar o passado goiano em um povoado que desapareceu, mas se mantém preservado pelas recordações e memórias das famílias que habitam a região.

O projeto de preservação reiterado pelo Iphan prevê ações para estabilizar e escorar as estruturas desagregadas, consolidação das alvenarias, reparar pontos de infiltração e realizar tratamentos com fins de evitar novos registros de umidade. As ruínas também vão receber cobertura provisória e prospecções arquitetônicas, já que se encontram expostas às intempéries.

No termo de compromisso assinado no dia 25 de novembro, a empresa na qual foi aplicado o Termo de Ajustamento de Conduta tem até 15 dias para apresentar o projeto executivo ao Iphan. Para Danilo Curado, arqueólogo do Iphan Goiás, as ruínas são consideradas no campo da arqueologia uma representação materializada da história, verdadeiros vestígios de um passado de Goiás. "Em relação às questões me-



Hoje em ruínas, o antigo Arraial de Ouro Fino, eternizado nas vozes de Tonico & Tinoco na canção 'Chico Mineiro', receberá R\$ 330 mil para preservação

## Ruínas brutas

**PATRIMÔNIO** Pedaco da memória de Goiás, sítio arqueológico do antigo Arraial de Ouro Fino recebe projeto do Iphan com ações de preservação

moriais, o Arraial de Ouro Fino é um exemplar da memória do povo goiano, de gênese, como um local de memória que tem um reconhecimento nacional", destaca Danilo Curado. Em termos arqueológicos, o es-

pecialista explica que as ruínas e toda a região ao redor do sítio têm características materiais de ocupação. "É preciso pensar que Ouro Fino era uma vila, e enquanto vila tinha um prédio principal, que era a igreja, deze-

nas de casas em todo o largo dispostas na frente da edificação. Tem também o cemitério, certamente com os restos esqueléticos dos moradores, o antigo colégio que foi soterrado. Todo o local é um lugar de riqueza ímpar da própria vivência dos seus habitantes", diz.

A ideia é que as ações de preservação possam destacar o sítio arqueológico em ponto turístico e rota para o Caminho de Cora, trilha que atravessa as cidades históricas de Cumbá de Goiás, Pirenópolis, São Francisco de Goiás, Jaraguá e a cidade de Goiás. O projeto também abrange os municípios de Cocalzinho de Goiás, Itaguari e Itaberal.

### SALVAGUARDA

Nas vozes de Tonico & Tinoco eternizadas na canção *Chico Mineiro*, o povoado de Ouro Fino ainda vivia em tempos da Festa do Divino e das tropas e

boladas. Hoje, as ruínas ajudam a entender como Goiás se estabeleceu nos séculos 18 e 19. Ouro Fino está a cerca de 10 quilômetros da GO-070, com acesso por estrada de terra para quem segue sentido Goiânia e cidade de Goiás, antes do trevo para o município de Mossâmedes e após o posto da Polícia Rodoviária Estadual. Situa-se em propriedade privada.

Para o superintendente do Iphan em Goiás, Alysson Cabral, o sítio arqueológico é registro concreto de um período significativo para a história de Goiás. "A ação do Iphan nas ruínas do antigo Arraial de Ouro Fino se justifica pela importância que elas possuem no contexto histórico. Essa é a primeira intervenção no local e o interesse do Iphan, além de salvaguardar, é evidenciá-lo, pois trata-se de um ícone de Goiás. É para que todos conheçam as nossas raízes", explica Alysson Cabral.

Fonte: O Popular, 2 de dezembro de 2021, Ano 83, Nº 24.706.

Essa ação de preservação no antigo arraial será de suma importância para preservar a história, memória e a estética presente no atual distrito. Entretanto, seria importante pensar em outras formas de preservação em que as ruínas não fossem cobertas por lonas e ficassem visíveis aos olhos dos turistas.

Seja como for, o local passou a ser percebido pelo governo e, independentemente de qualquer interesse político, o local será preservado para que gerações futuras tenham acesso à história e à estética presente nas ruínas.

### Imagem 12: Imagem do processo de conservação

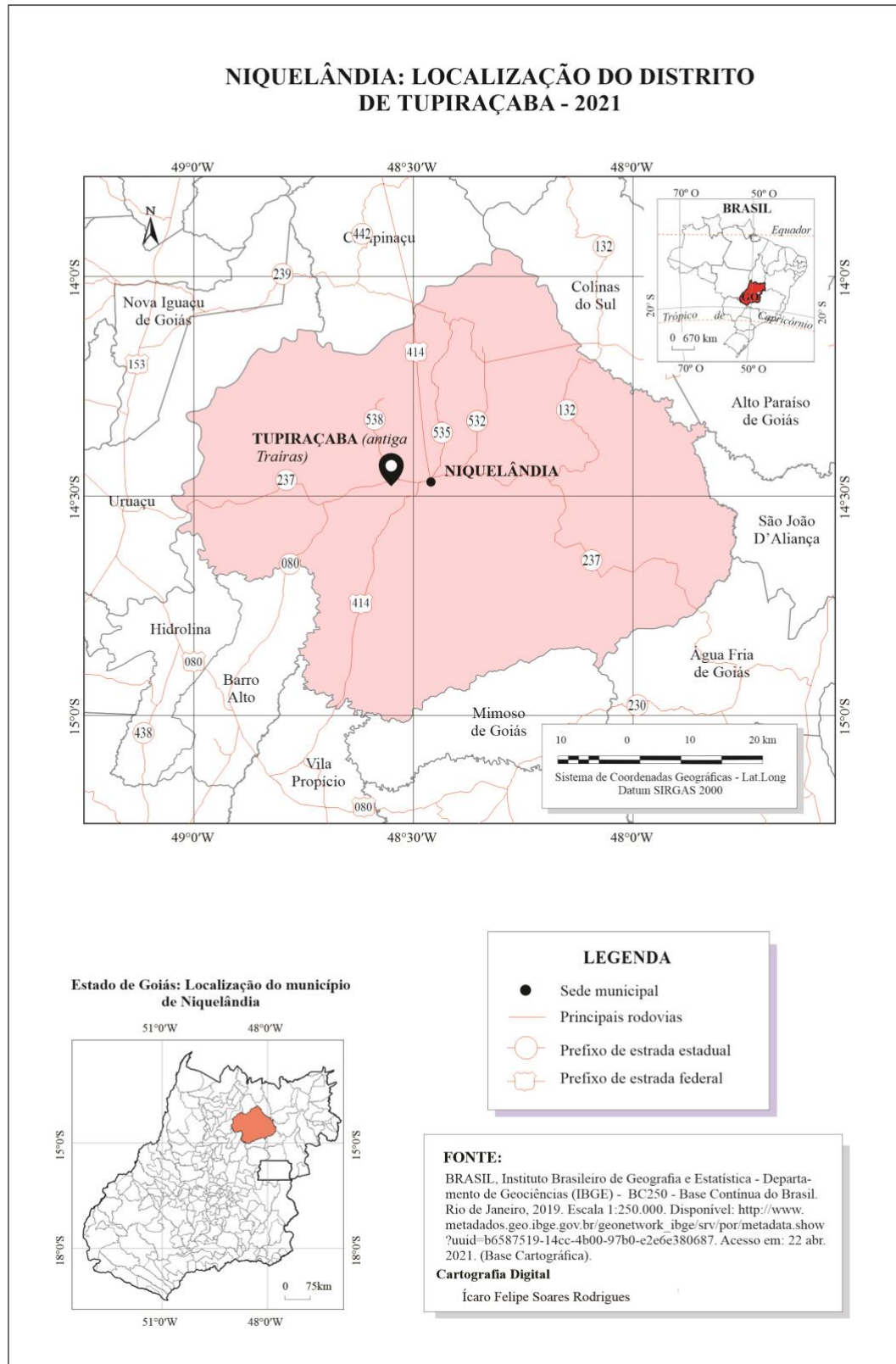


Fonte: Arquivo da autora, 14 de maio de 2022.

#### 2.2.2 O patrimônio artístico de Traíras

No antigo arraial de Traíras o processo de patrimonialização ocorreu de forma diferente do de Ouro Fino, pois os conflitos foram intensos. Neste tópico tentar-se-á estabelecer uma narrativa com ordem cronológica dos acontecimentos. Com a finalidade de apresentar geograficamente o local do antigo arraial de Traíras foi elaborada a cartografia digital situando o atual distrito pertencente ao município de Niquelândia.

#### Mapa 03: Localização do antigo arraial de Traíras



A igreja Nossa Senhora do Rosário é uma construção colonial, e que por muito tempo esteve repleta de artes sacras do estilo barroco. A primeira vez que se falou em preservação da igreja foi no ano de 1954. No entanto, apenas no dia 19 de janeiro de 1955 o diretor do IPHAN,

Rodrigo M. F. de Andrade, oficializou e inscreveu a igreja sob o nº 426, na folha 80 do Livro do Tombo das Belas Artes. De acordo com o diretor do D.P.H.A.N:

O tombamento da referida edificação abrange a totalidade de seus elementos arquitetônicos e ainda, especificadamente, os seguintes bens móveis nela guardados: coleção das imagens antigas madeira, imagem de marfim do Senhor do Bonfim, uma cômoda, três arcas de madeira e cinco castiçais de chumbo (ANDRADE, 1955, p. 1).

Desde o tombamento, apesar das dificuldades, foram feitas propostas de restauração para a igreja, ambas concedidas pelo órgão responsável. Em 1956, Lucio Costa, arquiteto e Diretor da D.E.T., encaminhou um parecer ao Dr. Edgard Jacinto vislumbrado que não seria um caso de tombamento, mas sim de inventariado, à “circunstância das obras serem indispensáveis para salvar o edifício de ruína total”. O arquiteto L. Costa concedeu o necessário para que se evitasse a ruína da arquitetura colonial.

Costa (1956) recomendou “ao responsável pelas obras o maior cuidado, a fim de preservar (...) a graciosa pintura ornamental do arco e dos retábulos”. Entre as décadas de 1960 e 1970, a igreja “foi praticamente demolida por ordem do Sr. Bispo de Uruaçu, D. José da Silva” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA. 1971). Segundo a matéria, elaborada por Sinvaline Pinheiro, em 2007, para o Jornal Diário do Norte, “Um senhor de 80 anos que cuidava da igreja passou mal logo após os bens serem retirados e morreu”, dando a entender que a morte desse senhor tivesse sido uma consequência do descaso pelo templo. A imagem a seguir apresenta parte do arco de madeira ligado à estrutura da igreja, o que enfatiza a importância de um inventariado para a salvaguarda da estrutura da igreja, hoje suas partes se encontram no museu das Bandeiras.

**Imagem 13: Interior da antiga igreja de Nossa Senhora do Rosário**



Fonte: Arquivo do IPAHN, 14ª Superintendência, Goiânia, Goiás.

No ano de 1974, através do Pró-Memória<sup>17</sup>, o arquiteto José Fernando Madeira fez uma visita técnica e constatou que seria impossível a restauração da igreja devido aos danos na estrutura do prédio. A “busca pela preservação” por parte de D. José<sup>18</sup> foi tão ambiciosa que levou a fatídica fragmentação de cunho irrecuperável. Em 30 de dezembro de 1985, numa decisão que legitima as ruínas como bens patrimoniais reconhecidamente importantes, Antônio Sérgio de Mattos, técnico do IPHAN, inscreveu a igreja em ruínas como um dos bens tombados no Estado de Goiás. O técnico ainda orientou que, como medida de urgência, fosse feita a limpeza do local e a estabilização das ruínas. Apesar da recomendação, nada foi feito para efetivar a preservação das ruínas. Ou seja, o Estado não viu interesse e não visualizou a potencialidade nas ruínas enquanto patrimônio e um local de memória(s).

No ano de 1988, o Serviço Público Federal responsabilizou as ações do arcebispo D. José da Silva pelo estado ruinoso da igreja. De acordo com o parecer N° 023, as ações foram consideradas ilícitas. Contudo,

[...] levando-se em conta a excessiva demora nos fatos ilícitos praticados contra o acervo cultural nacional, infelizmente praticamente nada resta a fazer de concreto, do ponto de vista jurídico, para punir as ações criminosas que culminaram no perecimento da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (S.M.J, 1988, p. 3).

<sup>17</sup>Foi uma Fundação que atuou até a década 1990 ao lado do SPHAN que visava agilizar os processos de tombamentos no Brasil.

<sup>18</sup> Verificar apêndice IV.

O antigo arraial teve uma queda populacional significativa devido às mudanças econômicas. Entretanto, diferentemente de Ouro Fino, a igreja não entrou em ruínas pela saída dos moradores, mas pela ausência de fiscalização do IPHAN e “as ações criminosas” do arcebispo de Uruaçu que ocasionaram na ruína desse importante patrimônio material de característica do barroco goiano. De qualquer forma, as ruínas da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos continuou a ser reconhecida como um patrimônio material sobre a responsabilidade do IPHAN.

Em 2002 iniciou-se uma nova discussão, dessa vez para o processo de destombamento da igreja. Marco Antônio Galvão, que era coordenador do GT/IPHAN, solicitou o destombamento da igreja, pois o estado dela era de ruínas. A solicitação indica que o reconhecimento das ruínas como um bem cultural não é uma unanimidade nem mesmo entre os integrantes das agências de proteção patrimonial. Contudo, a proposta foi rejeitada e as ruínas continuaram sendo um bem tombado pelo IPHAN. A recusa para o destombamento não foi algo político ou por pirraça, mas por coerência da instituição, uma vez que aquele espaço foi uma das primeiras contrições do local e seus fragmentos são vestígios da História regional/nacional.

#### **Imagem 14: Ruínas de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos**



Fonte: Blog Foto Strada, 2015. Disponível em: [http://fotostrada.com.br/wp-content/uploads/2014/02/Igreja\\_do\\_rosario.jpg](http://fotostrada.com.br/wp-content/uploads/2014/02/Igreja_do_rosario.jpg).

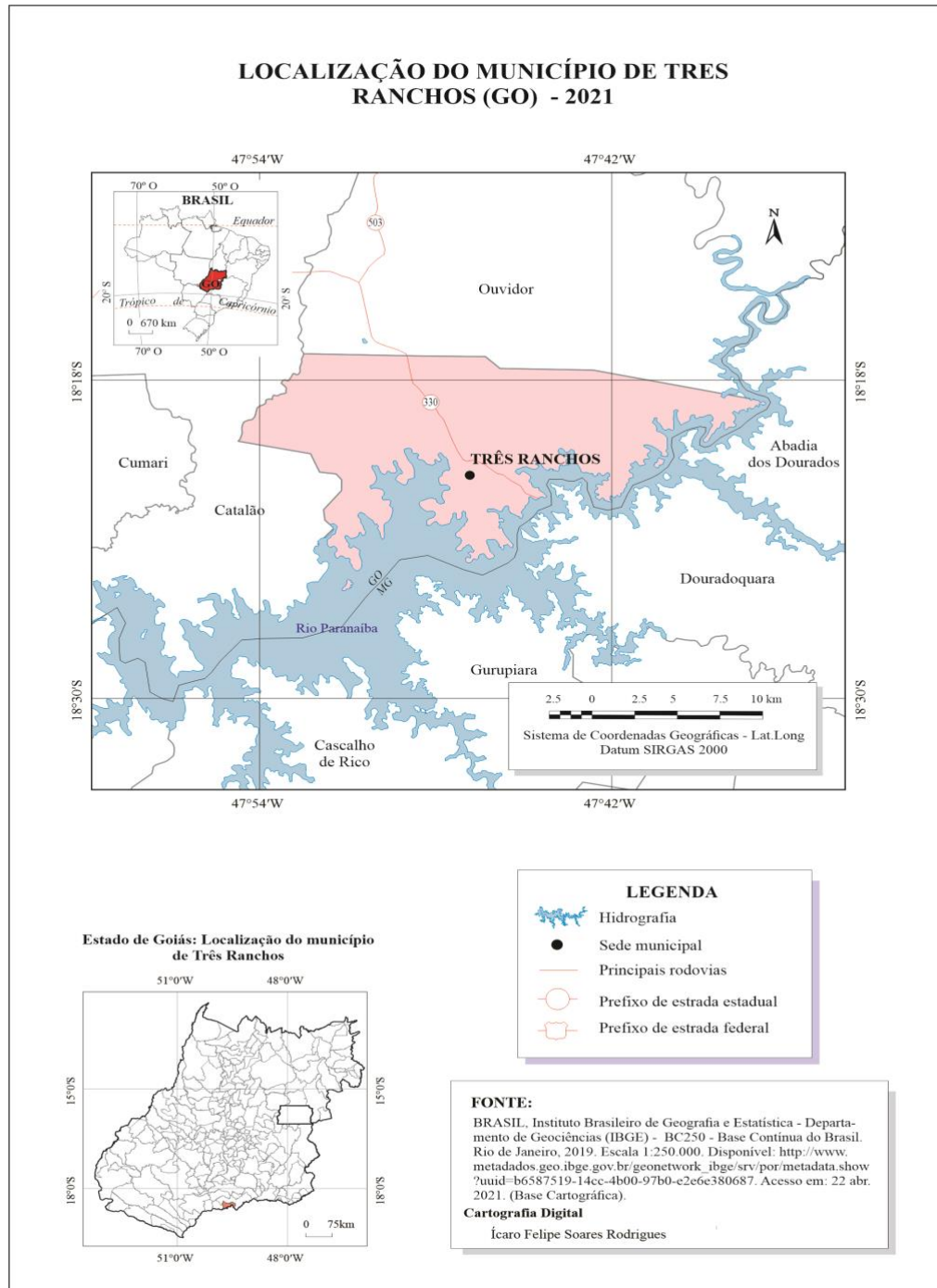
Além de ser testemunho de uma fase da evolução histórica de Goiás, as ruínas da igreja de Nossa Senhora do Rosário são catalisadoras de memórias coletivas. De acordo com as histórias populares dos moradores, D.Pedro II esteve hospedado na região e “despachou na cidade por 24 horas”. Não foi encontrado nenhum documento histórico sobre esse fato, mas a presença de D.Pedro II em Tupiraçaba é relatada com orgulho pelos moradores. A casa que “supostamente” hospedou Pedro II “já caiu a metade, o restante pende para o fim. Nela mora Dona Nica tentando protegê-la na luta contra o tempo” (PINHEIRO, 2007). Outro relato contado por seu Chico, morador de Tupiraçaba, é de que o ouro ainda não se findou por lá, pois quando chove aparecem “migaias” dele nas ruas do lugar. Seja como for, verídicas ou não, são essas histórias que motivam muitos moradores a preservarem parte da História da cultura material de Goiás.

Ainda existem vários outros relatos e moradores que, assim como dona Nica, moram em espaços para proteger e conservar a história de seu povoado. Atualmente, o antigo Cartório Civil é residência de um morador que tenta manter a estrutura das paredes e telhados. A estética encontra-se nos fragmentos que estão entre o verde e chamam atenção de transeuntes.

### **2.2.3. O patrimônio de Três Ranchos**

O mapa a seguir tem como objetivo localizar geograficamente o município de Três Ranchos em Goiás e a região em que as ruínas de Nossa Senhora D’Abadia se encontram.

#### **Mapa 04: Localização de Três Ranchos**



A história do processo de patrimonialização de Três Ranchos se dá de forma conflituosa e, por vezes, confusa. Na tentativa de se estabelecer coerência, foi feita uma cronologia do processo de patrimonialização.

O incentivo à patrimonialização das ruínas foi devido a sua importância histórica e religiosa tanto para o município de Três Ranchos, quanto para o Estado de Goiás. A igreja foi construída por escravos durante meados do século XIX. As ruínas estão localizadas em uma propriedade privada, mais especificamente na Estância Monte Sinai, Três Ranchos.

Em 1996, através da Lei de nº 12.926/1996, a Igreja Nossa Senhora D'Abadia, em Três Ranchos, foi tombada provisoriamente pelo patrimônio histórico e artístico do Estado de Goiás. O tombamento se deu por um ato legislativo de autoria do então Deputado Eurípedes Ferreira e foi aprovado em sessão do dia 28 de junho de 1996. Entretanto, em 2018 foi apresentado um parecer pela SEDUCE, informando que o processo não se deu de forma adequada. No parecer é mencionado que não houve produção de dossiês e que o tombamento deveria ser revisto por técnicos e por uma equipe multidisciplinar.

Em outubro dos anos 2000, o requerente Renato Gonçalves Resende apresentou ao Ministério Público do Estado de Goiás – MPG- da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Catalão que se fosse providenciada a conservação da estrutura das ruínas da igreja. Entretanto, a AGEPEL, responsável pelo processo de conservação e restauração, fez a devolutiva de requerimentos da Comarca de Catalão no dia 11 de abril de 2001, com a justificativa de que não tinha orçamento para a restauração da igreja.

Anos se passaram e o assunto voltou à tona no ano de 2010. Os autos dos processos foram redirecionados para a 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Catalão, que instaurou um processo no dia 17 do mesmo ano, com a finalidade de elaborar um procedimento de inspeção na igreja. No relatório de Antônio César Caldas Pinheiro, relator de um novo parecer sobre a igreja em 2018, consta que a inspeção ocorrida em 2010 avaliou que “não existe mais um prédio no local, pois quase toda a estrutura já desmoronou: telhado e madeiramento. O que ainda resiste, [...] são apenas partes das paredes do que um dia foi prédio da Igreja.”

Em 2011, a AGEPEL reconheceu o valor histórico e artístico das ruínas, mas deixou claro que a responsabilidade pela conservação do imóvel seria do município de Três Ranchos, visto que a Prefeitura o considera de “significativo valor histórico-cultural para o município”, pois a igreja seria uma construção arquitetônica do século XIX construída por escravos e o marco inicial do povoamento de Três Ranchos. Em agosto do mesmo ano, o Promotor de Justiça responsável pelos autos advertiu a AGEPEL sobre suas obrigações de preservar o patrimônio material no Estado. Percebe-se, assim, um conflito entre as instâncias do Estado sobre a responsabilidade de preservação do patrimônio material.

Outro conflito envolvendo as ruínas da Igreja também se iniciou no ano de 2011, envolvendo os proprietários do imóvel. Edith Pereira Carneiro, a proprietária, mostrou-se contrária a qualquer iniciativa de tombamento da propriedade, alegando que “no local estão

enterrados seus antepassados” e, por isso, ela deseja que “seja preservada a paz de seus parentes mortos e que obras de conservação irão trazer-lhe prejuízo e sofrimento” (Relatório, Goiânia, 2018). Mas há um detalhe que precisa ser mencionado; a mesma pessoa que alega que a conservação traria sofrimento e desejava que fosse preservada a paz de seus parentes, dispôs a fazenda para venda. Por causa disso, suas alegações foram vistas como contraditórias, o que aumentou a desconfiança de que seu principal interesse em impedir o tombamento das ruínas era evitar dificuldades na venda do imóvel.

Em 2018, houve uma tentativa de Edith Pereira Carneiro de promover o destombamento das ruínas da igreja colonial de Três Ranchos, que até então era provisório. O prefeito do município na época, Hugo D. de Carvalho Costa, se manifestou contra tal proposta. Por solicitação do prefeito, no dia 12 de dezembro de 2018, a Superintendência do Patrimônio Histórico e Artístico de Goiás encaminhou, novamente, uma equipe técnica para elaborar um dossiê e parecer, para que o Conselho Estadual de Cultura deliberasse sobre o tombamento definitivo das ruínas.

Entretanto, durante as novas pesquisas técnicas, encontrou-se uma árvore de grande porte, que cresceu em meio às ruínas e que poderia acarretar em seu desmoronamento. Há suspeita, inclusive, de que a árvore teria sido plantada no local de forma deliberada para a destruição do patrimônio material. Contudo, a existência da árvore em meio às ruínas trouxe mais visibilidade e o parecer técnico do IPHAN-GO foi para o tombamento definitivo das ruínas. A imagem a seguir mostra como ficou a antiga igreja após o crescimento de uma bela árvore com flores cor de rosa, semelhante a uma paineira, entre as ruínas.

**Imagem 15: Ruínas de Nossa Senhora D’Abadia**



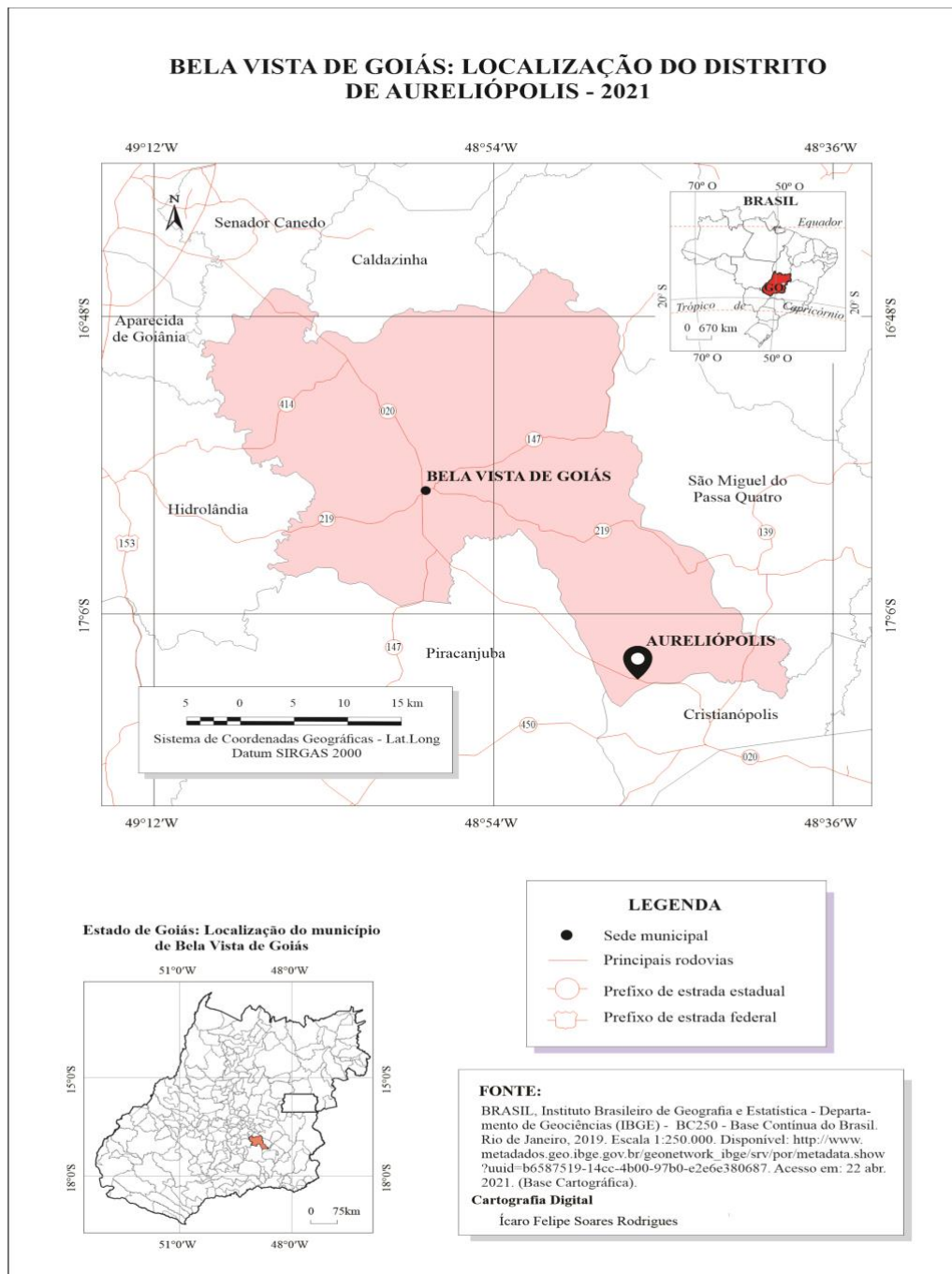
Fonte: Agnaldo de Oliveira Migel. 14 de janeiro de 2020.

Seja como for, a árvore colaborou para uma valorização estética das ruínas, chamando a atenção das autoridades municipais e aumentando o interesse dos turistas que visitam as ruínas do antigo espaço religioso.

#### **2.2.4. O patrimônio histórico de Aureliópolis de Goiás: “A capela dos artistas”**

Por fim, a última localidade a ser apresentada é a do antigo povoado de Aureliópolis, pertencente ao município de Bela Vista de Goiás, mas que se encontra nas proximidades do município de Cristianópolis de Goiás.

**Mapa 05: Localização do antigo povoado de Aureliópolis de Goiás**



De origem inusitada, após um conflito entre católicos e protestantes na primeira metade do século XX, o patrimônio tombado pelo município de Bela Vista também é conhecido como o Patrimônio da Pirraça, nome atribuído à capela de São Sebastião pelos moradores de Cristianópolis, antiga Fazenda Gameleira. Na dissertação de Ordália C. Araújo (2004, p. 151), há menção sobre o fato de que a “incidência do protestantismo em Goiás provocou diversas reações do catolicismo nesta localidade”. Os conflitos entre católicos e protestantes foram longos e houve muitas perseguições.

O Patrimônio da Pirraça atualmente encontra-se em ruínas. A capela de São Sebastião foi patrimonializada pelo município de Bela Vista de Goiás, no ano de 2007, após o requerimento da historiadora Nilva Geralda do Nascimento Alves. Segundo a perspectiva apresentada pela historiadora, apesar de Aureliópolis ter tido uma existência relativamente breve, “à Igreja de Aureliópolis esta foi sem dúvida uma construção de extrema importância para o município de Bela Vista de Goiás no aspecto histórico e cultural” (ALVES, 2007, p. 3). E, de fato, a capela tem uma relevância histórica e cultural muito grande para a região, tendo em vista que ela é um documento de um acontecimento inusitado em Goiás no início do século XX. O conflito entre católicos e protestantes teve início em 1904 e perdurou até a primeira metade do século XX.

O primeiro requerimento que vislumbrava a importância histórica da ruína de São Sebastião foi o de Nilva Geralda, tendo sido crucial para que o Prefeito do Município de Bela Vista de Goiás, Wilson Marcos Teles, instituísse o Decreto de nº 233/07, de 07 de novembro de 2007, por meio da Lei Municipal de nº 1400/2005, de 13 de outubro de 2005, que informa:

Fica tombado definitivamente como Patrimônio Histórico do Município de Bela Vista de Goiás, [...] **a área de 07 alqueires e 76.19 litros, incluindo o prédio da Igreja de São Sebastião e a área do cemitério**, localizada no povoado de Aureliópolis, às margens da GO 020, próximo a divisa do município de Cristinópolis com o Município de Bela Vista de Goiás (BELA VISTA DE GOIÁS, 2007, p. 1).

Após o processo de tombamento, no mesmo ano, foi requerida Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a restauração da Capela de S. Sebastião. O requerimento foi elaborado por Ana Amélia Carvalho Faria, que na época era Gerente Municipal de Cultura em Bela Vista. De acordo com a Gerente de Cultura, Ana Amélia (2007), “sobre a restauração da Igreja de São Sebastião, antigo povoado de Aureliópolis, é um trabalho de contrapartida entre a empresa privada que está investindo na restauração e prefeitura com o apoio técnico”, tendo em vista que o patrimônio fora tombado pelo município.

O local, apesar de alguns fatos trágicos, possui uma história bem interessante para o período de transformações do século XX e adquiriu novas representações para além da estética religiosa, tornando-se um lugar simbólico e atrativo para turistas e artistas do século XXI.

### **Imagem 16: Ruínas da capela de São Sebastião**



Fonte: Arquivo da autora, 2019.

Em “A História partidária em Cristianópolis”, de Celine Magalhães, trabalho de 2007, explica-se a história partidária no município de Cristianópolis, mas, para isso, ela faz um panorama histórico do surgimento do município mencionando os conflitos não só partidários, mas os conflitos religiosos que perduraram na região por longos anos. Celine M. Magalhães deixa subentendido que foi devido à trajetória de conflitos entre católicos e protestantes que a capela recebeu o nome de “patrimônio da pirraça”. A capela que se encontra em ruínas deixou heranças simbólicas e experiências coletivas, dos acontecimentos em Aureliópolis.

**Imagem17: Ruína da capela de São Sebastião**



Fonte: Arquivo da autora, 2019.

Atualmente, o espaço é utilizado para visitas de transeuntes e turistas sem nenhum fim lucrativo de forma direta ao setor turístico.

Neste capítulo, tentou-se apresentar a importância dos fragmentos, da história e da preservação do patrimônio em ruínas e dos diversos processos de tombamento em diferentes regiões de Goiás. Um aspecto importante para a análise é o fato de que há ainda certa indefinição, entre os responsáveis pela política de preservação, sobre o valor cultural das ruínas, uma vez que, em muitos casos, houve uma proposta de restauração. Isso indica que as construções em estado precário só terão completamente o seu valor se forem restauradas.

Nesse sentido, o próximo capítulo terá como objetivo apresentar o valor estético das ruínas em si mesmas. Artefatos que foram vistos como um símbolo da ‘decadência’ em Goiás passaram a ser valorizados esteticamente, como portadores de uma “beleza” diferente, típica das construções humanas que sofrem o desgaste natural do tempo.

## CAPÍTULO 3: A ESTÉTICA DO SUBLIME

Belo da arte: arbitrário, convencional, transitório – questão de moda. Belo da natureza: imutável, objetivo, natural – tem a eternidade que a natureza tiver. Arte não consegue reproduzir natureza, nem este é seu fim. Todos os grandes artistas, ora consciente (Rafael das Madonas, Rodin do Balzac, Beethoven da Pastoral, Machado de Assis do Brás Cubas), ora inconscientemente [...]. Onde infiro que o belo artístico será tanto mais artístico, tanto mais subjetivo quanto mais se afastar do belo natural. Outros infiram o que quiserem.

- Mário de Andrade

Neste capítulo, o objetivo é apresentar as percepções acerca da estética das ruínas e como a visão sobre esse espaço foi sendo modificada principalmente ao longo do século XXI, quando passou a estar presente nas fotografias e produções audiovisuais, e como o sublime foi ganhando novas formas e percepções ao longo dos séculos. As ruínas, em seus vários graus de arruinamento, passaram a ter representatividades diferentes tanto para a comunidade civil quanto para a comunidade artística e acadêmica.

### 3.1.Sobre a estética

Estética, palavra etimologicamente derivada do grego *aisthesis*, junção de palavras que resultam em “relativo ao sentimento”. De acordo com um dos principais intelectuais do campo da estética, Alexander Baumgarten (1714-1762), estética é uma ciência que busca compreender as faculdades sensíveis do homem na beleza das formas artísticas. A estética não está voltada apenas ao julgamento das emoções diante a objetos, mas também aos problemas da arte e dos trabalhos artísticos que envolvem e exigem a reflexão dos indivíduos diante da matéria e das formas. As construções envolvem muito mais do que o aspecto de desejo de sua imaginação, de sua satisfação e realização, pois arte também age como um fetiche e que é dotado particularidades que propiciam práticas e reproduções oferecendo aos indivíduos uma forma legítima de realização de seus desejos.

Uma das primeiras reflexões mais sistematizadas sobre o sublime foi feita em Roma num tratado atribuído ao pensador Longino do século I d. C. Para o filósofo, o sublime está ligado à arte poética comumente ligada à arte da escrita. Para ele, seria a literatura, um tipo de arte superior a todas as outras, e o discurso, “sobre-humano” (LONGINO, 1996, p. 34). O

contexto vivido por Longino o elevou a tal inclinação, fazendo compreender que “(...) o homem é feito, por natureza, para os discursos” (LONGINO, 1996, p. 96). Assim, afirmando o caráter superior da escrita. Ou melhor, dizendo, a sublimidade da escrita “porque a composição das palavras corresponde à coisa” (LONGINO, 1996, p. 101). O sublime se realiza e se justifica a partir das relações entre homem e ficção, visto que a estética sublime está intrinsecamente ligada às dores, segurança e prazeres do indivíduo.

Dentre os vários filósofos que se propuseram a pensar sobre o sublime, Aristóteles foi um desses pensadores. Aristóteles pensa através da catarse o sentimento do sublime. Para ele, o sublime é o prazer que provém da imitação e da tragédia.

A epopéia, o poema trágico, bem como a comédia, o ditirambo e, em sua maior parte, a arte do flautista e a do citaredo, toda vêm a ser, de modo geral, imitações. Diferem entre si em três pontos: imitam ou por meios diferentes, ou objetos diferentes, ou de maneira diferente e não a mesma (ARISTÓTELES, 2014, p. 19).

Segundo o autor, no livro “A poética clássica”, o sentimento grandioso do Sublime é encontrado no sentimento de desconforto, mas especificamente na tragédia que é complexa porque apresenta “peripécias, reconhecimentos e desgraças”, grandezas e agonias que afetam os espectadores.

Em 1757, o filósofo Edmund Burke retoma as contribuições do sublime. O intelectual também verifica que existem questões antagônicas pertinentes a uma experiência estética que desenvolveria o sentimento do sublime. Nesse contexto, Edmund Burke exemplifica que:

[...] tudo o que for terrível de alguma forma, ou que compreenda objetos terríveis, ou opere de forma análoga ao horror é fonte do *sublime*; ou seja, é capaz de produzir uma emoção mais forte que a mente é capaz de sentir. Digo que é a emoção mais forte, porque acredito que as ideias de dor são muito mais poderosas do que as que são introduzidas pelo prazer. (BURKE, 2016, p. 52)

Burke apresentou a ideia de sublime como a capacidade de sentir o confronto do terror e da autopreservação, o oposto da sensação do belo. Para E. Burke (2016), o belo ou a ideia de beleza, é causada pelos corpos/objetos que produzem prazer, pois relacionam-se à autopreservação da espécie, dos costumes, da organização social, do amor e da união de costumes. Portanto, deve ser considerado que a beleza é “aquela qualidade (ou aquelas qualidades) dos corpos por meio da qual eles causam amor ou alguma paixão semelhante” (BURKE, 2016, p. 93). Teoricamente, o belo está ligado à pequenez, à linearidade e à suavidade

que causam estado de relaxamento. Já a concepção estética do sublime está ligada a tensão e a vastidão da natureza. Simbolicamente falando, o sublime revela os medos e angústias do homem, mas que, posteriormente, pode gerar ideias e inspirações.

Inicialmente, o sublime produz tensão e relaxamento, assim, ele torna-se “capaz de produzir emoção mais forte que a mente é capaz de sentir” (BURKE, 2016, p. 52). Edmund Burke buscou compreender a exaltação, o estremecer de nossos sentimentos através do que é grandioso, que faz o indivíduo experimentar o terror fictício, mas também o deleite.

[...] considerando o terror como um produtor de uma atenção anormal e certas emoções violentas dos nervos, facilmente se deduz que acabamos de dizer, que tudo o que está a produzir tal atenção poderá produzir uma paixão semelhante ao terror e, conseqüentemente, será uma fonte do sublime (...). Mas o sublime é construído sobre a base do terror, ou alguma paixão semelhante que tenha a dor como seu objeto, é apropriado investigarmos primeiramente como qualquer espécie de *deleite* pode ser derivado de uma causa aparentemente tão contrária a ele. Digo *deleite*, pois, como já observei muitas vezes, ele é evidentemente muito diferente do prazer real e positivo, tanto em sua causa quanto em sua própria natureza (BURKE, 2016, p. 123).

Nesse sentido, podemos compreender que o ser temível afeta os órgãos mais sensíveis do homem que o intimidam, mas provoca reverência e respeito. A imagem a seguir é uma pintura de Caspar David do século XIX que, nitidamente, expressa essa relação do homem com o sublime. A pintura “caminhante sobre o mar de névoa”, por meio da neblina, esconde os riscos mais eminentes que a natureza oferece. Além disso, como poderá ser observado, o artista colocou o homem em cima do pico de montanha, o que intensifica a ideia de perigo maior porque faz imaginar que o ambiente esteja escorregadio. O artista dispõe o indivíduo à beira da “catástrofe”.

**Imagem 18: Caminhante sobre o mar de névoa**



Fonte: [https://en.wikipedia.org/wiki/Wanderer\\_above\\_the\\_Sea\\_of\\_Fog](https://en.wikipedia.org/wiki/Wanderer_above_the_Sea_of_Fog). Acessado em: 13 de junho de 2022.

Uma verdadeira pintura romântica expressando a estética do sublime, onde o homem puramente melancólico se depara com sua pequenez diante da grandeza da natureza em que o indivíduo não consegue apreender por completo. A imagem representa a natureza sensível, mas que impõe sua racionalidade diante do objeto, pois a grandeza também força a imaginação do ser, além de seus limites. Tal questão faz com que o indivíduo perceba sua relação subjetiva, afetiva e a superioridade moral e racional.

No século XVIII, um pensador fundamental para o estudo do sublime foi Emmanuel Kant (1724-1804). Inicialmente, é importante apresentar que para Kant (1995, p. 61), há uma “universal capacidade de comunicação do estado de ânimo na representação dada que como condição subjetiva do juízo de gosto” que se acentua na arte, pois é através dela que o indivíduo pode sentir o prazer estético, uma vez que os objetos são representações que afetam as emoções do indivíduo causando prazer ou desprazer diante do objeto de arte. O juízo do gosto está presente em todos os indivíduos, indistintamente; na percepção kantiana, o gosto está associado às ideias e aos sentimentos livres e ao exercício de liberdade que normalmente está associado à imaginação. Nesse sentido, Kant explica, por exemplo, que

[...] o prazer no belo não é um prazer do gozo, nem de uma atividade legal, tampouco da contemplação raciocinante segundo idéias; mas um prazer da simples reflexão. Sem ter por guia qualquer fim ou principio, este prazer

acompanha a apreensão comum de um objeto pela faculdade da imaginação enquanto faculdade da intuição [...]. (KANT, 1995, p. 138).

Apesar de o belo ser um conceito universal, este é um conceito singular, não é fechado e determinante. A experiência com o belo pode ser diversa para cada indivíduo. Ou seja, não há um sentimento único ou idêntico sobre o belo, quer dizer, ele se efetiva em medidas diferentes. O prazer que se sente diante do belo não se encontra apenas no objeto, mas nas representações realizadas pelo sujeito; Kant (1993, p. 79) apresenta o exemplo “de uma bela residência, uma bela árvore, de um belo jardim”. Segundo o filósofo,

[...] o homem, que pode determinar ele próprio seus fins pela razão -, ou onde necessita tomá-los da percepção externas, todavia, pode compará-los aos fins essenciais e universais e pode então ajuizar também esteticamente a concordância com esses fins; este homem é, pois, capaz de um ideal de beleza, assim como a humanidade em sua pessoa, enquanto inteligência, é, entre todos os objetos do mundo, a única capaz do ideal da perfeição. (KANT, 1993, p. 79)

Tal fato é fundamental para o processo estético, uma vez que o objeto artístico é apreendido através das faculdades cognitivas. Outro conceito estético fundamental de Kant é o conceito de sublime. Como citado anteriormente, o belo é representativo, já o sublime é grandioso e aterrorizante. Mas ambos possuem a elevação espiritual do indivíduo, apesar de o segundo se voltar com maior intensidade ao sentimento dos homens.

O sublime, na perspectiva kantiana, é algo que causa sentimentos fortes e vigorosos. Enquanto “o belo está em tranquila contemplação”, o sublime causa abalo, ou seja, “uma rápida alternância de atração e repulsão do mesmo objeto” (KANT, 1993, p. 104). O sentimento do sublime é grandioso, portanto, não pode ser medido. Sua potência absoluta não pode ser encontrada na natureza. Tal característica torna-se positiva para o homem.

Rochedos audazes sobressaindo-se por assim dizer ameaçadores, nuvens carregadas acumulando-se no céu, avançando com relâmpagos, [...] uma alta queda-d'água de um rio poderoso etc, tornam a nossa capacidade de resistência de uma pequenez insignificante em comparação com o seu poder. Mas o seu espetáculo só se torna tanto mais atraente quanto mais terrível ele é, contanto que, somente, nos encontremos em segurança (KANT, 1993, p. 106).

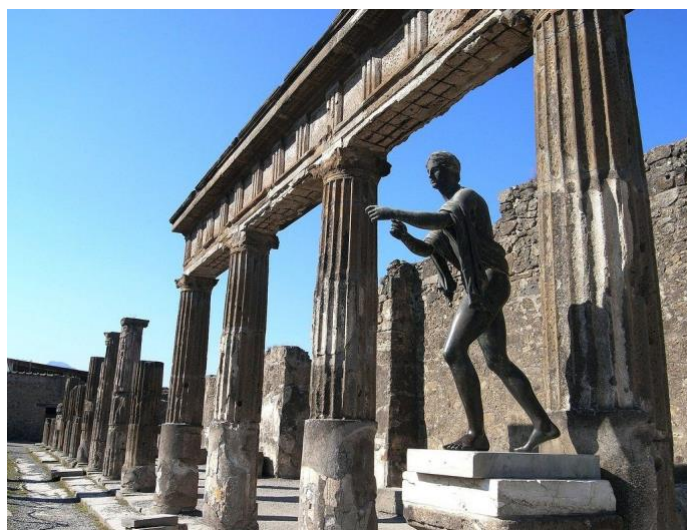
A arte, neste sentido, auxilia-nos também nesse desejo impossível de controlar as emoções do homem, pois a natureza possui um poder que se sobrepõe aos grandes obstáculos e, por isso, o sublime seria “dinâmico”. Mas o que Kant chama de sublime está relacionado

com tudo o que é grande, “termo designa aquilo que é grande para além de toda comparação” (KANT, §25 *apud* SUASSUNA, 2018, p. 150).

Schiller, fortemente influenciado por Kant, é um filósofo que se debruça em compreender como o Sublime se aplica à arte. Em seu ensaio intitulado “Do Sublime ao trágico”, F. Schiller (2016), diferentemente de Burke e Kant, aproxima a estética do sublime para o campo da arte, justificando que a nossa natureza sensível também sente suas limitações através das representações. A representação de um abismo no pico de uma montanha com a sombra das montanhas entre a neblina, ou um vulcão que está próximo a entrar em erupção faz com que a ‘fantasia’ seja fundamental para a existência de um sentimento de sublime contemplativo, pois tudo o que propõe o mistério e contribui para a percepção do terrível contribui para o aparecimento do sublime.

Outro exemplo para a compreensão do sublime são as ruínas de Pompéia na Itália. A imagem a seguir, por exemplo, além da expressão estética, expressa a cultura antiga e as habilidades escultóricas a céu aberto. Atualmente, as ruínas de Pompéia são um grande atrativo turístico e um dos sítios arqueológicos mais importantes para compreender a sociedade, a religiosidade e a arte através dos vestígios ainda bem preservados.

### **Imagem 19: As ruínas de Pompéia**



Fonte: Imagens De Pompéia - Bing imagens. Acesso em: 26 de julho de 2022.

As ruínas de Pompéia, além da estética, apresentam um complicado processo de agonia, morte e ressurgimento da arquitetura através da catástrofe que persiste em sobreviver ao tempo, mantendo características artísticas e fornecendo experiências estéticas. A imagem acima apresenta o poder e esplendor de uma civilização que permanece através dos fragmentos, esculturas e antigas casas que nem o mais dos temíveis desastres naturais foi capaz de destruir totalmente. As ruínas de Pompéia nos remetem quão pequenos somos diante da natureza e sua fúria, e remete à incapacidade e incompreensão do homem sobre a vida. Esses aspectos também são importantes para Schiller introduzir a educação estética do homem, uma vez que a estética, na perspectiva do autor, contribui para a formação humana. Ou seja, o sublime era um dos fatores mais importantes para a educação do homem, pois é através da cultura estética que o ser humano atinge a sua humanidade e sensibilidade máxima. Para Schiller,

[...] a sensibilidade, e a experiência de sua existência absoluta mediante a autoconsciência, seus dois impulsos fundamentais são estimulados com seus objetos. O impulso sensível desperta com a experiência da vida (pelo começar do indivíduo) e o racional com a experiência da lei (pelo começar da personalidade), e somente agora, após os dois, terem se tornado existentes, está erigida a sua humanidade. Até que isso aconteça tudo nele se faz segundo a lei da necessidade; agora, porém, é abandonado pela mão da *natureza*, e passa a ser questão sua afirmar a humanidade que ela estrutura e revelará nele. Pois tão logo os dois impulsos fundamentais e opostos ajam nele perdem, ambos seu constrangimento, a oposição de suas necessidades da origem à *liberdade*. (SCHILLER, 2017, p. 950)

A arte é filha da liberdade e, de acordo com o filósofo, quer ser legislada pela necessidade do espírito, e não pela privação da matéria. Schiller (1998) contribuiu de forma inestimável à compreensão da estética que hoje fazemos uso, pois suas ideias ainda são aplicáveis. Apesar de muitas percepções da estética nos objetos terem mudado no decorrer do tempo, a compreensão de arte também passou por grandes mudanças, principalmente nos anos finais do século XIX, com o Romantismo.

Os intelectuais desse período romântico deram uma nova perspectiva para a compreensão do sublime na arte, na cultura, no subjetivismo e na fuga da realidade. As mudanças que ocorreram do século XVIII para o XIX foram consideráveis para as mudanças dos paradigmas da teoria da estética. A Arte passou a ser o próprio anseio do artista para as experiências que seriam repassadas aos observadores, pois elas deixaram de ser (apenas) imitações. Um dos grandes intelectuais do período, que foi F. Schiller aponta que “a sensibilidade tem de afirmar seu âmbito com força vitoriosa e resistir à violência que o espírito gostaria de fazer-lhe pela atividade antecipadora” (SCHILLER, 1989, p. 69). Muitos artistas,

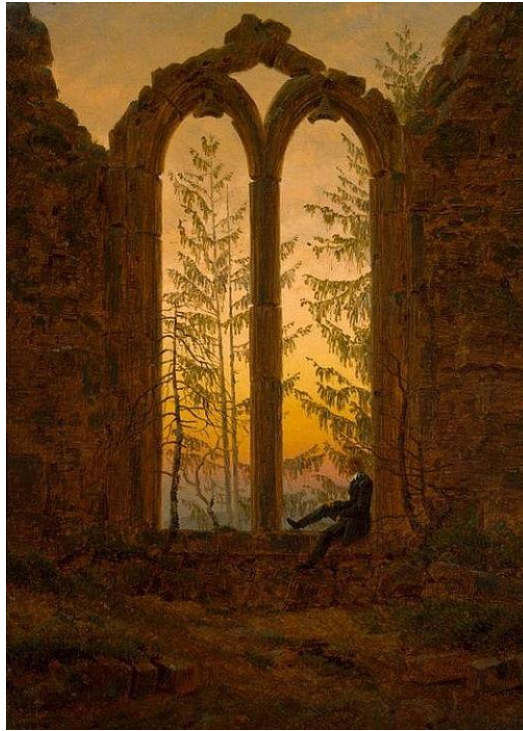
como David Friedrich (1774-1840), John Ruskin (1819-1900) e William Turner (1775-1851) representaram o sublime natural que muitas vezes sugere o caos, a força, violência e grandiosidade da natureza.

O fascínio por ruínas foi sendo culturalmente construído ao longo dos séculos desde o final do século XVII até o século XIX. No entanto, durante o século XX, os artistas também se renderam ao fascínio cultural presente no caos presente em ruínas arquitetônicas, que instigou o desejo de preservá-las e usá-las para fins diversificados. Para, além disso, as ruínas representam uma arte baseada no real, o que é fundamental, pois o fato possibilita uma educação estética e moral, o caos e a tragédia. Ambos passaram a estar representados através da pintura, fotografia e documentários. O século XX se torna um campo de descoberta da experiência não só através da pintura, mas da expedição e da fotografia, que alcançaram dimensões “sublimes” e que passaram a representar a relação entre espaços, objetos e a liberdade do indivíduo.

A experiência estética permite que se compreenda a própria existência, uma vez que considera que as ruínas possuem valores e conseguem desempenhar um papel prático e artístico que permite sentir o prazer estético e despertar inquietações culturais. Os cultores das ruínas de templos, na maioria das vezes, são para conhecer os “pilares” simbólicos e representativos que não existem mais em sua forma tradicional, mas que foram outorgados pelo título de patrimônio cultural.

Assim como as ruínas arquitetônicas são patrimônios da cultura material, as pinturas também são patrimônio da cultura material: regional, nacional e mundial. O exemplo a seguir é de uma das pinturas de Caspar David Friederic, produzida em 1835, que apresenta o homem que sonha, mas que ao mesmo tempo mergulha em sua própria solidão.

### **Imagem 20: O Sonhador**



Fonte: O sonhador de Caspar David Friedrich (meisterdrucke.pt) Acesso em: 04 de agosto de 2020.

É possível verificar através da imagem a riqueza de detalhes, a beleza dos reflexos do sol em contraste com as folhas verdes e com as ruínas. Além disso, a presença do homem na imagem gera uma harmonia e um contraste com a ideia da experiência romântica da natureza: sozinho, olhando para o horizonte, contemplando o ponto inalcançável com o intuito de alcançar a compreensão do seu Eu no mundo.

### **3.2.O fascínio pelo abandonado**

As questões da estética nas ruínas de templos na atualidade indicam as mudanças no contexto sociocultural que também se manifestam na arte. Atualmente, apreciam-se o espaço fragmentado de forma estimada, pois nele se encontra o real. Além disso, transmite-se a ideia de que tudo o que produzimos faz parte de um ciclo que pertence à natureza, assim como o ciclo da vida. E, nos últimos anos, tem-se exigido que “a arte tem que ser algo além da arte” (JAMESON, 2006, p.141-142).

Há quem diga que o mundo da arte no século XXI alcançou a liberdade, entretanto, vemos que a arte grita constantemente pelo passado, o que instiga a busca, exploração e apreciação de ruínas arquitetônicas e o que elas representam e apresentam de passado real. Nesse sentido, pode-se levar em consideração o conceito de pastiche. Atualmente, no século XXI, os indivíduos buscam por imagens correspondentes ao pastiche, que é basicamente a

imitação de algo do passado ou de estilos que se diferem um do outro. Além disso, o pastiche é “absolutamente inconfundível; uma vez identificado provavelmente não se deixa confundir com qualquer outro” (JAMESON, 1995, p. 18). Ainda segundo Jameson, o pastiche conduz a um enfraquecimento das ideias mais históricas e mudanças na percepção de arte. Ou seja, a arte contemporânea, ou pós-moderna, consiste em

[...] repetirmos, o pastiche: no mundo em que a inovação estilística não é mais possível, tudo o que restou é a imitar estilos mortos, falar através de mascaras e com as vozes dos estilos do museu imaginário. Mas isso significa que a arte [...] deverá ser arte sobre a arte de um novo modo; mais ainda, isto significa que uma de suas mensagens essenciais implicará necessariamente a falência da estética e da arte, a falência do novo, o encerramento no passado (JAMESON, 1995, p. 19-20).

A partir disso, pode-se compreender porque as ruínas se tornaram tão atrativas desde a década de 1970, pois elas são como a reconciliação de “tensões que dilaceram o mundo, sejam elas as oposições entre espírito e natureza ou entre presente e passado” (FORTUNA, 2010, p. 13-14). Ou seja, a cidade que resiste entre o passado e o presente acolhe a estética de épocas e estilos diferentes que chamam atenção na atualidade, porque se tornaram relíquias valiosas dentro do campo artístico e cultural moderno. Roma, por exemplo, é um lugar completamente histórico, cada pedaço, cada esquina carrega consigo um acontecimento importante.

De acordo como sociólogo Simmel, a natureza pode ser compreendida como o espírito de si mesma. Portanto, ela é uma simbiose que se manifesta através da estética. Na concepção do intelectual, as ruínas são como uma obra de arte, logo, elas possuem uma “forma artística”. A formação acadêmica do alemão conduziu-o para as percepções mais intensas sobre a arte pictórica. A meditação da filosofia da arte em suas obras deixa explícita a relação entre o homem e a natureza, e a utilização da estética nas pinturas, na literatura e no campo intelectual. Em suas concepções, as ruínas possuem aspectos fascinantes, pois sua corrosão acontece aos poucos. Nesse sentido, é importante destacar que as ruínas exigem um certo equilíbrio entre a obra humana e a obra da natureza.

A imagem a seguir apresenta justamente as percepções de Simmel. Nela o fotógrafo italiano, Nicola Bertellotti, captura através da lente da câmera as ruínas como uma relíquia, que deve ser apresentada para a sociedade e para as galerias de arte como uma pedra preciosa. Não se leva “relíquias” para casa, mas apenas as lembranças guardadas em fotografias, que é a única coisa a ser deixada por elas, são suas pegadas logo apagadas pelo vento. Bertellotti é um italiano, nascido na região de Pietrasanta, cursou história na Universidade de Pisa, onde foi

fortemente influenciado pelos estudos mais filosóficos sobre arte, como os de John Ruskin e Simmel. Suas obras fotográficas são baseadas na ideia da “estética da decadência”, o que o levou à criação de livros e exposições internacionais, assim, podendo mostrar a sublimidade que existe nas mais diversas ruínas arquitetônicas, mesmo aquelas derivadas da catástrofe.

Na perspectiva de Alois Riegl (2014, p. 74), a degradação presente na arte e na sociedade possui um valor importante, visto que “às forças naturais vivas que agem para a degradação dos monumentos, (...) age a atividade do homem. Essa atividade não se faz de forma arbitrária e violenta, mas, de certo modo, com observação de regras”, uma vez que a exploração dos espaços de templos “exigem respeito, pois a contemplação desses monumentos (...) ultrapassa os limites paroquiais” (RIEGL, 2014, p.85).

### **Imagem 21: A exaltação da Santa Cruz**



Fonte: Nicola Bertellotti. Disponível em: [Nicola Bertellottiphotographer| abandonedplaces](https://www.nicolabertellottiphotographer.com/abandonedplaces). Acesso em: 04 de julho de 2022.

Com base na teoria de G. Simmel, pode-se interpretar a fotografia de Bertellotti como apresentação da ruína como vitória da natureza sobre o homem, uma “preponderância do espírito sobre a natureza – esta tensão encontra-se na forma como arte e arquitetura se encarregam de eliminar ou embelezar a ruína, que, de outro modo, se insinuaria como poderosa expressão” (SIMMEL, 1959 apud FORTUNA, 2010, p. 15). Na visão de Simmel, as ruínas são redentoras na vida, arte e em sua beleza. Assim, elas passam a ter valor artístico dentro de um conceito moderno sobre as novas artes. Dentro de um mundo moderno, sem dúvida alguma a degradação satisfaz o querer do indivíduo, que sente sempre prazer no risco, mesmo que nada o aconteça.

A busca por lugares abandonados faz com que indivíduos se coloquem em uma aventura arriscada, pois não se tem conhecimento total do que encontrará além das ruínas, uma vez que a natureza oferece riscos, como buracos, cobras e escorpiões, seja para um artista/ pesquisador ou turista. Na verdade, essa disposição ao risco é algo compreensível dentro da sociedade, levando em consideração o fetiche que temos pelo “inalcançável” que fascina. Além disso, as ruínas possuem uma ‘aura mística’ que fascina, e esse fascínio fez com que nos últimos anos a busca por lugares abandonados crescesse significativamente, principalmente após a década de 1970, que mudou a conduta do homem e sua relação com a arte. Jameson diz que passamos a satisfazer

[...]um anseio profundo (talvez diz esse mesmo reprimido) de vê-las novamente: é um objeto complexo através do qual, em um plano primeiro, crianças e adolescentes podem fundir plenamente as aventuras, enquanto o público adulto pode saciar um desejo mais profundo e propriamente nostálgico de retornar àquele período antigo, de viver uma vez mais suas entranhas engenhocas estéticas do passado (JAMESON, 1984, p. 20).

Jameson nos faz compreender (de certa forma) que a sociedade passou a vivenciar um contexto completamente múltiplo que provavelmente dispõe de símbolos e imaginários que instigam novas vivências nostálgicas. Vivências que podem ser diversas. Prova disso é a consolidação de grupos que buscam por lugares abandonados e extremamente perigosos. Esse fato não é algo exclusivo da Europa, mas do mundo inteiro. No Brasil, por exemplo, existem alguns grupos que começaram a surgir nos anos 2000.

O Mundo Urbex é um exemplo de um grupo de pessoas que exploram lugares abandonados, que possui um formato e regras de conduta para explorar lugares e fotografá-los. Esse grupo foi fundado em 2010, contendo apenas seis integrantes como fundadores.

Atualmente, o grupo conta com um programa semanal na televisão chamado “Mundo Urbex: exploradores urbanos”. A imagem a seguir é uma parte da apresentação do episódio 07 que mostra que esses grupos buscam beleza e conhecimento sobre diversas regiões do Brasil. Na verdade, esses caçadores de ruínas se tornam quase arqueólogos informais, que buscam a experiência de lugares onde o passado foi ‘esquecido’.

### Imagem 22: A história do Convento



Fonte: EPISÓDIO 07 - CONVENTO SÃO BOA VENTURA - RJ ([mundourbex.com.br](http://mundourbex.com.br)). Acesso em: 11 de julho de 2022.

O episódio 07, apresentado na imagem acima, está relacionado a um convento no Rio de Janeiro, o convento de São Boa Ventura. De acordo com o documentário, o local foi construído entre 1660 e 1670 sob as ordens de Frei Gonçalo da Conceição. O espaço religioso também funcionou por um bom tempo como escola religiosa para franciscanos e para as missas regulares. Devido ao surto de cólera e malária, o local foi se transformando em ruínas após o abandono gradativo (1828/1829) decorrente da insalubridade do local. Essas ruínas são tombadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro (1978) e pelo

Instituto do Patrimônio Histórico IPHAN Artístico Nacional (1980) por causa da sua importância histórica<sup>19</sup>.

Atualmente, a secretaria de turismo de Itaboraí instiga os turistas a visitarem a cidade e as ruínas. Na imagem abaixo apresenta-se a página oficial que descreve as ruínas como majestosas.

### **Imagem 23: Itaboraí turismo**



Home > **Ruínas do Convento de São Boaventura**



Fonte: <https://visite.itaborai.rj.gov.br/ruinas-do-convento-sao-boaventura/>. Acesso em: 29 de julho de 2022.

Possivelmente esse incentivo a conhecer o local chamou atenção de turistas diversos, principalmente daqueles que buscam conhecer um lugar diferente do convencional. A visita turística e a exploração desses espaços por grupos que buscam conhecer ruínas são muito importantes por dois motivos. O primeiro é a questão da valorização do patrimônio local. O segundo motivo é que quando grupos exploradores chegam a esses locais, eles também geram um produto cultural que normalmente é divulgado para a sociedade através das fotografias,

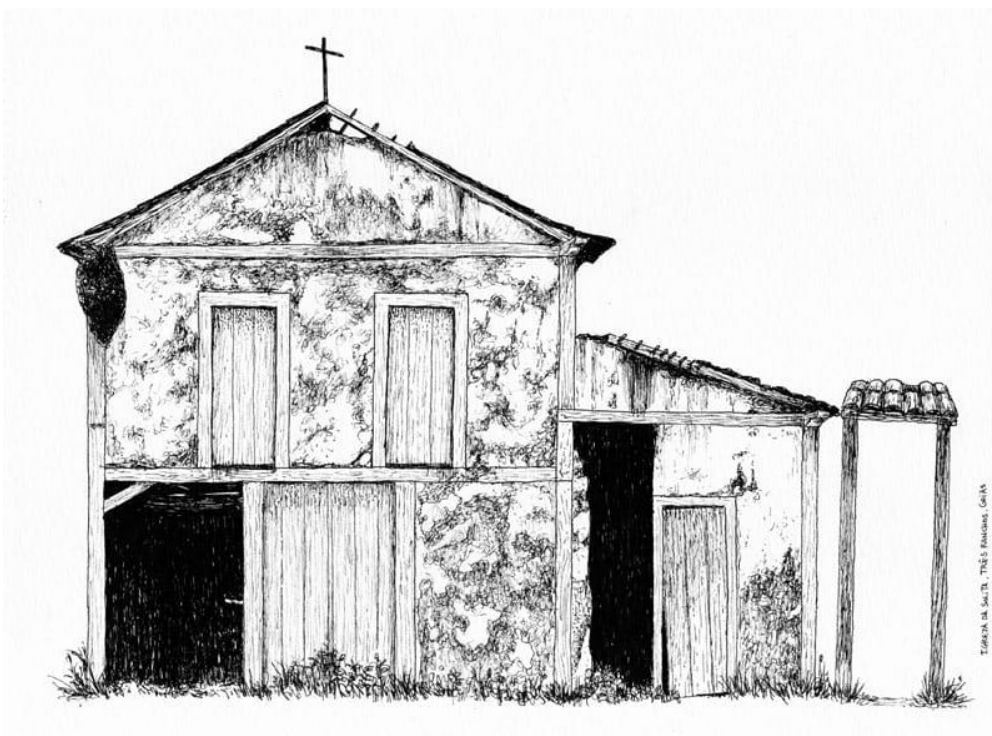
---

<sup>19</sup> A Vila de Santo Antônio onde se encontra as ruínas de São Boa Ventura está no local onde houve uma concessão de sesmarias no século XVI. O local era banhado pelos rios Macaco e Cassarebu.

vídeos e narrativas. Revelam também a relação do homem contemporâneo com lugares desconhecidos que são divulgadas por meio de redes sociais.

O contato com esses lugares também traz a sensação de sermos levados para um passado “desconhecido” evocado pela experiência, por meio de fotografias e audiovisual que causam sentimentos melancólicos e de mistérios que fascinam e estimulam trabalhos, como é o caso do artista plástico Eduardo Verderame que reproduz ruínas de templos religiosos no Brasil através de desenhos, cuja finalidade artística consegue registrar o poder da estética e da memória de lugares abandonados com ética e respeitando o patrimônio. A ruína do templo religioso está representada no início de sua deterioração. A construção, originalmente, está localizada no município de Três Ranchos-GO.

#### **Imagem 24: Representação da antiga igreja de Três Ranchos**



Fonte: [EduardoVerderame | projetos e trabalhos \(wordpress.com\)](https://www.wordpress.com). Acesso em: 31 de julho de 2022.

A produção artística captura detalhes da deterioração da arquitetura. Uma imagem que só pode ser produzida por meio do contato entre o artista e o objeto. Além disso, o contato com ruínas proporciona uma volta a um tempo não vivido pelo espectador. Os detalhes vistos ou reproduzidos dos fragmentos evocam um passado, um sentimento de melancolia e de abandono diante da decomposição, do silêncio e do vazio que evocam um fascínio.

O gesto de guardar, reunir e agrupar uma quantidade variada, diferente e excêntrica de um mesmo, não reflete apenas o fetiche de possuir, por possuir, uma coleção, o gesto possibilita, principalmente, uma intervenção - diferentes maneiras de criar e de recriar, dando significados diversos há um conjunto, através de recortes precisos perspectivas do olhar - um procedimento. Há muitos anos como estranho paradoxo Eduardo Verderame coleciona, com admirável rigor, igrejas barrocas brasileiras. (ZÍNGANO, 2010, p. 01)

Isso porque no contexto atual a estética valorizada não se reduz apenas a quadros exuberantes e vitrais, mas também a ruínas, carros velhos e antigos, shoppings, casas de adobe e, aqui, pode-se destacar a ideia do pastiche, pois, segundo Jameson (1995), uma das condições da pós-modernidade são as mudanças de perspectivas na cultura e na lógica cultural do capitalismo tardio. Essas mudanças possibilitaram o surgimento de uma nova dinâmica cultural e que acabou refletindo significativamente na compreensão do pastiche como um sintoma esquizofrênico da pós-modernidade.

Nossos valores mudaram consideravelmente ao longo dos anos, passamos por uma série de mudanças. O que era deixado e compreendido como “inutilizável” tornou-se espetacularizado pela mídia, uma vez que as novas tecnologias propõem unir tecnologia e sensibilidade, fazendo com que pessoas tenham mais interesse social. Exemplo disso são as ruínas da antiga igreja de Ouro Fino de Goiás, Aureliópolis e Três Ranchos, que são patrimônios e que têm fluxo considerável de turismo e de compilados fotográficos em blogs e vídeos. Atualmente, existem diversas formas de expressão artística, como o trabalho de Nicola Betellotti, Eduardo Verderame e Roman Robroek que empenham-se em fazer arte através das transformações dos espaços abandonados e em ruínas destacando características e estilos arquitetônicos.

### **3.3. Da luz do ouro à luz estética e cultural**

O tema central desta pesquisa é a importância cultural das igrejas que inicialmente possuíam a relevância social e religiosa, mas que atualmente passaram a ter relevância cultural e estética devido às transformações dos templos religiosos em ruínas, ganhando, assim, novas representações.

Para as análises estéticas das imagens, tivemos apoio teórico em Simmel (1998), uma vez que suas considerações sobre as ruínas permitem enxergar a sua importância estética e cultural. Ele valoriza muito a arquitetura como forma de arte, já que ela “utiliza e divide a gravidade e a força da matéria segundo um plano só possível na alma, e é apenas inteiramente

a este que a matéria atua com sua essência imediata”(SIMMEL, 1998, p. 01). O elemento central da interpretação de Simmel sobre as ruínas é o fato de representarem a vitória da natureza sobre a ação humana, como se percebe, de modo evidente, na observação das ruínas da Capela de Nossa Senhora do Pilar.

**Imagem 25: Visão do altar**



Fonte: Fernando Martins dos Santos. 15 de julho de 2021.

Percebe-se que, claramente, a ruína se subjugou à natureza. Nesse sentido, bem pertinentes são as palavras de Carlos Fortuna (2019, p. 23):

É possível sustentar que a beleza, o significado e o valor da ruína para Simmel estão intimamente relacionados à demonstração da suprema força com que a natureza repõe os termos da ordem estética primordial que fora alterada pela ação técnica.

Todo o engenho humano necessário à edificação da capela fica ofuscado pela exuberância da natureza que retoma a posse do que lhe foi tirado, acentuando o contraste do que um dia foi ocupado pelo homem. As ruínas de construções remanescentes do antigo arraial de Ouro Fino se espalham em meio a árvores, arbustos e gramíneas.

Essa paisagem desolada é atrativa para turistas e exploradores, porque é um testemunho da experiência do passado, como é o caso do suposto túmulo da personagem da música de Tonico e Tinoco, Chico Mineiro, que teria morrido no local. Mas as ruínas de Ouro Fino também têm um fascínio estético, já que elas não foram deliberadamente destruídas pelos seres humanos, mas foram gradativamente abandonadas ao desgaste da natureza. Desse modo, Simmel afirma que

Aqui, o que chama a atenção é que as pessoas não destroem, é certo, a obra humana, quem faz isto é a natureza – mas as pessoas deixam-na cair aos pedaços. Este deixar acontecer, visto da perspectiva da ideia do ser humano, é, contudo, por assim dizer, uma passividade positiva, o ser humano transforma-se assim em cúmplice da natureza e de uma tendência dela que vai num sentido oposto ao da sua própria essência. (SIMMEL, 2019, p. 60)

O encanto estético e espiritual das ruínas é ver em ação as forças da natureza que moldam a paisagem, como a erosão que cria esculturas naturais de pedras ou delinea o formato das montanhas. A ruína, diz Simmel, embora seja a demonstração da força da natureza, ainda não representa a sua vitória total sobre o espírito humano, já que se distingue nos vestígios a presença humana. A ruína não é um monte de pedras qualquer, mas é um meio termo entre a intenção humana e a força da natureza, daí o seu fascínio.

**Imagem 26:** : As ruínas que abrigam as serpentes em Ouro Fino



Fonte: IPHAN sessão Goiás-GO. 12 de maio de 2022.

As ruínas não devem ser vistas como apenas pedras sobre pedras, mas sim como uma espécie de obra de arte produzida conjuntamente pelo ser humano e pela natureza. Isso fica bem evidente na fotografia das ruínas da capela de Nossa Senhora D'Abadia em Três ranchos, na qual fica explícito certo equilíbrio entre o poder da natureza e a técnica humana, resultando numa significação estética bela e misteriosa. A beleza bucólica do pôr do sol e da coloração rosa das flores da paineira contrasta-se com o sublime melancólico das paredes de pedras.

### **Imagem 27: As flores da paineira**



Fonte: Agnaldo de Oliveira Miguel. 14 de janeiro de 2020.

A imagem evoca à sensação de que estamos dentro da imensidão do campo, o que torna a ruína uma marca humana quase que solitária diante da natureza envolvente. Nesse caso, há uma evocação do sentimento do sublime análogo ao de um navio solitário em meio às águas turbulentas do oceano. Tudo isso faz das ruínas do templo de Nossa Senhora D'Abadiaum lugar esteticamente atrativo.

Por isso, algumas ruínas dos templos em Goiás tornaram-se locais frequentados por diversos tipos de artistas, desde fotógrafos até diretores de clipes musicais. Bandas de rock com visibilidade internacional utilizaram as ruínas para uma composição estética de seus clipes, como foi o caso banda de rock Pink Floyd que, em 1973, utilizou as ruínas de Pompéia como palco do seu icônico “Pink Floyd: Live at Pompeii (1973)”. Outra banda que explorou bem o espaço em ruínas foi GunsN'Roses, que gravou o clipe November Rain (1991) em uma igreja completamente abandonada e isolada, em Santa Fé, Novo México. Talvez o exemplo mais

chocante de como os templos transforma-se num artefato cultural bem diferente quando em ruínas seja o som agudo da guitarra “profanando” o local “sagrado” das antigas igrejas.

### Imagem 28: A ruína como espetáculo



Fonte 01: [novemberrain - Bing images](#). Fonte 02: [pinkfloyd em pompeia - Bing images](#). Acessado em:

O uso das ruínas como espaço de produção de clipes musicais apenas revela o seu valor estético para a sociedade contemporânea. Os fragmentos do passado são como uma “aura” (a)temporal que reluz um cenário único, exclusivo e singular.

À ruína concerne em um corpo que pertence e não pertence a este tempo, da mesma maneira, ao passado e ao futuro. Inscreve-se na característica de ser um objeto detentor e possuidor de uma aura. Configura-se como algo dialético, que não mantém uma constância, que está e não está no mesmo instante. É detentora de singularidades sobre o espaço e tempo (AMARANTES, 2013, p.54).

A partir da compreensão de Bruno Amarantes, podemos entender de fato que a ruína chama atenção dos indivíduos por evocar o sentimento relacionado ao sublime, uma vez que o objeto estético ruinoso produz uma paixão grandiosa e sublime.

Em Goiás, a iniciativa de utilizar o espaço como palco de clipes musicais é relativamente recente. O cantor sertanejo Gustavo Lima utilizou em 2020 a ruína da capela de São Sebastião, em Aureliópolis, para fazer um clipe musical chamado “saudade sua”. Mais inusitado ainda foi utilizar a ruína da antiga capela para celebrar um casamento<sup>20</sup>, como ocorreu em 2020.

Um detalhe da gravação do clipe musical de Gustavo Lima e do casamento<sup>21</sup> de um jovem casal: ambos foram realizados ao entardecer, dando uma configuração estética que aproximou mais ainda do sublime, já que na sua investigação filosófica sobre o belo e o sublime,

<sup>20</sup> A página não se encontra mais disponível.

<sup>21</sup> O blog que divulgou o casamento não informou o nome dos noivos, além disso, o site saiu do ar.

Edmund Burke (2016, p. 87) afirmou que o efeito da luz sobre as construções arquitetônicas, principalmente a transição entre o claro e o escuro, como acontece no momento crepuscular, provoca a sensação do sublime.

**Imagem 29: Gravação da música Saudade sua na ruína da capela de São Sebastião**



Fonte: [WWW.instagram.com.br](http://WWW.instagram.com.br). Colagem autoral. Acesso: 14 de julho de 2022.

No caso do clipe de Gustavo Lima, o uso desse cenário talvez tenha derivado da intenção de evocar o sentimento de saudade e solidão, como se percebe nos seguintes trechos da música:

Morei um tempo no fundo do poço  
 Só Deus sabe do meu sufoco  
 O que eu penei pra te esquecer  
 Achei que tava até ficando louco  
 Não fiz besteira foi por pouco  
 Me reinventei sem você.

(CASTRO; COPETTI et.al. Saudade sua. In: LIMA, Gustavo, 2020)

Esses sentimentos harmonizam-se com o espaço que produz sentimentos melancólicos e de incapacidade do homem em controlar certos acontecimentos da vida. O espaço das ruínas como cenário de clipes musicais é tão fascinante que as mesmas ruínas serviram de palco para

a gravação de um videoclipe musical evangélico. A cantora Ludimila Ferber gravou o clipe “Um novo começo” em 2019. A música fala de fé e esperança, como pode ser observado no trecho abaixo:

Depois da noite  
Vem um novo dia  
Depois da tempestade  
Vem a calma  
Depois de toda a história que acabou  
Se foi escrita aos pés da cruz  
Foi só um ciclo a mais que se fechou  
E uma nova porta vai se abrir, vai se abrir  
Em Deus, sempre haverá  
Um novo começo  
(FERBER, Ludimila. Um novo começo, 2019).

Nesse sentido, percebe-se que a ruína do templo perdeu seu caráter puramente religioso para ser puramente estético e qualquer divergência religiosa existente foi sanada ao longo do tempo em Goiás. Para além, pessoas passaram a procurar esse e outros espaços semelhantes para fazer união matrimonial e fotografias para álbum de casamento, cujo objetivo é estetizar o momento da união ou do *pré-wedding*; um lugar com uma beleza rústica, com os vestidos longos da noiva e das madrinhas para contrastar com a estética melancólica do lugar abandonado, ficando bem evidente a oposição entre espírito e natureza.

### **Imagem 30: O sim na “ruína” da capela**



Fonte: <https://acadasim.com/celebracao-rustica-e-intimista-numa-igreja-em-ruinas-durante-a-pandemia-de-covid-19-jenny-calebe/>.

Um casamento numa ruína de uma igreja abandonada não deixa de ser inusitado ou até mesmo subversivo. E mesmo que a atitude não seja tão frequente, ela reforça o argumento do fascínio cultural e estético das ruínas no mundo contemporâneo. Em prol do reconhecimento da(s) história(s) de Cocalzinho de Goiás, o jornal Anhanguera anexou em sua campanha “Film TV Anhanguera-reencontros” a imagem de noivos fotografando em frente às ruínas do antigo templo católico, construído no período colonial. A proposta da campanha era instigar o sentimento de felicidade e proximidade, a fim de resgatar o slogan “o bom da vida é viver”. Portanto, pode-se observar que a imagem a seguir ilustra essa importância de resgatar momentos e lugares.

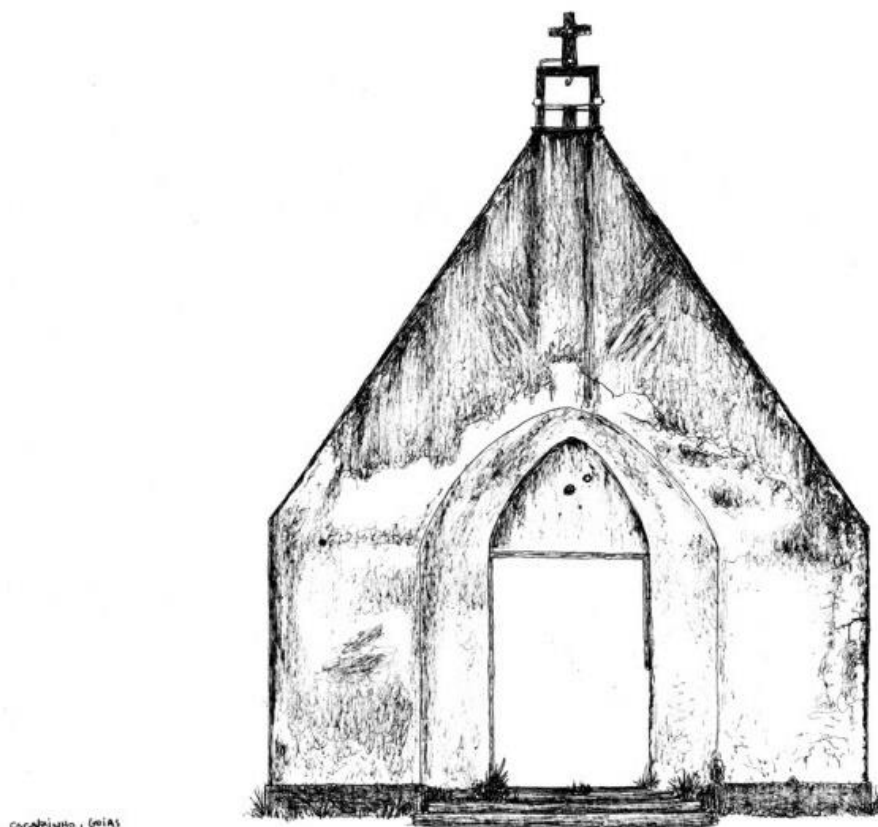
### **Imagem 31: Memória feliz**



Fonte: <https://jesuisedge.com/film-tv-anhanguera-reencontros>. Acesso: 15 de julho de 2022.

Todos esses eventos nas ruínas confirmam o seu valor estético, mas também o seu valor cultural de um artefato do passado. Numa sociedade cada vez mais preocupada com os lugares de memória, as ruínas são ideais para compor um cenário nostálgico, da mesma forma como outros artefatos, como os automóveis e bicicletas antigos, discos de vinil e relógio de bolso. O passado está seduzindo o homem do século XXI devido a sua estética e seu valor de “antigo”. Na fotografia acima, as cores desgastadas das ruínas e a presença da vegetação contrastam-se com as roupas modernas do casal. A ruína do templo religioso em Cocalzinho de Goiás também foi fonte expressiva para um dos vários desenhos de Eduardo Verderame durante o período que esteve em Goiás em busca das igrejas barrocas goianas.

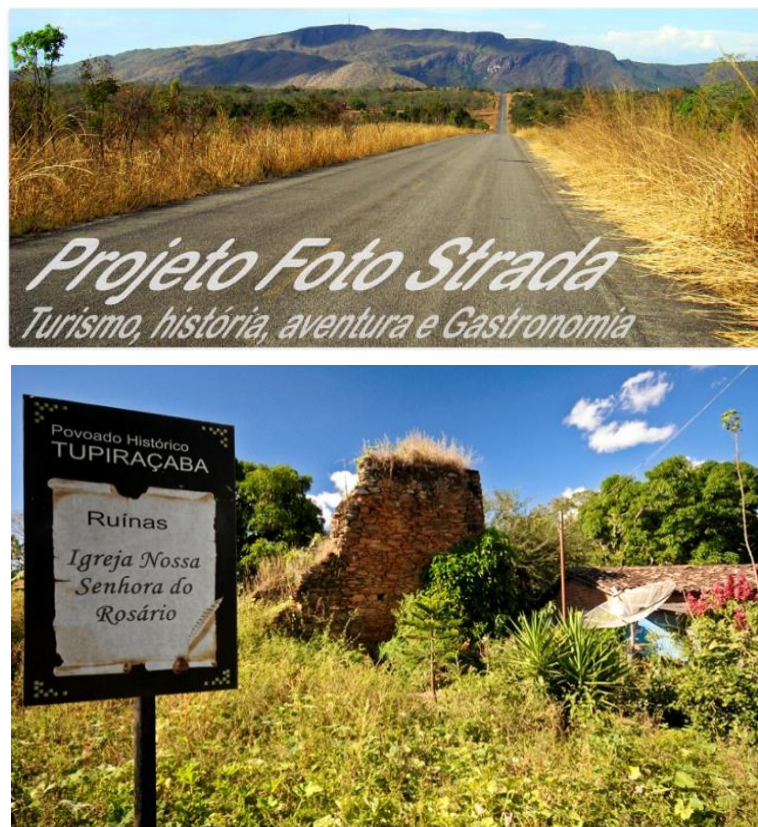
### **Imagem 32: Ruína de templo religioso de Cocalzinho**



Fonte: [Eduardo Verderame | projetos e trabalhos \(wordpress.com\)](https://www.wordpress.com). Acesso em: 31 de julho de 2022.

Outra iniciativa que demonstra o valor estético e cultural das ruínas é o projeto Foto Strada, um blog criado em meados de 2010, cujos principais divulgadores das viagens são Cleber Medeiros e José Rodolpho Assenço. Um dos locais fotografados pelo projeto foram as ruínas da igreja Nossa Senhora do Rosário, localizadas no antigo arraial de Traíras.

### **Imagem 33: Foto Strada**



Fonte: [WWW.fotstrada.com.br](http://WWW.fotstrada.com.br) . Acesso em: 22 de agosto de 2022.

A placa posta pelo IPHAN informa que aquela terra e aquela construção fazem parte do passado e instiga novos movimentos para conhecer a ruína em Tupiraçaba. Eles não são meramente uma “tapera”, mas um testemunho da história humana e da ocupação do território, possuindo importância histórica e estética, mesmo que esteja quase irreconhecível. Atualmente, os fragmentos da igreja encontram-se mais consumidos pela natureza e pela invasão do homem que as demais ruínas apresentadas anteriormente. O projeto “foto strada” mostra que há interesse na história e na busca por fragmentos, como se fossem arqueólogos em busca da ‘terra prometida’.

Agora, em um contexto mais geral, é possível observar que todas as ruínas apresentadas, de São Sebastião, em Aureliópolis; Nossa Senhora do Pilar, em Ouro Fino; Nossa Senhora D’Abadia, em Três Ranchos e Nossa Senhora do Rosário, em Tupiraçaba (antigo arraial de Traíras) possuem um aspecto pitoresco, até porque elas demonstram seus pilares e características do passado. No entanto, a ruína localizada no antigo arraial de Traíras se

encontra menos viva e utilizável que as demais, contudo, isso não a descaracteriza como um objeto estético, histórico e patrimonial.

A atenção para as ruínas arquitetônicas vem se tornando evidente desde a década de 1970 em um contexto global, tanto por parte de uma comunidade civil, quanto por entidades governamentais, como o caso dos institutos patrimoniais. E o estudo desses locais através de uma perspectiva cultural e estética mostra que a preservação desses espaços é fundamental, pois engloba perspectivas de memória, arte e religiosidade que foram sendo modificadas ao longo dos séculos em Goiás.

As ruínas como patrimônio cultural e estético são elementos que remetem a um passado, mas que propiciam dinâmicas e possibilidades para o presente. Elas tornaram-se tanto testemunhos do passado quanto testemunhos dos novos acontecimentos, ainda mais neste contexto fluido da contemporaneidade. Assim, as ruínas deixam aquela condição de pronta e acabada, e se tornam um espaço para novas relações que se renovam cotidianamente no tempo presente. Nesse sentido, as ruínas devem ser percebidas como pertencentes a um ciclo para novas possibilidades e novos recomeços.

### **Considerações finais**

Este estudo foi realizado com base em diferentes teorias, possuindo um viés interdisciplinar, o que nos possibilitou compreender que as ruínas de templos religiosos em Goiás passaram por diferentes (re)significações e sensibilidades ao longo do tempo. A pesquisa também apresentou uma sociedade que busca a estética e a sensação de beleza e de fuga do tempo e do espaço vinculado à realidade. Nesse sentido, vale ressaltar que o patrimônio não restaurado, mas preservado, chama atenção pelo tempo de resistência da construção.

A problematização que conduziu a dissertação baseou-se em compreender como as ruínas de templos religiosos passaram a ser valorizadas e apreciadas esteticamente a partir da segunda metade do século XX, tendo em vista que desde o século XIX e primeira parte do XX, algumas delas foram utilizadas como argumentos para mostrar a “fatídica decadência” da

sociedade goiana, já que as igrejas em Goiás constituíam-se como centro de sociabilidade na sociedade local e, por isso, quando tornavam-se ruínas geravam grande comoção social.

Evidentemente, o significado social das ruínas das igrejas e capelas de Goiás tem que ser mensurado a partir do seu contexto regional. Comparadas com as suas congêneres da Europa, como muitos viajantes estrangeiros chegaram a fazer, elas vão ser vistas como insignificantes. Entretanto, essas igrejas possuíam um grande valor social e simbólico na comunidade em que estavam inseridas e, por isso, acertadamente, foram tombadas por institutos de preservação em suas diversas esferas: municipal, estadual e federal. O tombamento, como foi demonstrado neste trabalho, indica o reconhecimento do seu valor histórico, mas também o seu valor estético.

Nas ruínas estudadas, podemos perceber diferenças significativas no nível de degradação. Há algumas que preservam o seu formato de igreja (é o caso da capela de São Sebastião) e outras em que se preservaram apenas partes da estrutura (é o caso da igreja de Nossa Senhora do Pilar). Em alguns casos, as fontes incompletas nos arquivos digitalizados dificultaram o preenchimento de lacunas sobre o início das construções das igrejas que hoje estão em ruínas. Mesmo assim, a partir do que foi analisado no primeiro capítulo, concluímos que esses locais sagrados eram importantes para reforçar os vínculos sociais através das festividades religiosas. Percebemos também como os núcleos urbanos localizados nas mais diversas regiões de Goiás possuíam em comum uma identidade construída a partir da forte influência da religião católica, mas que sofreram visivelmente com o abandono do governo (como é o caso do antigo arraial de Traíras) e com as transformações econômicas e sociais ao longo dos séculos. Desse modo, temos condições de afirmar que os vestígios materiais ainda presentes nessas localidades, principalmente as igrejas em ruínas, representaram, num primeiro momento, um “retrato de uma decadência”, mas, gradativamente, passaram a ser valorizadas por instituições públicas, pesquisadores e pela população, que reconheceram nelas o valor de patrimônio cultural.

No conteúdo analisado no segundo capítulo, notamos a importância dos fragmentos da História e da preservação do patrimônio em ruínas e dos diversos processos de tombamento em diferentes regiões de Goiás. Um aspecto importante na análise foi o fato de que há ainda certa indefinição, entre os responsáveis pela política de preservação, sobre o valor cultural das ruínas, uma vez que, em muitos casos, houve uma proposta de restauração. Isso indica que as construções em estado precário só terão completamente o seu valor se forem compreendidas

tais como estão e preservadas pelos órgãos institucionais. Pois, como apresentado na dissertação, as causas para o processo de arruinamento envolvem fatores e causas diversas, acrescidas o tempo de construção das edificações.

Nesse ínterim, as ruínas foram alvos de diversas óticas interpretativas e de novas experiências culturais e estéticas que permitem múltiplas possibilidades sob a ótica documental, estética e simbólica. As ruínas evocam um passado, uma arte, uma religião, uma memória, uma sociabilidade e como a sociedade se porta diante delas.

O valor cultural e estético das ruínas não impede que haja ameaças de degradação, o que denota um esforço cada vez maior e urgente dos órgãos dos institutos patrimoniais em proteger e conservar as estruturas.

O caso de Traíás e Três Ranchos são os mais emblemáticos da pesquisa, pois geram diversos questionamentos em relação ao papel do poder público, comunidade local e proprietários de terra. Se por um lado as instituições responsáveis pelo patrimônio estadual exigem uma preservação da antiga igreja de Nossa Senhora D'Abadia, em Traíás nem se toca mais no assunto. No antigo arraial de Traíás, apenas colocaram uma placa dizendo que era patrimônio, mas nenhuma medida foi providenciada para retardar o processo de arruinamento do patrimônio.

Diferente é a situação da antiga capela de São Sebastião e da Igreja Nossa Senhora do Pilar, em que se percebe um maior esforço das autoridades para que esses espaços tenham um processo de degradação mais lento e sirvam como fonte de experiências históricas, culturais e artísticas. Assim como foi apresentado no capítulo terceiro da dissertação, as ruínas arquitetônicas vêm se tornando relevantes dentro de um contexto global, tanto por parte de uma comunidade civil, quanto por entidades governamentais, como o caso dos institutos patrimoniais.

O estudo desses locais, sob uma perspectiva cultural e estética, reforça a necessidade de conservação desses espaços, visto que englobam perspectivas de arte, estética e religiosidade que foram sendo modificadas ao longo dos séculos em Goiás. Logo, tornaram-se elementos que remetem a um passado, que propiciam dinâmicas e possibilidades para o presente. Tornaram-se tanto testemunhos do passado quanto dos novos acontecimentos. Assim, as ruínas deixam aquela condição de pronta e acabada, e se tornam um espaço para novas relações que se renovam cotidianamente no tempo presente.

Para além, o estudo revelou que a ruína é um espaço e um tema em ascensão e que merece maior visibilidade e discussões nos âmbitos institucionais de preservação, uma vez que elas fazem parte da cultura, compõe vestígios da História de Goiás e fazem parte da construção de identidades e memórias de parte do povo goiano e de pessoas de outras regiões que passam pelas ruínas de templos religiosos em Goiás.

Por fim, o que nós constatamos é que as ruínas são elementos de um passado, imbuídos de estética e que permitem novas dinâmicas culturais que estabelecem uma nova fruição estética no século XXI. Nesse ínterim, as ruínas não são algo pronto e acabado, de modo que o sentido e as interpretações sobre elas mudaram ao logo dos séculos e possibilitaram novas relações socioculturais que se modificam constantemente.

## Referências

ALINCOURT, Luís d'. **Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá**. - Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.

AMARANTES, Bruno. **A estética da ruína como poética**. 2013. Dissertação (Mestrado) - Curso de Artes, Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 95 f., 2013. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/JSSS9B8FWU/1/monografia\\_bruno\\_amarante\\_baixa.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/JSSS9B8FWU/1/monografia_bruno_amarante_baixa.pdf). Acesso em: 8 mar. 2021.

ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO. **A poética clássica**. Tradução Jaime Bruna. – São Paulo: Cultrix, 2014.

ARRAIS, C. A; OLIVEIRA, E. O; OLIVEIRA, M.F. (Orgs.). **Raimundo José da Cunha Mattos escritos sobre a Província de Goiás Corografia histórica itinerário – carta corográfica**. Ed Goiânia: Caminhos, 2021. v.1. 319p.

ARRAIS, Cristiano. Alencar; OLIVEIRA, Eliézer. Cardoso de; LEMES, Fernando. Lobo. **O século XVIII em Goiás: a construção da colônia**. Ed. Goiânia: Cãnone Editorial, 2019.v.2. 154p.

BENJAMIN, Walter. **Estética e sociologia da Arte**. Tradução João Barreto. –Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2017.

BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 2 ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BRSAIL. Constituição. **Lex:** Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 1937. Disponível em: [HTTP://www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br).

CHAUL, NarsFayad. **Caminhos de Goiás:** da construção da decadência aos limites da moderna. – Goiânia. Editora UFG, 1995.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio.** Tradução Luciano Vieira Machado. 4 ed. – São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão:** antologia para um combate. Tradução João Gabriel Alves Domingos. - Belo Horizontes: Fino Traço, 2011.

COELHO, Gustavo Neiva. **Formação do espaço urbano nas vilas do ouro:** o caso de Vila Boa. - Goiânia, 1997. p. Dissertação(Mestrado) - Universidade Federal de Goiás. 1997.

CURY, Isabelle (Org.). **CARTAS PATRIMONIAIS.** Brasília: Editora IPHAN, 1995. 405 p.

FEITOSA, Clicia Lilian. dos Santos. **Políticas Públicas para o turismo no município de Três Ranchos- GO 1980 a 2019.** Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas), 2019. Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão (UFCat). PDF.

FORTUNA, Carlos. GEORG SIMMEL: AS CIDADES, A RUÍNA E AS NOVÍSSIMAS METRÓPOLES . **Philosophica**, Lisboa, ano 2013, n. 42, p. 107-123, Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/24708/1/Carlos%20Fortuna.pdf>. Acesso em: 6 mai. 2021.

FREYRE, Gilberto. **Manifesto regionalista.** 5.ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1955.

FUNARI, Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural** . 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar , 2006. 71 p.

GAARDER, Jostein; HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry. **O livro das religiões.** Tradução Isa Maria Lando. 7 ed. – São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

LE GOFF, JACQUES. **História e memória.** Tradução: Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1PdVbB-kp33Ct4eehnNWz-CJrCsfpTZIp/view>. Acesso em: 12 mai. 2021.

HALBWACHS, MAURICE. **A MEMÓRIA COLETIVA.** Tradução: LAURENT LÉON SCHAFFTER. Paris, França: Vértice, 1990. Título original: LA MEMOIRE COLLECTIVE. Disponível em: [https://www.academia.edu/36730153/A\\_Memoria\\_Coletiva\\_Maurice\\_Halbwachs](https://www.academia.edu/36730153/A_Memoria_Coletiva_Maurice_Halbwachs). Acesso em: 2 fev. 2022.

JAMESON, Fredric. **A virada cultural:** reflexões sobre o pós-modernismo; tradução Carolina Araújo. – Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernidade esociedade de consumo.** Tradução Vinicius Dantas. Revista Novos Estudos nº 12, julho de 1985. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br>. Acesso em: 25 de jan. 2022.

MELO, Laura Ludovico de. **OURO FINO: Um Arraial... uma Igreja... um Largo ... e uma vaga lembrança na paisagem.** Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) -2009. 221 f. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÁS, 2009. Disponível em: [TEDE: OURO FINO: Um Arraial... uma Igreja... um Largo ... e uma vaga lembrança na paisagem. \(pucgoias.edu.br\)](https://repositorio.pucgoias.edu.br/handle/2012/1000). Acesso em: 4 jun. 2021.

NORA, Pierre. **Entre memória e História: A problemática de lugares.** Tradução Yara AunKhoury. Projeto História, São Paulo, 10 dez. 1993. Disponível em: [NORA, Pierre - Entre Memória e História | PDF | Historiografia | Memória \(scribd.com\)](https://www.scribd.com/document/38111111/Entre-Memoria-e-Historia). Acesso em: 6 jun. 2021.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **As representações do medo e das catástrofes em Goiás.** 2006. 359 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia Unb, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2006. Cap. 3. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/33531471.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2020.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso. “Um dia a Igreja cai”: a importância cultural dos templos religiosos na cidade de Goiás. **Patrimônio e Memória**, Unesp, v. 10, n.1, p. 28-47, São Paulo, Jan/Jun, 2014.

PALACÍN, Luís. **O século do ouro em Goiás (1722-1822): Estrutura e conjuntura numa capitania de minas.** 4ª ed. Editora UCG, Goiânia, 1994.

PINHEIRO, Sinvaline. Traíras –História e sonho. **Jornal Diário do Norte.** Porangatu Goiás. Publicado em: 21 de outubro de 2007. Disponível em: <https://www.jornaldiariodonorte.com.br/artigos/trairas-historia-e-sonho-14295>. Acesso em: 25 de abr. 2021.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior de Brasil.** Tradução Milton Amado. Editora Itatiaia -. Belo Horizonte, 1976.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem.** Tradução Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel.- São Paulo: Perspectiva, 2014.

RODRIGUES, AngelaRosch. **Ruína e patrimônio cultural no Brasil.** 2017. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: [Ruína e patrimônio cultural no Brasil \(usp.br\)](https://repositorio.usp.br/handle/2345/64444). Acesso em: 6 jun. 2021.

SAINT-HILAIRE, August de. **Viagem a Província de Goiás.** 2ed.- Belo Horizonte. Editora Garnier, 2020.

SANDES, Noé Freire; ARRAIS, Cristiano Alencar. História e memória em Goiás no século XIX: uma consciência da mágoa e da esperança. **VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, v. 29, n.51, p. 847-861, set/dez 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/vh/v29n51/v29n51a10.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2021.

SIMMEL, Georg. **A ruína.** In: Simmel e a modernidade. Brasília: UnB, 1998. Disponível em: [HTTPS://www.academia.edu](https://www.academia.edu). Acesso em: 6 de jun. 2021.

SCHILLER, Friedrich. **A educação estética do homem**. Tradução Roberto Schwarz e Márcio Suzuki. – 2 ed. – São Paulo: Editora Iluminuras 2017.

SCHILLER, Friedrich. **Do sublime ao trágico**. Tradução Pedro Sussekind e Vladimir vieira. – 2 ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

SOUSA, José Luiz de. **Pobres garimpeiros de riqueza – a geografia dos diamantes em Três Ranchos, Goiás**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas), 2012. Universidade Federal de Goiás Campus Catalão (UFCat).PDF.

SUASSUNA, Ariano. **Iniciação a estética**. -15 ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

### **Fontes**

Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional 14ª sessão Goiás (consulta online)


Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional sessão cidade de Goiás (consulta presencial)

Secretaria de Cultura e Turismo do Município de Três Ranchos - GO(consulta online)

Secretaria de Cultura de Niquelândia (consulta online)

## Apêndice

## Apêndice I

|   |   |   |
|---|---|---|
| <b>SUPERINTENDÊNCIA DE<br/>PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO</b>   | <b>SEDUCE</b><br>SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO,<br>CULTURA E ESPORTE |  <b>GOIÁS</b><br>ESTADO INOVADOR |
| <b>PARECER TÉCNICO Nº 002/2018 – SPHA/SEDUCE</b>  |   |   |
| <b>PROCESSO: 201700006037442 / SEI</b>  |   |   |
| <b>1. IDENTIFICAÇÃO E CARACATERIZAÇÃO DO IMÓVEL</b>   |   |   |
| <b>1.1 Nome do interessado:</b>   |   |   |
| Onofre Pereira Silva e Edith Pereira Carneiro – proprietários do imóvel rural Estância Monte Sinai, no município de Três Ranchos/GO.  |   |   |
| <b>1.2 Endereço do interessado:</b>   |   |   |
| Estância Monte Sinai, Três Ranchos/GO.  |   |   |
| <b>1.3 Identificação / endereço do imóvel:</b>  |   |   |
| Ruínas da Igreja Nossa Senhora da Abadia, localizada na Estância Monte Sinai, Três Ranchos/GO.  |   |   |
| <b>1.4 Proprietário do imóvel:</b>  |   |   |
| Onofre Pereira Silva e Edith Pereira Carneiro.  |   |   |
| <b>1.5 Informações sobre tombamento:</b>  |   |   |
| Declarado tombado pelo Estado de Goiás por ato legislativo (Lei Estadual nº 12.926, de 16 de julho de 1996).  |   |   |
| <b>1.6 Uso atual do imóvel:</b>   |   |   |
| Sem uso, imóvel em ruínas inserido dentro de um imóvel rural em uso particular.   |   |   |
| <b>1.7 Uso original do imóvel:</b>  |   |   |
| Religioso.  |   |   |
| <b>2. RELATÓRIO:</b>  |   |   |
| <p>O documento enviado por Onofre Pereira Silva (CI nº 3381.937-SSP/GO) e Edith Pereira Carneiro (CNH nº 01174885226-Detran/GO e CPF 898.139.951-49), proprietários da área onde as ruínas se inserem, datado de 17 de outubro de 2017, requer <i>a revisão do tombamento da referida igreja, reconsiderando-o e, por consequência, seja declarado o seu destombamento.</i></p> |   |   |
| <p>A justificativa dos requerentes se baseia no fato do imóvel ter sido considerado como tombado pelo Estado de Goiás por ato legislativo (Lei nº 12.926, de 16 de julho de 1996), ou seja, sem a existência do processo administrativo de tombamento. Ademais, o imóvel foi</p>  |   |   |
| <p style="text-align: center;">Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte<br/>Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico<br/>Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, nº 02- Setor Central, Goiânia –Goiás, CEP: 74.003-010- Fone: 3201-4639</p>   |   |   |
| <p style="text-align: center;">Página 1 de 14</p>   |   |   |

identificado erroneamente como 'Igreja Nossa Senhora D'Abadia', quando, na expedição da lei, já se encontrava em ruínas.

Para embasar a solicitação, os requerentes anexaram os seguintes documentos: Ofício GAB-PJ nº 226/2012, da 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Catalão/GO (anexo 1); Ofício nº 665/2014, da Secretaria de Cultura do Estado de Goiás (anexo 2); Parecer nº 003/2013, da Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira (anexo 3); Ofício nº 481/2014-SPJ, da 3ª Promotoria de Justiça do Ministério Público de Goiás (anexo 4); e Despacho s/n, da 3ª promotoria de Justiça de Catalão (anexo 5).

O Ofício GAB-PJ nº 226/2012 (anexo 1) reconhece a inconstitucionalidade da Lei nº 12.926, de 16 de julho de 1996, que considerou como tombada, pelo Estado de Goiás, a 'Igreja Nossa Senhora D'Abadia', localizada em Três Ranchos. Ainda requer a deflagração de processo administrativo de tombamento com a realização de estudos técnicos adequados à caracterização da importância cultural do bem, observando a necessidade de notificação do proprietário. Consta desse documento, o Despacho s/nº da 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Catalão/GO, de 08 de outubro de 2012.

Ofício nº 665/2014 (anexo 2) apresenta informações referentes ao tombamento da 'Igreja Nossa Senhora D'Abadia', localizada em Três Ranchos: elaboração de textos referentes à Identificação do Objeto, Aspectos Geográficos, Aspectos Históricos e Descrição Física.

Parecer nº 003/2013 (anexo 3) com informações sobre a possibilidade de recuperação do imóvel 'Igreja Nossa Senhora D'Abadia', com finalidade de instrução do Inquérito Civil Público 037/2010.

Ofício nº 481/2014-SPJ (anexo 4) informa o arquivamento do Inquérito Civil Público 037/2010 considerando que não foi comprovado o valor cultural do local onde estão as ruínas de uma construção antiga, confirmada como sendo uma capela e não uma igreja, bem como, que tramita na Secretaria de Cultura do Estado de Goiás procedimento administrativo próprio para apuração de eventual valor histórico do local para fim de tombamento administrativo.

Despacho s/n, da 3ª promotoria de Justiça de Catalão (anexo 5) que promove o arquivamento do Inquérito Civil Público 037/2010.

### 3. ANÁLISE TÉCNICA:

#### 3.1 Descrição sucinta do município de Três Ranchos:

Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte  
Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico  
Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, nº 02- Setor Central, Goiânia -Goiás, CEP: 74.003-010- Fone: 3201-4639

*Histórico do Município:* A área onde hoje se localiza o município de Três Ranchos era, segundo dados do Plano Diretor da cidade de 1990, ponto de passagem de tropeiros paulistas e mineiros para as regiões de Ipameri (Entre Rio), Santa Cruz de Goiás (Santa Cruz) e Cidade de Goiás (Vila Boa), e, por volta de 1887, fora construído o porto conhecido como “Mão de Pau”, muito utilizado para a travessia do Rio Paranaíba.

O leito do Rio Paranaíba, durante o fim do século XIX, era rico em diamantes, o que propiciou sua intensa extração e, aliado às terras férteis da região, deram origem às ocupações que levaram às propriedades rurais e, gradativamente, ao povoado de Três Ranchos.

Em relatos de Auguste de Saint-Hilaire, no livro “Viagem à província de Goyaz”, escrito em 1820, existe a menção à “fazenda dos casados”, localizada entre os municípios onde hoje são Três Ranchos e Catalão; tratava-se de um aglomerado de propriedades formado pelos filhos do primeiro proprietário que iam se casando e construindo suas moradias próximas à do pai.

Existem também registros da partilha da Fazenda dos Fundos, uma das glebas que formaria o município de Três Ranchos, cujo proprietário era Joaquim Inácio Carneiro. As outras duas maiores fazendas formadoras do município de Três Ranchos eram a Lagoa, também de propriedade de Joaquim Inácio Carneiro, e a Fazenda Sacco, de Cândido Vaz de Reis.

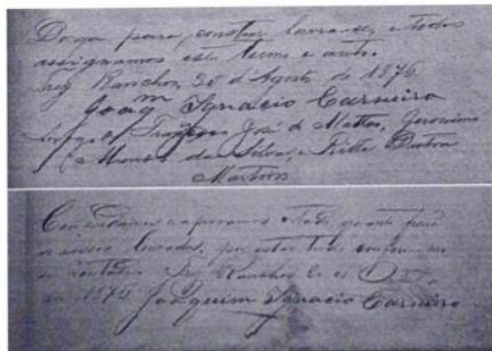


Foto 1: Fragmentos de dois documentos integrantes da “Divisão Amigável dos Fundos” trazem ao final, como local em que foram lavrados e assinados, o nome “Três Ranchos”, um com a data de 25 de agosto e outro de 20 de outubro, ambos no ano de 1876. Fonte: SOUSA, José Luiz Vaz de. **Pobres garimpeiros de riqueza: a geografia dos diamantes em Três Ranchos, Goiás.** Catalão: UFG, 2012.

Contudo, o grande avanço urbano na região se deu com a construção da estrada de ferro no território goiano. Vale destacar que o contexto da construção da Estrada de Ferro é o mesmo dos fluxos migratórios dos dois últimos séculos que marcaram a história de Goiás. Se no século XIX os fluxos migratórios avançaram na ocupação primária do campo, deixando a formação urbana em segundo plano, na primeira metade do século XX, eles se intensificaram e se voltaram também para a formação de povoados e para o crescimento das cidades. Consequentemente, ocorreu uma intensa fragmentação espacial da região a partir de 1940, gerando a criação de novos municípios, com a emancipação dos distritos em desenvolvimento. Destarte, a Estrada de Ferro teve uma importante função nesse processo: transportar as massas que, ao longo de sua trajetória, se estabeleceram nas localidades, nelas permaneceram ou seguiram adiante acompanhando as pontas dos trilhos e, finalmente, disseminaram-se pelo território a partir de Anápolis.

Dentre as migrações, a maioria baseava-se em paulistanos e mineiros. Contudo, grande número de imigrantes estrangeiros também cruzou o Rio Paranaíba, com predominância dos árabes, ou 'turcos', como eram chamados, por serem provenientes de territórios que, até o final da Primeira Guerra Mundial, estiveram sob o controle da Turquia. Paulistas e mineiros procuraram Goiás para a criação de gado e agricultura, tendo em vista que o custo das terras em suas regiões de origem havia se elevado em decorrência da marcha do café. Muitos espanhóis e italianos, vindos como funcionários ou operários qualificados da Estrada de Ferro de Goiás, fixaram-se na região e passaram a dedicar-se às instalações de charqueadas, fábricas de banha e grandes máquinas de beneficiamento de arroz<sup>1</sup>, enquanto os árabes voltaram-se preferencialmente ao comércio varejista e atacadista.

O sul e o sudeste de Goiás, regiões penetradas pela Estrada de Ferro de Goiás, atraíram parte dessa leva de imigrantes, elevando os comércios regionais e inter-regionais, através de atrativo comércio importador e exportador instalado em cidades como Ipameri, Catalão e Pires do Rio.

A criação de uma ferrovia que integrasse o Centro-Oeste ao Rio de Janeiro, ligando Rio – Goiás – Cuiabá, já era uma intenção visionária de algumas autoridades do Império, ainda em meados do século XIX. Contudo, é no início do século XX que, efetivamente, a reivindicação

<sup>1</sup> FERREIRA, Aroldo Márcio. Pires do Rio: a consolidação de uma cidade ferroviária. In: CHAUL, Nasr Fayad; DUARTE, Luis Sérgio (Org.). As cidades dos sonhos: desenvolvimento urbano em Goiás. Goiânia: editora UFG, 2004.

da ferrovia tomou corpo, inserida que estava nas ideias 'modernizantes' (advindas da Revolução Industrial e, posteriormente, da Revolução Científico-Tecnológica, que englobaram todo o país) da facção oligárquica liderada por Xavier de Almeida, pretendente ao poder estadual. Em meio às disputas entre mineiros e goianos, pelos interesses contidos no projeto da ferrovia, decidiu-se pela criação da Companhia Estrada de Ferro de Goiás, conectada com a Estrada de Ferro Mogiana, em Araguari.

A trajetória da E. F. Goiás ocorreu de maneira lenta e dividida em duas etapas. A primeira corresponde ao trecho Araguari – Roncador, que fora executada entre 1909 e 1914, sendo considerado um período relativamente curto, considerando a difícil topografia da região. A segunda corresponde ao trecho Roncador – Anápolis, e demandou mais tempo, de 1922 a 1935. Por quase uma década a Estrada ficou paralisada em Roncador, à margem do Rio Corumbá, e impedida tecnicamente da travessia sobre o rio.

A implantação da ferrovia em território goiano provocou uma significativa transformação nas regiões sul e sudeste, com a modernização da economia agrária, e, simultaneamente, outros aspectos da vida social, política e cultural também passaram a experimentar mudanças, imprimindo um sentido de "urbanidade" na população. Começa-se, portanto, um acelerado processo de urbanização, com a expansão das cidades existentes, e a criação de novos municípios; conseqüentemente, o povoamento avançava em conjunto com a Estrada de Ferro. Logo, Três Ranchos estava entre os povoados afetados por este avanço ferroviário.

Fato importante na constituição histórica do município, e que promoveu mudanças socioeconômicas, foi a formação de um lago artificial a partir do Rio Paranaíba, com a construção da Usina Hidrelétrica de Emborcação pela CEMIG.

Segundo o Plano Diretor de Três Ranchos (1990), a construção da Usina Hidrelétrica iniciou-se em 1977, e o enchimento total do lago artificial foi registrado em seis de agosto de 1981. Este lago tem uma profundidade máxima de 176 metros, com um volume de água de aproximadamente 17,6 bilhões de metros cúbicos, ocupando uma área de 446km<sup>2</sup>.

Desde a formação do lago artificial em suas imediações, o município de Três Ranchos (GO), passou a desfrutar de grande potencial turístico. Juntamente a esta vocação turística, surgiram novos usos do espaço intensificando as modificações na dinâmica socioespacial. Contudo, quase toda a área do entorno do lago foi cercada para o uso particular, impedindo praticamente o acesso público.

**3.2. Descrição sucinta do imóvel:**

Histórico do imóvel: A origem da Igreja de Nossa Senhora D'Abadia, localizada no município de Três Ranchos/GO, ainda carece de maiores fontes precisas, pois poucos documentos nos foram deixados pelas gerações passadas que atestem sua data precisa de construção, seus festejos e usos (público ou privado) originais. Contudo, as ruínas do imóvel religioso em questão, hoje, são um vestígio do marco colonial goiano, e uma das maiores representatividades simbólicas do município de Três Ranchos.

Existem diferentes teorias que envolvam a criação do imóvel. Segundo o Projeto de Intervenção Cultural nas Ruínas da Igreja de Três Ranchos, de José Luiz Vaz de Sousa (cópia em anexo), acredita-se que a Igreja tenha sido erguida em meados do século XIX. No mesmo documento, o autor faz referência ao antigo imóvel como Igreja, e defende que:

a igrejazinha foi um signo da conquista, imposição da cultura branca cristianizada europeia, sobre os sertões supostamente incultos do centro do Brasil. Em seguida, tornou-se palco para a interação dos moradores da região à sua volta, nas temporadas festivas, especialmente os louvores a Nossa Senhora D'Abadia, nos meses de agosto. Em tais ocasiões, vinhamromeiros de longe, em carros-de-boi, a cavalo, a pé, tanto pelo sentido religioso do evento quanto pela oportunidade do encontro com tanta gente, vinda de tantas bandas. (p. 2)

Mais adiante, o autor afirma que:

Pesquisas a respeito das origens do lugar e da própria igrejazinha demonstraram tratar-se de monumento mais importante do que imaginado até então: ela foi erigida às margens de uma estrada real, segundo consta o único caminho permitido, por edito real, à época da exploração do ouro em terras goianas, para o tráfego entre a Vila Boa e São Paulo. Supõe-se que a igreja tenha sido construída por algum integrante de família pioneira no município, os Carneiro, pelo fato das ruínas estarem onde era o pátio da antiga sede da fazenda do patriarca. (p.3)

Por outro lado, os proprietários do Imóvel, Edith Pereira Carneiro e Onofre Pereira, relatam que o local nunca se tratou de Igreja, mas sim de uma Capela de uso particular, onde seus antepassados foram sepultados e que o tombamento do imóvel foi realizado por interesses políticos e pessoais. Contudo, na vistoria técnica (relatório em anexo) realizada por esta Superintendência no bem cultural, não foi constatado nenhum resquício visível de nenhum sepultamento.

Já o Ministério Público Federal, na Conclusão da Investigação do Inquérito Civil Público nº 037/2010 (Anexo V - documento apresentado pelos interessados do processo), relata que a



Foto 3: Fachada frontal da Capela de Nossa Senhora D'Abadia, no município de Três Ranchos-GO. Ano desconhecido. Acervo IPEHIC/UFOP/Goias.

23  
24  
25

*Descrição Arquitetônica do Imóvel:* Trata-se de imóvel em ruínas. É possível perceber que se tratava de imóvel em estilo colonial. Possuía estruturas de madeira aparente, alvenarias em adobe e pedras e telhado com estrutura de madeira e telhas de barro do tipo capa e bica. O

Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte  
Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico  
Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, nº 02- Setor Central, Goiânia - Goiás, CEP: 74.001-010- Fone: 3201-4639

edifício possuía dois pavimentos, nave única e uma sacristia lateral, sendo que ao lado dessa sacristia se localizava a torre sineira externa em estrutura de madeira e telhas capa e bica.

*Estado de Conservação do Imóvel:* As ruínas estão em estado de degradação, existindo apenas parte do pavimento inferior e com as estruturas de madeira e alvenarias de adobe bastante danificadas. Estão localizadas dentro de uma propriedade particular em área rural, especificamente em local que serve de pastagem para o gado. Além disso, dentro das ruínas existe uma árvore de grande porte, o que poderá acarretar o desmoronamento total das ruínas.

Imagens:



Foto 4: Antiga imagem da Igreja Nossa Senhora d'Abadia. Década de 80. Autor Desconhecido. Três Ranchos/GO. Fonte: Prefeitura Municipal de Três Ranchos.

Foto 5: Vista das ruínas da Igreja Nossa Senhora d'Abadia. Data: 09/10/2017. Acervo da SPHA/SEDUCE. Autor: Lucas Santana. Três Ranchos/GO.

Foto 6: Vista das ruínas da Igreja Nossa Senhora d'Abadia. Data: 09/10/2017. Acervo da SPHA/SEDUCE. Autor: Lucas Santana. Três Ranchos/GO.

Foto 7: Vista da parte lateral das ruínas da Igreja Nossa Senhora d'Abadia. Data: 21/03/2009. Acervo da SPHA/SEDUCE. Autor: Solange Santana. Três Ranchos/GO.

Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte  
Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico  
Praça Dr. Padre Luíslvo Teixeira, nº 02- Setor Central, Goiânia - Goiás, CEP: 74.001-010- Fone: 3201-4639



Foto 8: Vista das ruínas da Igreja Nossa Senhora d'Abadia. Data: 01/08/2017. Acervo da SPHA/SEDUCE. Autor: Lucas Santana. Três Ranchos/GO.

| SUPERINTENDÊNCIA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO  | SEDUCE GOIÁS<br>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE |
|---|---|
| <p><b>4.4 Procedimentos do ato de tombamento no Estado de Goiás:</b> A política de proteção ao patrimônio cultural de Goiás está estruturada na Constituição do Estado de Goiás/89 e na Lei nº 8.915/80. Configuram-se como órgãos responsáveis pela gestão desse patrimônio: a Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte – SEDUCE, através da Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico (regulamentada pelo Decreto nº 7.955, de 07 de agosto de 2013), e o Conselho Estadual de Cultura (regulamentado pela Lei nº 13.799/01 e Decreto de 12 de março de 2002).</p> <p>O procedimento de tombamento do Estado de Goiás inicia-se através de requerimento de interessado ou dos próprios órgãos ligados à salvaguarda do patrimônio cultural. A partir de então, são realizadas as instruções técnicas, com levantamentos e produção de dossiê. Procedese à notificação do proprietário do bem a ser tombado e começa o prazo para a defesa do mesmo. Finalmente, é necessário um parecer técnico que será remetido à decisão do Conselho Estadual de Cultura<sup>2</sup>. A decisão final do Conselho precisa ser homologada pelo Governador do Estado. Após isso, o bem será inscrito em um dos Livros de Tombo, momento em que se constitui o tombamento definitivo.</p> <p>As instruções técnicas referentes ao imóvel em processo de tombamento formam o dossiê do bem. O dossiê corresponde ao conjunto de documentos que contém as informações necessárias para a descrição do bem e é geralmente composto de pesquisa histórica, levantamento físico do imóvel (vistoria, fotografias e projetos gráficos), análise tipológica, descrição dos materiais, das técnicas construtivas e o diagnóstico do imóvel (relatório da análise do estado de conservação, mapa de danos e documentação fotográfica). Após a realização do dossiê, é executado o parecer sobre a importância do tombamento para a apreciação e decisão final do Conselho Estadual de Cultura.</p> |   |
| <p><small><sup>2</sup> Conforme Castro (1991) o ato de tombamento é praticado pelo Conselho (órgão que tem a competência de reconhecer valor cultural ao bem) através de deliberação coletiva, a ser submetido à homologação ministerial – no caso federal. Essa homologação ministerial tem por objetivo o controle da legalidade, bem como da conveniência e oportunidade do tombamento. Depois disso, o tombamento se concretiza através da inscrição do bem num dos Livros de Tombo. Como processo administrativo, o tombamento não poderá ser concretizado se não forem cumpridas todas as etapas referentes a ele, constituindo-se em um ato composto. Em síntese, seria a decisão do Conselho um ato declaratório e a inscrição do bem num Livro um ato constitutivo (início da produção dos efeitos).</small></p>   |   |
| <p><small>Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte<br/>Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico<br/>Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, nº 03- Setor Central, Goiânia - Goiás, CEP: 74.303-610- Fone: 3201-4639</small></p>   |   |

Página 12 de 14

| SUPERINTENDÊNCIA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO  | SEDUCE GOIÁS<br>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE |
|---|---|
| <p>O dossiê do bem tombado é de fundamental importância, pois torna possível a realização das ações de conservação do imóvel tombado pelos órgãos competentes: compreendendo a fiscalização, o monitoramento e a orientação para a manutenção e preservação de suas características originais.</p>  |   |
| <p><b>5. CONCLUSÃO:</b></p> <p>Tendo em vista o conteúdo acima exposto, esta SPHA/SEDUCE encaminha este <b>Parecer com informações pertinentes às Ruínas da 'Igreja' Nossa Senhora d'Abadia de Três Ranchos</b> ao Conselho Estadual de Cultura – CEC para que se manifeste sobre a decisão favorável, ou não, sobre:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) a abertura do correto processo de tombamento do bem cultural pelo Governo do Estado de Goiás;</li> <li>2) a anulação de todos os imóveis tombados pela Lei Estadual nº 12.926/1996 (Igreja Nossa Senhor do Bonfim, de Silvânia; Igreja Nossa Senhora do Rosário, de Catalão; Igreja Nossa Senhora do Rosário, de Cumari; e Igreja Nossa Senhora d'Abadia, de Três Ranchos);</li> <li>3) e/ou a recomendação para o município criar legislações específicas para a proteção do patrimônio cultural.</li> </ol> <p>Após a manifestação do CEC sobre os procedimentos a serem adotados, solicitamos o retorno do processo para esta SPHA dar prosseguimento ao feito.</p> <p>Este é o parecer.</p> |   |
| <p><b>6. DATA E ASSINATURAS</b></p> <p style="text-align: right;">Goiânia, 04 de maio de 2018.</p>  |   |
| <p><i>Lucas Santana Coelho Fonseca</i><br/>Lucas Santana Coelho Fonseca<br/>Historiador – SPHA/SEDUCE</p> <p><i>Renata Lima Barros</i><br/>Renata Lima Barros<br/>Arqª E Urbª – SPHA/SEDUCE</p> <p><i>Solange Mª de Santana e Silva</i><br/>Solange Mª de Santana e Silva<br/>Arqª E Urbª – SPHA/SEDUCE</p>   |   |
| <p><small>Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte<br/>Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico<br/>Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, nº 03- Setor Central, Goiânia - Goiás, CEP: 74.303-610- Fone: 3201-4639</small></p>   |   |

Página 13 de 14

**SUPERINTENDÊNCIA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO** 

**4.4 Procedimentos do ato de tombamento no Estado de Goiás:** A política de proteção ao patrimônio cultural de Goiás está estruturada na Constituição do Estado de Goiás/89 e na Lei nº 8.915/86. Configuram-se como órgãos responsáveis pela gestão desse patrimônio: a Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte – SEDUCE, através da Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico (regulamentada pelo Decreto nº 7.955, de 07 de agosto de 2013), e o Conselho Estadual de Cultura (regulamentado pela Lei nº 13.799/01 e Decreto de 12 de março de 2002).


O procedimento de tombamento do Estado de Goiás inicia-se através de requerimento de interessado ou dos próprios órgãos ligados à salvaguarda do patrimônio cultural. A partir de então, são realizadas as instruções técnicas, com levantamentos e produção de dossiê. Precede-se à notificação do proprietário do bem a ser tombado e começa o prazo para a defesa do mesmo. Finalmente, é necessário um parecer técnico que será remetido à decisão do Conselho Estadual de Cultura<sup>2</sup>. A decisão final do Conselho precisa ser homologada pelo Governador do Estado. Após isso, o bem será inscrito em um dos Livros de Tombo, momento em que se constitui o tombamento definitivo.

As instruções técnicas referentes ao imóvel em processo de tombamento formam o dossiê do bem. O dossiê corresponde ao conjunto de documentos que contém as informações necessárias para a descrição do bem e é geralmente composto de pesquisa histórica, levantamento físico do imóvel (vistoria, fotografias e projetos gráficos), análise tipológica, descrição dos materiais, des técnicas construtivas e o diagnóstico do imóvel (relatório da análise do estado de conservação, mapa de danos e documentação fotográfica). Após a realização do dossiê, é executado o parecer sobre a importância do tombamento para a apreciação e decisão final do Conselho Estadual de Cultura.

<sup>2</sup> Conforme Castro (1991) o ato de tombamento é praticado pelo Conselho (órgão que tem a competência de reconhecer valor cultural ao bem) através de deliberação coletiva, a ser submetido à homologação ministerial – no caso federal. Essa homologação ministerial tem por objetivo o controle da legalidade, bem como da conveniência e oportunidade do tombamento. Depois disso, o tombamento se concretiza através da inscrição do bem num dos Livros de Tombo. Com o processo administrativo, o tombamento não poderá ser concretizado se não foram cumpridas todas as etapas referentes a ele, constituindo-se em um ato composto. Em síntese, seria a decisão do Conselho um ato declaratório e a inscrição do bem num Livro um ato constitutivo (início da produção dos efeitos).

Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte  
Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico  
Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, nº 03 - Setor Central, Goiânia - Goiás, CEP: 74.303-010 - Fone: 3201-4639

Página 12 de 14

**SUPERINTENDÊNCIA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO** 

O dossiê do bem tombado é de fundamental importância, pois torna possível a realização das ações de conservação do imóvel tombado pelos órgãos competentes: compreendendo a fiscalização, o monitoramento e a orientação para a manutenção e preservação de suas características originais.

**5. CONCLUSÃO:**


Tendo em vista o conteúdo acima exposto, esta SPHA/SEDUCE encaminha este **Parecer com informações pertinentes às Ruínas da 'Igreja' Nossa Senhora d'Abadia de Três Ranchos** ao Conselho Estadual de Cultura – CEC para que se manifeste sobre a decisão favorável, ou não, sobre:

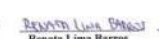
- 1) a abertura do correto processo de tombamento do bem cultural pelo Governo do Estado de Goiás;
- 2) a anulação de todos os imóveis tombados pela Lei Estadual nº 12.926/1996 (Igreja Nosso Senhor do Bonfim, de Silvânia; Igreja Nossa Senhora do Rosário, de Catalão; Igreja Nossa Senhora do Rosário, de Cumari; e Igreja Nossa Senhora d'Abadia, de Três Ranchos);
- 3) e/ou a recomendação para o município criar legislações específicas para a proteção do patrimônio cultural.


Após a manifestação do CEC sobre os procedimentos a serem adotados, solicitamos o retorno do processo para esta SPHA dar prosseguimento ao feito.

Este é o parecer.

**6. DATA E ASSINATURAS** Goiânia, 03 de maio de 2018.

  
Lucas Santana Coelho Fonseca  
Historiador – SPHA/SEDUCE

  
Renata Lima Barros  
Arqª E Urbª – SPHA/SEDUCE

  
Solange Mª de Santana e Silva  
Arqª E Urbª – SPHA/SEDUCE

Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte  
Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico  
Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, nº 03 - Setor Central, Goiânia - Goiás, CEP: 74.303-010 - Fone: 3201-4639

Página 13 de 14

deseja que seja preservada a paz de seus parentes mortos e que obras de conservação não traze-lhe prejuízo e sofrimento; que a declarante insiste para que seja feito um trabalho mais denso de levantamento histórico”.

13. Em petição de próprio punho, datada de 21 de junho de 2012, a proprietária informa que **não foi participada do tombamento do bem, como previsto em legislação**, e que já em 1974 a igreja ameaçava ruir, porém, somente depois de 22 anos a igreja foi tombada. Salienta a proprietária, também, que muito antes dela tê-la adquirido, o imóvel pertenceu à então prefeita de Três Ranchos, Sra. Janete, responsável por estimular o tombamento por Lei.
14. Em seguida o processo (Inquérito Civil Público 037/2010) foi arquivado por solicitação da 3ª Promotoria de Defesa do Meio Ambiente e Urbanismos, de Catalão, por não se ter comprovado o valor cultural do local das ruínas.
15. Por solicitação de 17 de outubro de 2017, endereçada ao Superintendente Executivo de Cultura, José Eduardo Siqueira de Moraes, Onofre Pereira Carneiro e Edith Pereira Carneiro, proprietários da área onde se encontram as ruínas da igreja de Nossa Senhora da Abadia, em Três Ranchos, requerem a revisão do tombamento da referida igreja, reconsiderando-o, e por consequência, que seja declarado o seu destombamento, como efeito natural do ato revisional.
16. Por meio do Ofício GAB nº 77/2018, datado de 19 de abril de 2018, endereçado à Superintendente de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Goiás, Maria Abadia Silva, o prefeito municipal de Três Ranchos, Hugo Deleon de Carvalho Costa, manifesta-se contrário ao destombamento da Igreja Nossa Senhora da Abadia em Três Ranchos, como solicitado por Onofre Pereira da Silva (sic) e Edith Pereira Carneiro.
17. Ato contínuo, por meio do Despacho Nº 13/2018 – SUPHA-14474, de 03 de maio de 2018, a Superintendente de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Goiás, Maria Abadia Silva, enviou os autos para o Conselho de Cultura do Estado de Goiás para parecer do Conselho Estadual de Cultura quanto ao pedido de revisão de tombamento do imóvel.

#### PARECER

Após análise, a Câmara Técnica nº 03 Memória e Patrimônio Histórico e Cultural, é de parecer **que não se promova o destombamento da Igreja de Nossa Senhora da Abadia, no Município de Três Ranchos** e que a Superintendência do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Goiás/SEDUCE, **formalize, no âmbito do Estado, o tombamento**

**do patrimônio material “ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Abadia**, do Município de Três Ranchos”, observadas todas as formalidades requeridas para atos dessa natureza.

Antônio César Caldas Pinheiro - Relator

Goiânia, 05 de outubro de 2018.

Antônio César Caldas Pinheiro

Edson Fernandes de Santana

Nancy Ribeiro de Araújo e Silva

O dossiê do bem tombado é de fundamental importância, pois torna possível a realização das ações de conservação do imóvel tombado pelos órgãos competentes: compreendendo a fiscalização, o monitoramento e a orientação para a manutenção e preservação de suas características originais.

**5. CONCLUSÃO:**

Tendo em vista o conteúdo acima exposto, esta SPHA/SEDUCE **encaminha este Parecer com informações pertinentes às Ruínas da 'Igreja' Nossa Senhora d'Abadia de Três Ranchos** ao Conselho Estadual de Cultura - CEC para que se manifeste sobre a decisão favorável, ou não, sobre:

- 1) a abertura do correto processo de tombamento do bem cultural pelo Governo do Estado de Goiás;
- 2) a anulação de todos os imóveis tombados pela Lei Estadual nº 12.926/1996 (Igreja Nosso Senhor do Bonfim, de Silvânia; Igreja Nossa Senhora do Rosário, de Catalão; Igreja Nossa Senhora do Rosário, de Cumari; e Igreja Nossa Senhora d'Abadia, de Três Ranchos);
- 3) e/ou a recomendação para o município criar legislações específicas para a proteção do patrimônio cultural.

Após a manifestação do CEC sobre os procedimentos a serem adotados, solicitamos o retorno do processo para esta SPHA dar prosseguimento ao feito.

Este é o parecer.

**6. DATA E ASSINATURAS**

Goiânia, 03 de maio de 2018.

*Lucas Santana Coelho Fonseca* *Renata Lima Barros* *Solange Mª de Santana e Silva*  
 Lucas Santana Coelho Fonseca Renata Lima Barros Solange Mª de Santana e Silva  
 Historiador - SPHA/SEDUCE Arqª E Urbª - SPHA/SEDUCE Arqª E Urbª - SPHA/SEDUCE

Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte  
 Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico  
 Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, nº 03 - Setor Central, Goiânia - Goiás, CEP: 74.003-010 - Fone: 3201-4639

Página 13 de 14

**7. REFERÊNCIAS**

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CASTRO, Sônia Rabello de. **O Estado na Preservação de bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

GOIÁS. Lei nº 8.915, de 13 de outubro de 1980. Dispõe sobre a proteção ao patrimônio histórico e artístico estadual e dá outras providências. Disponível em: [http://www.gabnetecivil.go.gov.br/pagina\\_leis.php?id=8019](http://www.gabnetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=8019). Acesso em 20/04/2018.

FERREIRA, Aroldo Márcio. Pires do Rio: a consolidação de uma cidade ferroviária. In: CHAUL, Nazr Fayad; DUARTE, Luis Sérgio (Org.). **As cidades dos sonhos: desenvolvimento urbano em Goiás**. Goiânia: editora UFG, 2004.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de Goiás**. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia: USP, 1975. 158 p. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 8).

SOUSA, José Luiz Vaz de. **Pobres garimpeiros de riqueza: a geografia dos diamantes em Três Ranchos, Goiás**. Catalão: UFG, 2012.

TRÊS RANCHOS. **Plano Diretor de Três Ranchos/GO**. 1990.

Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte  
 Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico  
 Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, nº 03 - Setor Central, Goiânia - Goiás, CEP: 74.003-010 - Fone: 3201-4639

Página 14 de 14

Notificação nº 003/2018 – SPHA/SEDUCE

**NOTIFICAÇÃO DE TOMBAMENTO PROVISÓRIO**

**Ilmos. Senhor e Senhora**  
**Onofre Pereira Silva e Edith Pereira Carneiro**  
 Proprietários do imóvel  
 RUÍNAS DA IGREJA NOSSA SENHORA DA ABADIA  
 Estância Monte Sinal, Três Ranchos/GO. CEP: 75720-000

Ficam V.S.as notificadas que, para os fins estabelecidos na Lei Estadual nº 8.915, de 13 de outubro de 1980, foi aberto, junto a esta Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte/SEDUCE, o Processo nº 201700006037442/SEL, datado de 21/12/2017, que solicita a revisão do tombamento das “RUÍNAS DA IGREJA NOSSA SENHORA D’ABADIA”, localizadas na Estância Monte Sinal, Três Ranchos/GO. Informamos que a avaliação do vosso Requerimento foi realizada pela Câmara Técnica nº 3 - Ciências Humanas, Memória, Patrimônio Cultural e Artes Integradas/ Conselho Estadual de Cultura de Goiás, que emitiu o Parecer (em anexo) e deliberou para que “*não se promova o destombamento das Ruínas da Igreja de Nossa Senhora d’Abadia em Três Ranchos e a que formalize, no âmbito do Estado de Goiás, o tombamento como patrimônio material*”.

Assim, pelo art. 3º da Lei estadual nº 8.915, de 13 de outubro de 1980, que remete ao art. 10º do Decreto-lei federal nº 25, de 30 de novembro de 1937, e com a referida decisão do Conselho Estadual de Cultura de Goiás pela formalização do tombamento das “Ruínas de Nossa Senhora d’Abadia”, fica o referido imóvel **TOMBADO PROVISORIAMENTE**. Dessa forma, o imóvel está protegido, sendo vedada a sua destruição, demolição ou mutilação, bem como reformas, regularizações ou novas construções sem prévia autorização da SEDUCE/GO (parágrafo único do art. 10º, Decreto-lei nº 25/1937).

Solicito, pois, a Vossas Senhorias, o favor de acusar o recebimento da presente Notificação, assinando o recibo em anexo, e devolvê-la a esta Secretaria em documento com firma

Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte  
 Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico  
 Rua ... nº ... Goiânia, GO. CEP: 74003-010. Fone: 3201-4639

reconhecida, dirigido à Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico da SEDUCE/GO, sediada na Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, edifício do Centro Cultural Marieta Telles Machado, nº 02, Centro, Goiânia – GO, CEP: 74003-010, aos cuidados de Maria Abadia Silva (Superintendente de Patrimônio Histórico e Artístico).

Ficam ainda V.S.as notificadas de que o **tombamento provisório** tem a duração até que os trâmites legais (estudos técnicos, elaboração de dossiê e parecer, deliberação final do Conselho Estadual de Cultura e homologação do Governador do Estado de Goiás) sejam consumados. Caso a decisão final do Conselho Estadual de Cultura ao tombamento seja favorável, será expedida nova notificação do Tombamento Definitivo, tendo o prazo de 15 (quinze) dias corridos, a partir da data de recebimento, para anuir ao tombamento ou oferecer, se o quiser, as razões de sua impugnação. E, caso a decisão final do Conselho Estadual de Cultura ao tombamento seja desfavorável, o processo em questão será arquivado, e será emitido um ofício informando da referida decisão.

Goiânia, 12 de dezembro de 2018.

  
**Maria Abadia Silva**  
 Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico

Estado de Goiás  
Governadoria do Estado  
Conselho Estadual de Cultura de Goiás

PROCESSO: 201700006037442  
ASSUNTO: DESTOMBAMENTO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA  
ABADIA DO MUNICIPIO DE TRÊS RANCHOS.

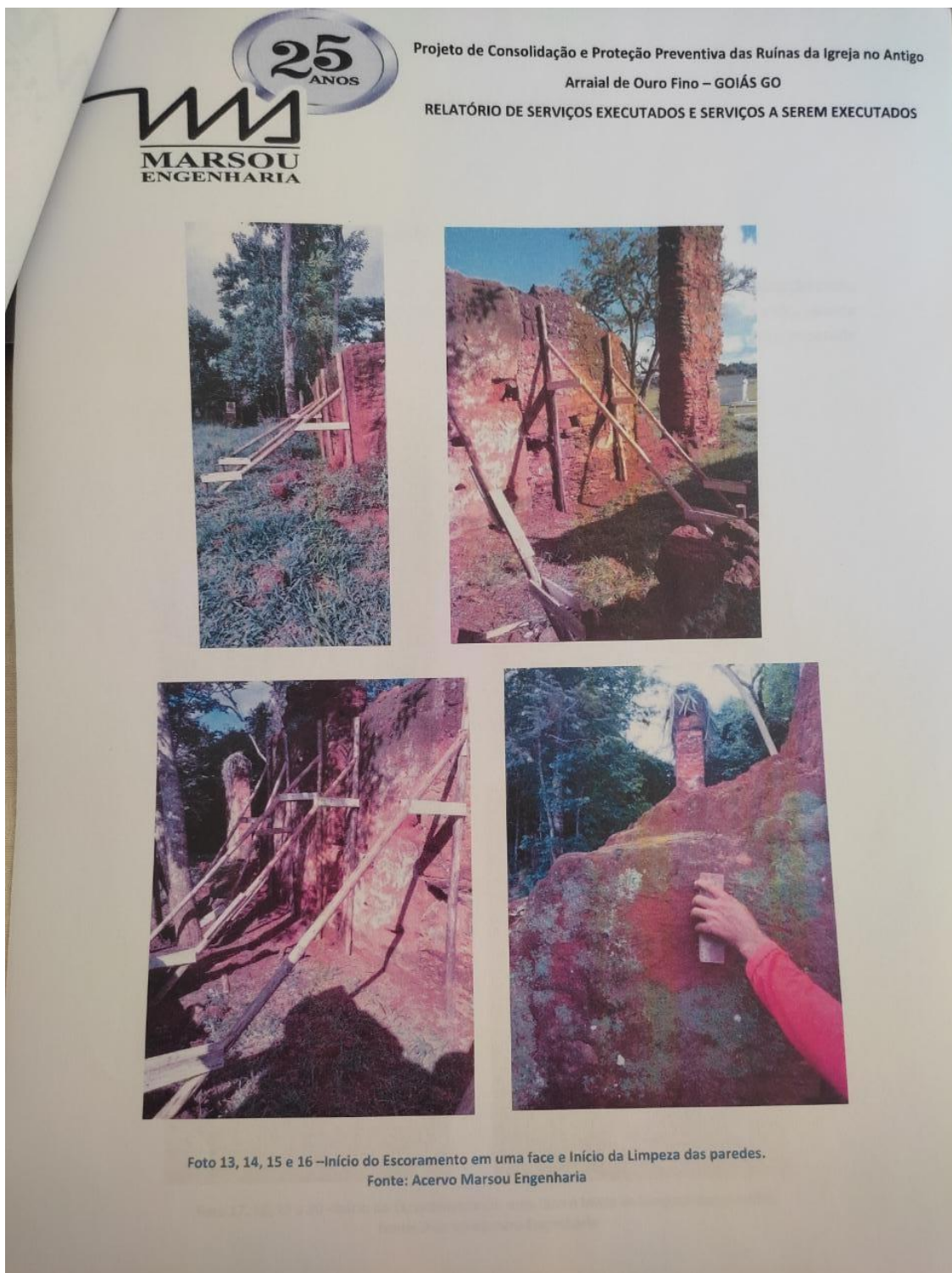
DO PROCESSO

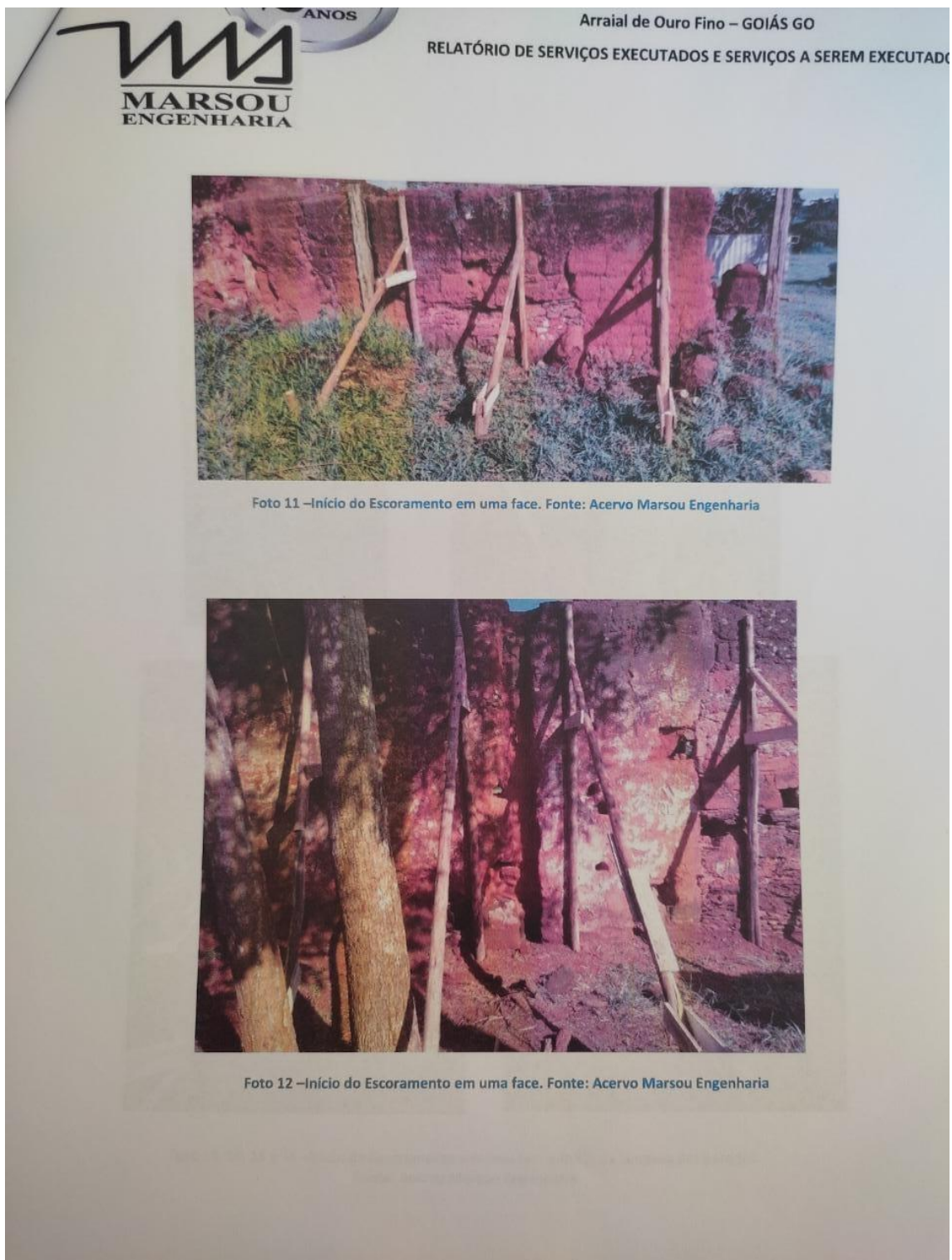
1. No dia 18 de outubro de 2000 Renato Gonçalves Resende representou ao Ministério Público do Estado de Goiás – 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Catalão, solicitando providências para a conservação do prédio da "Igreja de Nossa Senhora D'Abadia", localizado NO Município de Três Ranchos/GO;
2. Em atenção à mencionada representação, em 25 de outubro de 2000 o Ministério Público solicitou informações ao Município de Três Ranchos, relativas à existência de ato normativo e/ou administrativo instituindo o tombamento sobre o imóvel; à importância histórico-cultural do prédio; e às atuais condições do prédio;
3. O Município de Três Ranchos informou, em resposta datada de 07 de novembro de 2000, que o prédio é tombado pela Lei Estadual nº 12.926/96, do Estado de Goiás, que goza de significativo valor histórico-cultural e que estava em ruínas. O município juntou cópia da mencionada lei estadual e documentos, sem chancela historiográfica, referentes à memória e à importância histórico-cultural da igreja;
4. Por expediente de 12 de dezembro de 2000, a Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico da AGEPEL recomendou a restauração do prédio da igreja, fazendo menção, na ocasião, a relatórios técnicos não apresentados;
5. Em expediente de 11 de abril de 2001, respondendo ao ofício 079/2001, de 29 de março de 2001, da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Catalão, a AGEPEL informou não possuir orçamento para a restauração da igreja;
6. No dia 26 de janeiro de 2010 os autos foram redistribuídos para a 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Catalão que no dia 17 de novembro do mesmo ano instaurou procedimento preparatório e determinou a realização de inspeção no prédio da igreja;
7. Da diligência de inspeção resultou a constatação de que **"não existe mais um prédio no local, pois quase toda a estrutura já desmoronou: telhado e madeiramento. O que ainda resiste,**

**conforme pode ser visto nas fotografias em anexo, são apenas partes das paredes do que um dia foi o prédio da Igreja";**

8. Foi juntada certidão da matrícula do imóvel;
9. Em 28 de fevereiro de 2011 foram requisitadas diversas informações da Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico da AGEPEL;
10. Em resposta à requisição, a AGEPEL elaborou breves considerações a respeito da construção e importância da igreja e discorreu sobre o procedimento adotado para o respectivo tombamento – tombamento por lei estadual –, que foi realizado sem a confecção de dossiê sobre a importância histórico-cultural do bem. Além disso, a AGEPEL destacou que não há possibilidade histórico-cultural de reconstrução do bem tombado e que **as ruínas devem receber ações de conservação, consolidação e monitoramento permanentes; que tais ações são de responsabilidade da proprietária do bem** e que a AGEPEL se coloca à disposição para assessoramento. A AGEPEL informou, ainda, que em 1974 a igreja começou a ruir, mas que persiste o interesse na preservação, pois a igreja foi **"considerada pela Prefeitura Municipal de Três Ranchos como imóvel de significativo valor histórico-cultural para o município de Três Ranchos pois, de acordo com a história do município, foi construída por escravos por volta de 1889, e, junto com outros fatores históricos, deu origem ao vilarejo que mais tarde formaria a cidade de Três Ranchos"**. Prossegue a AGEPEL dizendo que **"as ações de preservação das ruínas devem ser realizadas por equipe técnica multidisciplinar composta de historiador, arqueólogo, arquiteto e restaurador. Devendo ser elaborado um plano de conservação para as ruínas e um plano de educação patrimonial para os moradores da região"**.
11. Aos 05 de agosto de 2011 o Promotor de Justiça se reuniu com representantes da Diretoria de Patrimônio e Artístico da AGEPEL e nesta ocasião ficou pactuado que o Promotor iria contatar a proprietária do bem, a fim de adverti-la das obrigações de conservação e de consentir na realização de trabalhos de inventário arqueológico; em seguida, seriam contatados o IPHAN e o Museu Antropológico, no sentido de se realizar um inventário arqueológico; e, por fim, realizando o inventário arqueológico, seriam realizados, por equipe multidisciplinar, os planos de conservação e educação.
12. No dia 06 de setembro de 2011 compareceu à Promotoria de Justiça a Sra. **Edith Pereira Carneiro**, proprietária do bem, se insurgindo contra qualquer iniciativa no sentido de conservar o bem tombado, tendo afirmado que "no local estão enterrados antepassados da declarante, em um túmulo de pedras; que ali nunca foi uma igreja propriamente dita; que o local não tem representação histórica para a comunidade de Três Ranchos; que a área onde estão as ruínas da igreja ficou à venda por um longo período de tempo e ninguém se interessou, que a declarante

## Apêndice II







Projeto de Consolidação e Proteção Preventiva das Ruínas da Igreja no Antigo  
Arraial de Ouro Fino – GOIÁS GO  
RELATÓRIO DE SERVIÇOS EXECUTADOS E SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

### 2.1 INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS

A equipe da Marsou Engenharia realizou as instalações provisórias de obra, executando a fossa para banheiro e o uso de gerador para captação de água pluvial para abastecimento da caixa d'água, conforme imagens abaixo:

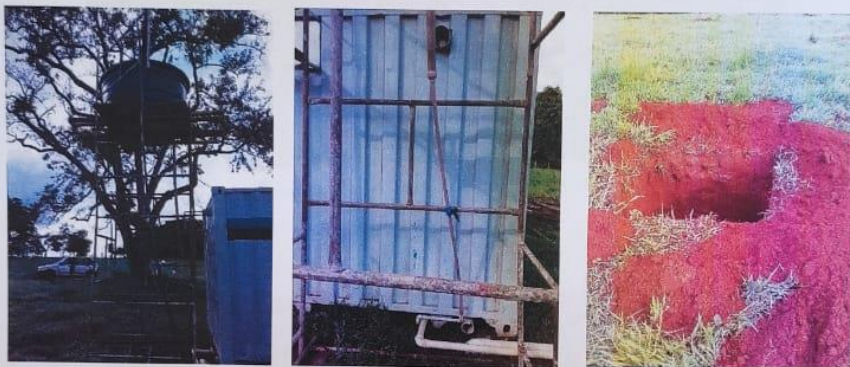


Foto 8, 9 e 10 –Instalações Provisórias. Fonte: Acervo Marsou Engenharia

### 2.2 INÍCIO DO ESCORAMENTO

Primeiramente, conforme Memorial Descritivo entregue pela Marsou Engenharia, será feito o escoramento de uma face em todas as paredes das Ruínas, para que somente assim seja feita a consolidação da face oposta ao escoramento, evitando qualquer desgaste oriundo do atrito da limpeza das paredes e respectivamente da consolidação, preservando o bem.

A equipe da Marsou iniciou os escoramentos de uma face de todas as paredes, e a limpeza de algumas delas com uso de escova de aço e uma escova de cerda mais macia, conforme imagens abaixo:



Projeto de Consolidação e Proteção Preventiva das Ruínas da Igreja no Antigo  
Arraial de Ouro Fino – GOIÁS GO  
RELATÓRIO DE SERVIÇOS EXECUTADOS E SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

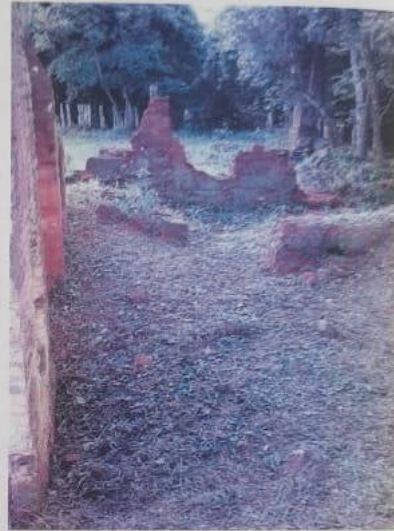


Foto 2, 3 e 4 –Limpeza do local. Fonte: Acervo Marsou Engenharia

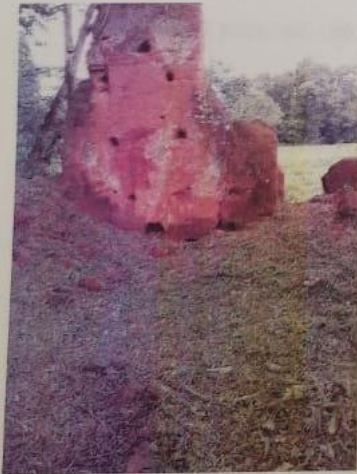


Foto 5, 6 e 7 –Limpeza do local. Fonte: Acervo Marsou Engenharia



Projeto de Consolidação e Proteção Preventiva das Ruínas da Igreja no Antigo  
Arraial de Ouro Fino – GOIÁS GO  
RELATÓRIO DE SERVIÇOS EXECUTADOS E SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

## 1. INTRODUÇÃO DA OBRA

Trata se dos serviços do Projeto de Consolidação e Proteção Preventiva das Ruínas da Igreja no Antigo Arraial de Ouro Fino em Goiás, este relatório tem como objetivo relatar o que já foi realizado pela equipe da Marsou Engenharia bem como os serviços que ainda serão executados, visto que houve um atraso na obra devido as fortes chuvas que ocorreram na semana passada, impossibilitando a equipe de locomover até o local da obra e também impossibilitando o trabalho no local.

## 2. SERVIÇOS EXECUTADOS

### 2.1 LIMPEZA DO LOCAL

A limpeza do local de obra já foi realizada e devido a grande quantidade de vegetação e animais que se encontravam presente, o processo foi cauteloso e demorado, e o resultado conforme imagens abaixo:

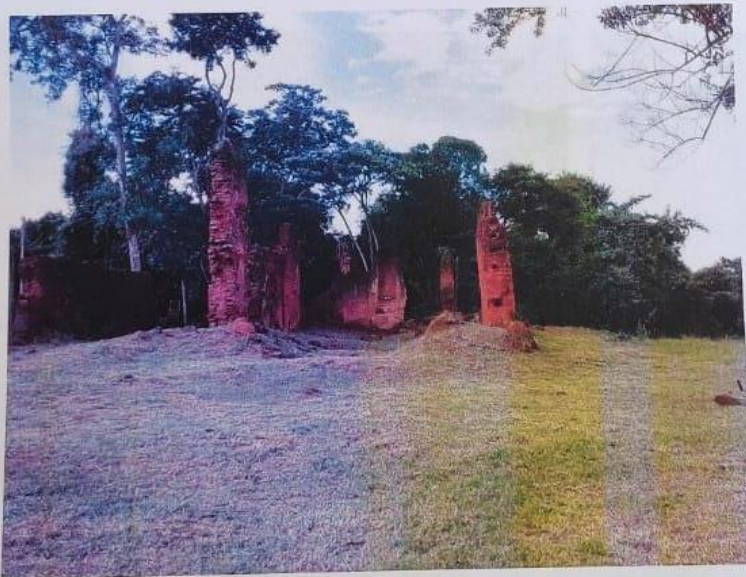


Foto 1 –Limpeza do local. Fonte: Acervo Marsou Engenharia



Serviço Público Federal  
Ministério do Turismo  
Secretaria Especial da Cultura  
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
Superintendência do IPHAN no Estado de Goiás  
Coordenação Técnica do IPHAN-GO

**NOTA TÉCNICA** nº 30/2022/COTEC IPHAN-GO/IPHAN-GO

**ASSUNTO:** Análise do Projeto de Consolidação e Proteção Preventiva das Ruínas da Igreja no Antigo Arraial de Ouro Fino na Cidade de Goiás.

**REFERÊNCIA:** Proc. 01516.000697/2021-12

Goiânia, 05 de abril de 2022.

#### I. DO CASO

Em 16/12/2021 foi protocolado o Ofício s/n Marsou (3191291) que envia para análise os projetos de Levantamento, Mapeamento de Danos e Proposta de Consolidação e Proteção Preventiva das Ruínas da Igreja no Antigo Arraial de Ouro Fino na Cidade de Goiás juntamente com Memorial Descritivo.

Trata-se de ação a ser realizada através de Termo de Ajustamento de Conduta firmado com a empresa FRG Urbanismo S.A., a qual propõe escoramento e ação de consolidação das ruínas. Assim, foi solicitado a este setor de Patrimônio Edificado, análise do proposta de intervenção.

A proposta de intervenção foi analisada pelo IPHAN através da Nota Técnica nº 144/2021/COTEC IPHAN-GO/IPHAN-GO com as orientações, recomendações e tempo de vida útil da proteção.

Em 23/03/2022 foi encaminhado a este setor de Patrimônio Edificado, o Relatório Final da Obra (3379373) para análise.

#### II. ANÁLISE

Em análise do relatório final do Projeto de Consolidação e Proteção Preventiva das Ruínas da Igreja no Antigo Arraial de Ouro Fino na Cidade de Goiás. Verifica-se que a área das ruínas foi devidamente limpa e está com parte superior das estruturas protegidas com lona. Foi executado também a consolidação das paredes com tratamento de fissuras e embrechamento. Posteriormente ocorreu a aplicação de resina impermeabilizante de acordo com o proposto e aprovado por este instituto como ação provisória.

Em relação ao escoramento, a execução foi realizada diferente da proposta do projeto. Assim como no projeto proposto e é comum no escoramento de superfície de paredes com perigo de desabamento, o uso de peças de vigotas, normalmente da espécie de angelim ou madeira de resistência semelhante. Estas peças são imunizadas para aumentar a durabilidade e a aqueles que ficarem enterradas devem receber tratamento de produtos a base de asfalto. Na execução foram usadas peças roliças de eucalipto de dimensões pequenas até mesmo para paredes com alturas elevadas. Não é informado se estas peças sofreram algum tipo de tratamento de imunização. Outra situação que está diferente do projeto proposto é que em algumas paredes falta a peça para receber carga distribuídas (pranchas). As paredes como são superfícies planas e estruturais, transmite a carga de forma distribuídas e neste caso devem ser colocadas pranchas de madeira em níveis diferentes para receber esta carga, transmitindo as escoras e posteriormente ao ponto de apoio fixado ao solo. Em outros casos, as larguras destas peças horizontais (pranchas) são diminutas para receber a carga da parede. Sendo assim diferente do projeto o escoramento proposto, as escoras foram executadas em alguns pontos isoladamente sem considerar a aplicação do esforço distribuída na parede. Também foi detectado emendas nas peças de escoras em 45º, sendo um ponto de fragilidade. As escoras não devem possuir emendas.



Fig.1 Peças de dimensões pequenas para paredes de altura elevada.



Fig.2 Falta de peças de distribuição de cargas (tábuas) diferente do projeto proposto




Projeto de Consolidação e Proteção Preventiva das Ruínas da Igreja no Antigo  
Arraial de Ouro Fino – GOIÁS GO  
RELATÓRIO DE SERVIÇOS EXECUTADOS E SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

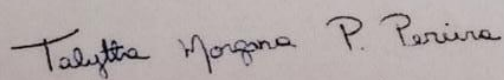
### 3. SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

Conforme o Memorial Descritivo, ainda será feito a consolidação em todas as faces da parede oposta ao escoramento. Logo após, será feito o escoramento definitivo das faces já consolidadas, e então a consolidação da face oposta ao escoramento definitivo. Finalizada a consolidação nas duas faces de todas as paredes, será feito o escoramento definitivo na face consolidada. E por fim, a amarração da lona na parte superior das paredes para proteção do serviço realizado.

E a limpeza da obra será realizada subsequente.

Goiás, 18 de janeiro de 2022.

  
MARSOU ENGENHARIA EIRELI  
Vicente Souto Junior  
DIRETOR

  
Marsou Engenharia Eireli  
Talytha Morgana Prestes Pereira  
Arquiteta e Urbanista  
CAU: A265478-4



Projeto de Consolidação e Proteção Preventiva das Ruínas da Igreja no Antigo  
Arraial de Ouro Fino – GOIÁS GO  
RELATÓRIO DE SERVIÇOS EXECUTADOS E SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

### 2.3 INÍCIO DA CONSOLIDAÇÃO

Com as paredes escoradas em uma face, a equipe iniciou o processo de consolidação como consta descrito no Memorial, através do embrechamento de partes caídas e soltas no chão, usando argamassa de traço 1:3 de cal e areia, e a pigmentação mineral no tom mais próximo comparado com o original, conforme imagens abaixo:

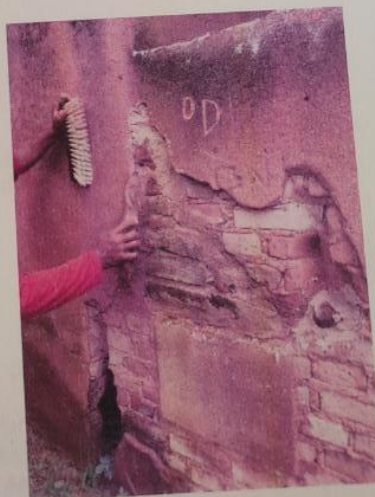
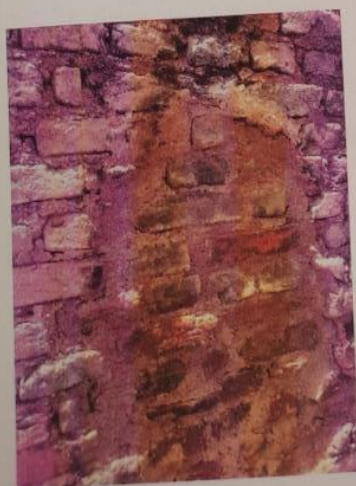
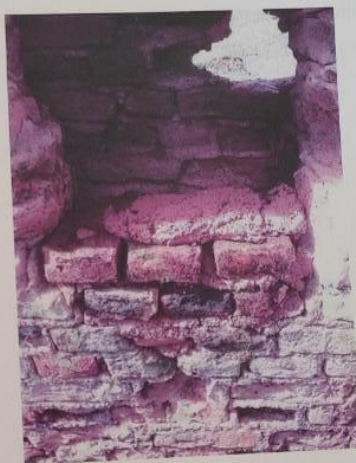


Foto 17, 18, 19 e 20 – Início do Escoramento em uma face e Início da Limpeza das paredes.  
Fonte: Acervo Marsou Engenharia

## Apêndice III

## SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.

CI: Comunicação Interna.  
Assunto: Restauração da Igreja de Aureliópolis.

Bela Vista de Goiás, 06 de dezembro de 2007.

Prezado Senhor.

Venho através deste comunicar a Vossa Senhoria que os serviços prestados da arquiteta Liane Teodoro Bueno sobre a restauração da Igreja de São Sebastião, antigo povoado de Aureliópolis, é um trabalho de contrapartida entre a empresa privada que está investindo na restauração e prefeitura com o apoio técnico, mesmo porque a igreja citada é tombada á nível municipal pelo Decreto nº 233/07 de 07 de novembro de 2007, amparada pelo Prefeito Municipal de Bela Vista de Goiás, da Constituição da República do Estado de Goiás e Lei Orgânica Municipal nº 1400/2005.

Desde já agradecemos, e elevamos votos de respeito e consideração.

Atenciosamente.

  
Ana Amélia Carvalho Faria.  
Gerente Municipal de Cultura.

Ilmo Sr.  
Walquir Cabral Villela.  
Secret. Mun. Adm. Planej. e Finanças.



Publicado neste dia mediante  
anexação de cópia no PLACARÉ

EM 07 de Novembro de 2007

**DECRETO Nº 233 /07 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2007.**

**“Dispõe sobre tombamento definitivo de imóvel, na forma que especifica e dá outras providências”.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DE GOIÁS**, no uso da competência e atribuições que lhe conferem as Constituições da República e do Estado de Goiás, Lei Orgânica Municipal, bem assim a Lei Municipal nº 1400/2005 de 13/10/2005 e Decreto Lei n.º 25, de 30/11/37, processo Administrativo n.º 3467/07, no exercício da direção superior da Administração Municipal,


**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica tombado definitivamente como Patrimônio Histórico do Município de Bela Vista de Goiás, a requerimento da legítima proprietária, a área de 07 alqueires e 76.19 litros, incluindo o prédio da Igreja São Sebastião e a área do cemitério, localizada no ex-povoado de Aureliópolis, às margens da GO 020, próximo a divisa do Município de Cristinópolis com o Município de Bela Vista de Goiás.

**Art.2º** - O tombamento de trata o artigo anterior, será inscrito em definitivo no Livro Tombo e o seu registro no cartório competente.

**Art. 3º** - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, para que surta todos os efeitos legais.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DE GOIÁS**, aos 07 de NOVEMBRO de 2007.

  
**WILSON MARCOS TELES**  
Prefeito Municipal



Praça José Lobo nº 10 - Centro - CNPJ: 01.005.917/0001-41 - Fone/Fax: (62) 3551-7000  
3551-7001 - www.belavista.go.gov.br - CEP: 75.240-000 - Bela Vista de Goiás - GO

cathólico... A capella levantou rapidamente, foi bem construída e bastantes grande, o povo das redondezas vem em grandes massas na ocasião das festas (...)

DELEGADO PAROCHIAL P. CONRADO HOLHMAN

Aureliópolis não passou de um povoado, porém durante sua existência foi de relevância religiosa na região e também até certo ponto econômica, o mesmo ficava às margens da antiga estrada de terra de Bela Vista a Pires do Rio, sendo assim, ponto de parada de ônibus e outros.

Segundo relatos de ex-moradores o comércio no local não chegou a ser significativo para a região, com armazéns de cereais e venda de secos e molhados.

Havia no local escola e durante a existência do povoado, este sediava uma zona eleitoral. No que se refere à Igreja de Aureliópolis esta foi uma dúvida uma construção de extrema importância para o município de Bela Vista de Goiás no aspecto histórico e cultural. Pois a mesma é símbolo de fatos que marcaram, não só o aspecto religioso, mas também social deste e de outros municípios citados anteriormente.

Fundamentados na lei nº. 25 de 1937 que delega aos municípios a função de zelar pelo Patrimônio Público Histórico, pelas razões acima expostas, pedimos tombamento definitivo da referida Igreja.

---

**Nilva Geralda do Nascimento Alves**  
**Prof.ª Especialista em História**

Francisco Magalhães, à Mitra Diocesana, conforme livro de Notas N.º. 38 de 18 de Agosto de 1929 a 1930 p. 44 do Cartório de Registro Civil.

Começa assim a reação Católica de Bela Vista ao protestantismo, também na própria cidade, como relata o “Livro do Tombo de 1900 a 1934 p. 4 da Paróquia Nossa Senhora da Piedade”.

(...) o espírito religioso ainda se acha em nível excelente mesmo dadas as circunstâncias em que a freguesia vive. O sentimento católico é tão forte que todos os esforços dos agentes do protestantismo e de outras seitas para aninhar-se na cidade, quebraram-se diante da reação imediata e persistente por parte do povo (...).

DELEGADO PAROQUIAL: PADRE CARLOS EUGÊNIO JOHEMER

Próximo a atual cidade de Cristianópolis começa o povoado de Aureliópolis com a construção de uma Capela dedicada a São Sebastião.

“Livro do Tombo de 1900 a 1934 p. 38. Ano de 1930. Paróquia Nossa Senhora da Piedade”.

“A Paróquia de Bela Vista em breve irá possuir sua primeira capela filial de São Sebastião, Patrimônio de Aureliópolis...”

(...) Aos doze de Junho com toda solenidade do rito católico em presença das autoridades civis de Bela Vista V. Excia, Redmo. D. Emmanuel Gomes de Oliveira benzeu e colocou a primeira pedra da futura Capela de São Sebastião (...).

A Capela de São Sebastião foi edificada com ajuda dos moradores das proximidades, conforme relatos do “Livro do Tombo Paroquial”, famílias de agregados das fazendas próximas e comerciantes se instalaram no local ao redor da capela, surgindo assim o povoado de Aureliópolis, exclusivamente habitado por católicos, conforme o Livro do Tombo p. 47 de junho de 1933.

“ De 7 a 10 de julho estive o Delegado Parochial em Aureliópolis para angariar esmolas para a nova capella, para encorajar o povo das redondezas desta capella. Esta Capella deve ser uma centro de reação contra os protestantes que muito perto tem um lugar, uma povoação só habitada por elles onde não pode estabelecer um

## IGREJA DE SÃO SEBASTIÃO DE AURELIÓPOLIS – UM MARCO RELIGIOSO E CULTURAL DE BELA VISTA DE GOIÁS

A Igreja Católica, sem dúvida, foi uma poderosa instituição medieval com poderes absolutos e inquestionáveis.

Apesar disso entre os séculos XI e XVIII, esta passou por mudanças, fazendo surgir movimentos internos e externos, críticos de sua postura e valores, levando-a reagir, combatendo esses movimentos com a Reforma Gregoriana e a instituição da Santa Inquisição no Séc. XII.

As críticas a Igreja retornou e intensificam-se no séc. XVI, culminando numa divisão da cristandade européia por meio da Reforma Luterana ou Reforma Protestante.

A cisão cristã desencadeou uma série de conflitos e perseguições religiosas aos protestantes por toda a Europa.

Essa pratica de intolerância religiosa se estendeu por todas as colônias européias. No Brasil, desde sua colonização, inúmeros conflitos surgiram, na cidade de Santa Cruz, elevada a condição de cidade em 1924, o poderio da Igreja era soberano, pois a mesma era arquiocesana.

Até que, segundo relatos orais chegou a cidade uma leva de protestantes, objetivando instalar residência e comercio no local, tal fato ameaçava o poderio católico, surgindo assim um conflito religioso na cidade, se agravando a ponto da expulsão dos protestantes da cidade pelos católicos.

Estes fixaram residência em terras particulares, posteriormente doadas, edificando suas habitações e um templo religioso no centro do povoado exclusivamente protestante chamado de Gameleira, atual Cristinópolis. Porém a ameaça a Igreja, continuava e se intensificava uma vez que, a mesma não poderia intervir no povoado já que surgira em terras particulares, sem contar o risco iminente de adesão de católicos das fazendas próximas ao povoado, ao protestantismo.

Assim sendo, a fundação de uma cidade exclusivamente católica o mais próximo possível do povoado protestante, demonstraria a indignação e reação da Igreja, cultivando a fé católica, impedindo a adesão da população das redondezas às práticas luteranas.

O marco desta reação foi a edificação de um templo religioso no município de Bela Vista de Goiás dedicado a São Sebastião, em terras doadas pelo Sr. Aurélio Rodrigues de Moraes e


Apêndice IV

MINISTÉRIO DA CULTURA

145R-GO 2  
 AFDIO  
 01177/2002

De: Marco Antonio Galvão  
 Coordenador GT/IPHAN - Programa Monumenta

Para: Salma Saddi Wares de Paiva  
 Superintendente da 14ª SR



Assunto: Informações sobre a Igreja N. S. do Rosário, em Trairas.

Senhora Superintendente,

Encaminho para conhecimento, algumas informações sobre a Igreja Nossa Senhora do Rosário, em Trairas, município de Niquelândia-GO.

Acredito que seria necessário providenciar o destombamento, já que apenas ruínas existem no local.

Atenciosamente,

*A Presur/Museu para orientar esta Divisão Técnica sobre os procedimentos devidos para destombamento*

*[Signature]*

M.ª Cristina Portugal Ferreira  
 Chefe de Div. Técnica

Marco Antonio Galvão  
 Coordenador GT/IPHAN  
 Programa Monumenta

*Enviado em 2.10.2002 10:30h [Signature]*

*As Sras. Chefe da Div. Téc e Presur. 14ª SR para ciência e acatando a peculiar sugestão do Arq. Marco Antonio Faria Galvão, solicito que sejam tomadas as providências necessárias*

*[Signature]*

**TRAIRAS, GO - jul/2001**

Entrevista com o sr. Francisco João Pereira, morador da casa 4 no largo da praça da matriz. Ele informou que foi contratado pelo bispo de Uruaçu, por \$35.000,00, para tirar as molduras do Rosário e o bispo levou o altar mor para vender a um senhor João, de Brasília, levou um caminhão de telhas e o forro pintado da capela.

Ficou apenas a imagem de N.S. da Conceição, que foi roubada já na igreja nova, por volta de quatro anos atrás (1997).

O sino esta na igreja de Uruaçu, levado no caminhão do sr. Martinho.

O bispo D. Jose deu as telhas para o povo.

Durante a gestão do prefeito Mauricio Rocha foi retirado o calçamento da ponte antiga.

Jose Pereira da Costa, sobrinha mora em Niquelandia.

Piso do Rosário era em madeira dividido e numerado.

Forro agamelado.

Em set/02 Elder Rocha Lima informa que presenciou o inicio da demolição e percebendo o crime que se cometia informou Dr. Alcides da Rocha Miranda.

Marco A. Galvao e Vera Galvao

*Jul. 2001*

próVlemória

3.

nada fala e é muito reticente e que não adiantaria procurá-lo. Procuramos em seguida o mesmo senhor mas não o encontramos.

Ao que se sabe realmente, segundo nos contou a Secretária de Educação, a notícia mais aceita é que D. José teria empreitado alguém do local para demolir o telhado da igreja do Rosário. Daí até a ruína do monumento foi um pulo.

Algumas imagens de Traíras que sobraram e estão atualmente guardados no Convento dos Franciscanos: Cristo Crucificado, N.S. da Conceição, N.S. do Carmo e São Sebastião.

De fato o saque das imagens registrou-se aproximadamente por volta de 1968 a 1971, quando ainda Bispo, mas já doente, D. Francisco Prada, sendo D. José, Bispo Auxiliar.

O Cristo de que falamos acima foi roubado por ladrão em Traíras e encontrado em um antiquário de São Paulo. Foi então trazido e guardado no Convento dos Franciscanos de Niquelândia. Só a imagem que é em marfim de Macou, mede 46 cm e o total junto com a cruz mede 96 cm.

Do arraial de Santa Rita foram roubados ao todo 6 imagens em 1979 entre os quais Santa Rita e São Gonçalo.

Segundo o Sr. João Ferreira de Azevedo, de 82 anos, natural do Rio Grande do Norte, mas que chegou a Traíras em 1952 para o Garimpo, aquela época ainda existia em funcionamento a igreja de N.S. do Rosário dos Pretos. Ele viveu muitos anos em Traíras, tornando-se depois comerciante vindo então fazer 15 anos morar em Niquelândia, onde tem um supermercado, junto com 1 filho.

Disse-nos ele que em 1972 a igreja ainda tinha em pé todas as suas paredes, mas não o telhado.

Foi logo depois que o bispo levou o sino é que a igreja iniciou seu processo de arruinamento. Sua esposa Da. Francisca Ferreira de Azevedo (Dona Chiquita) conta que neste dia do saque, o povo todo de Traíras chorou, atônito e surpreso. Não queriam deixar sair nem o sino nem as imagens, mas o Sr. bispo invocou a segurança, para que ele pudesse guardar os mesmos em Uruaçu.

próMemória

Ela nos conta também que diversos fazendeiros da região chegavam e tiravam materiais como madeira, tabuado do piso, telhas, esquadrias, etc. e o povo todo então começou a pilhar o monumento, destruindo suas paredes pois que corria a notícia que nos muros do templo estaria escondido muito ouro. Pura inverdade; nada foi encontrado. Ao que o casal nos informou, já em 71 a nova Capela estava construída.

O Sr. João morou a princípio no sobradinho que hospedou Pohl.

Era a igreja do Rosário toda assoalhada e tinha 3 altares, 2 de chanfro e o mór.

Creem eles que por volta de 69 e 70 foi que o bispo levou o sino. No máximo 3 anos antes da inauguração da igreja nova. Foi então a retirada do sino entre 68 e 70.

Ficaram só as imagens de São Sebastião e N.S. da Conceição. Um antigo morador já morto, Sr. Guilhermino Silva Rocha, muito lutou para que não levassem de Traíras todos estes bens.

De tudo o que foi dito e o que deixou de ser dito, deduz-se que a população de Traíras ficou horrorizada naquele trágico dia onde a igreja foi depenada. Tomados de surpresa, reagiram a princípio lamentando e posteriormente também saqueando o monumento. Sente-se que eles contam até um certo ponto. Daí em diante se calam ou acusam um outro morador.

Observaram o início da destruição, mas também são cúmplices da mesma pois que ou começaram a destruir as paredes na busca de ouro ou comercializaram algum elemento artístico, ou ainda retiraram material de construção para algum uso em suas próprias moradas.

D. José, o atual bispo, não destruiu ele mesmo o monumento, mas promoveu o seu arruinamento.

Assim é que lamentavelmente uma autoridade que pela sua alta função social deveria preservar, exerce seu poder inversamente ao que se poderia esp